

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 01/2022

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO

- Presidente:** - *Francisco José Esteves*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 5.ª Sessão Ordinária
20 de dezembro de 2021** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras presenças:**
- **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues e pelos Senhores Vereadores:***
 - *Carlos Duarte Travanca*
 - *Vítor Manuel Correia* (Esteve presente a partir das 12.00 hrs.)
 - *Orlando Ferreira Pires* (Esteve ausente)
 - *Francisco José Clemente Sousa*
 - *Vera Cristina Quintela Pires Preto* (Esteve presente a partir das 16.15 hrs)
 - *Nélia Alexandra Pires Pinheiro*
- Local da Reunião:** - **Auditório Municipal de Mirandela**

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Muito bom dia a todos, vamos dar início a esta Assembleia Municipal, cumprimentando o Executivo camarário na pessoa da Dra. *Júlia Rodrigues* e os Senhores Vereadores, cumprimentar também as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais dos vários Grupos Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social e público em geral.

Temos um longo dia pela frente e desejo que os trabalhos decorram em ambiente e clima adequado, democrático, de uma forma correta, como estou certo que vai acontecer.

Assim sendo, vamos então dar início à nossa Sessão.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Bom dia a todos e desejo também que os Trabalhos decorram da melhor forma possível.

Feita a chamada passo à ordem das restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

O Senhor Deputado *José Manuel Trovisco* é substituído pelo Senhor Deputado *Luís António Santos Tomé*;

O Senhor Deputado *João Carlos Malheiro dos Reis* é substituído pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

O Senhor Deputado *Mário José Medeiros Vilarinho* é substituído pela Senhora Deputada *Maria Manuela Gonçalves Fernandes*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fradizela *Manuel Maria Figueira* é substituído pela Senhora Secretária *Patrícia Alexandra Sousa Lino*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas *Rui António Assis Melo* é substituído pela Senhora Secretária *Bruna Alexandra Caseiro Cavalaria*;

A Senhora Presidente da Junta de Freguesias de Múrias **Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso** é substituída por **Patrícia Paula Ruivo dos Santos Romão**;

A Senhora Deputada **Camila Padrão Fraga** é substituída pelo Senhor Deputado **Carlos Alberto Pinheiro Esteves**.

Registo de Faltas.

José Manuel Trovisco, João Carlos Malheiro dos Reis, Mário José Medeiros Vilarinho, Manuel Maria Figueira, Rui António Assis Melo, Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso, Camila Padrão Fraga, Diana Delfina Santos Costa.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *José Manuel Trovisco*: Sessão de 25 de fevereiro de 2022.
- *João Carlos Malheiro dos Reis*: Sessão de 25 de fevereiro de 2022.
- *Mário José Medeiros Vilarinho*: Sessão de 25 de fevereiro de 2022.
- *Manuel Maria Figueira*: Sessão de 25 de fevereiro de 2022.
- *Rui António Assis Melo*: Sessão de 25 de fevereiro de 2022.
- *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso*: Sessão de 25 de fevereiro de 2022.
- *Camila Padrão Fraga*: Sessão de 25 de fevereiro de 2022.
- *Diana Delfina Santos Costa*: Sessão de 25 de fevereiro de 2022.

----- O Senhor Deputado Municipal **LUÍS MOSQUEIRO** (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Esta minha interpelação é uma interpelação à Mesa relativamente ao episódio que se passou na última Assembleia.

Parece que regresso aqui 20 anos atrás, eu vou regressar 20 anos atrás, em que estávamos aqui todos, eu e aquele Senhor simpático Dr. *Hernâni Moutinho* e se calhar outros, há vinte anos atrás estávamos aqui a lutar pelos nossos direitos, Direito da Oposição, direito disto, direito daquilo.

É muito bonito ler até teses, com muito agrado lermos teses do Poder Local, das Assembleias Constituintes, por ai em diante, por ai em diante, isto em 2005 e em 2022 por aquela regra que houve da DGS, que eu não sei se a regra se aplica aqui, dos lugares marcados e dos lugares não marcados, sei que houve aqui Deputados que foram impedidos do seu exercício, do seu direito constitucional.

Impedidos como? A Mesa também podia arranjar uma alternativa para quem não fosse vacinado e também dizer o seguinte, eu tenho o Plano todo de vacinas, eu só não estou vacinado, fui impedido, não pude ou não quis, ser vacinado contra a Covid-19.

Agora, quando colocam à entrada um porteiro a pedir certificados para impedir a entrada aqui à Assembleia, eu acho que aí estamos a violar uma regra e uma lei, que é um direito fundamental de todos os Deputados, porque se nós formos ver, diz assim aqui na Ata da última Assembleia: o Senhor Deputado *Paulo Pinto* menciona aqui os lugares marcados e os lugares não marcados, a Senhora Secretária *Luísa Torres* diz que são regras da DGS e depois diz aqui o Senhor Secretário *José António Ferreira*, "...a lei da tutela dos partidos políticos, bem como a Constituição, atribui a todos nós aquilo que é designado de mandato único e de sua própria posse, sendo cada um de nós membro do seu mandato, que nenhum partido pode retirar...".

Muito bem, mas a Mesa acha-se no direito de impedir esse exercício de Deputado? Eu acho que não, portanto, podiam ter arranjado uma alternativa e a minha pergunta é: Como é que fica a minha falta e a faltas dos outros Deputados, que foram impedidos do seu exercício fundamental, como é que fica a falta? Está justificada? Não é justificada? Temos de ver esta questão, até para bem da democracia, isto faz parte da democracia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal **FRANCISCO ESTEVES** disse:

A Mesa terá obviamente isso em devida consideração e responderá adequadamente ao Senhor Deputado.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 5.ª Sessão Ordinária de 20 de dezembro de 2021.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal **LUÍSA BELCHIOR** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Ata da 5.ª Sessão Ordinária de 20 de dezembro de 2021, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?

Não havendo inscrições, passo à votação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 5.ª Sessão Ordinária de 20 de dezembro de 2021.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto junto do público quem é que se quer inscrever para intervir?

Registo uma inscrição do público.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Em 2021, o Senhor Deputado *Paulo Pinto* disse-me no fim da Assembleia Municipal por causa da senha de presença, não sei se foi um elogio ou se foi uma provocação em relação à senha de presença, eu venho aqui sem receber senha de presença e vou dizendo alguma coisa, há muita gente que vem aqui que recebe senha de presença e não dizem nada. Isto é como na Assembleia da República, vão para lá dormir.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

O Senhor *Manuel Brízido* não se pode pronunciar sobre os comportamentos dos Senhores Deputados Municipais que fazem parte desta Assembleia.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, já disse numa Assembleia, onde começa o bairro Tua Sol há um escadório da rua de baixo até à rua de cima que devia ser iluminado por várias razões. Pergunto, serve de quê dar certas e determinadas informações, se ficam em rol de esquecimento?

Senhor Presidente, já aqui alertei que há um cruzamento ao ir para o Hospital muito perigoso, tomem medidas quem tiver de as tomar, antes que ali possa acontecer o pior.

Também gostava de perguntar se os passeios são para as pessoas neles andarem, ou para colocação não importa do quê e depois as pessoas têm que andar onde andam as viaturas.

Senhor Presidente, porque é que o autocarro da cidade só anda em alguns bairros e não em outros e refiro-me ao bairro Tua Sol, porque parece que há mirandenses de primeira e outros de segunda.

Senhor Presidente, os parquímetros, gostava que a Senhora Presidente dissesse algo sobre os mesmos, ou seja, se eu tiver algo a resolver que demore 20 minutos, porque é que eu tenho de colocar 50 cêntimos, se a máquina não me dá o troco de volta? Acho que isto não é correto.

Senhor Presidente, ao ir para a Ponte Açude, propriamente ao pé das Varandas do Tua, há uma trincheira da rua à linha do Metro, bastante alta, que a Câmara devia colocar ali uma grade para proteção das pessoas, porque pode acontecer que alguém caia. Já chamei a atenção de alguém e nada fizeram.

Senhor Presidente, a Senhora Presidente diminuiu o IMI, aumentou na água, é o que acontece comigo, não sei se alguém se queixa, eu queixo.

Senhor Presidente, pergunto ainda se não está terminado o estudo em relação à Ponte Açude? E aqui refiro-me ao piso onde passam as viaturas.

Senhor Presidente, vou falar do bairro Tua Sol em relação ao parque infantil, está bem, mas não deixo de voltar a falar das casas de banho, porque por vezes há crianças que lhe dá vontade de fazer as necessidades e torna-se embaraçosa a situação, deviam meter algo para evitar que os cães ali não façam as necessidades, também devia ser ali colocado um bebedouro, porque o calor vai apertar. Colocar duas cadeiras nos baloiços para os meninos mais pequeninos se sentirem mais seguros e confortáveis.

Senhor Presidente, a Câmara de Mirandela devia fazer um infantário, por várias razões, porque nos meses de férias muitos pais não têm onde deixar os filhos, ou alguém que queira meter uma criança no infantário tem que pagar logo para garantir o lugar, isto é inacreditável, mas quem precisa tem de se sujeitar aos preços que praticam.

Senhor Presidente, pergunto qual é o ponto de situação em relação à sinalética no bairro Tua Sol? Ainda não está concluído o processo? Temos que aguardar.

Senhor Presidente, gostava de saber quanto a Câmara gasta em combustível por ano? Porque há pessoas que utilizam os carros para uso próprio, para levar as mulheres ao emprego, para levar os filhos ao liceu e para levar os netos às creches e a Senhora Presidente não precisa que lhe diga quem são, porque a Senhora Presidente sabe quem são.

Senhor Presidente, falando de combustíveis acredito que se não fosse o partido que governa o da Senhora Presidente acredito que já tinha feito algo, mas como é do mesmo partido não lhe parece que devia fazer algo do tempo da Troika, os combustíveis não estavam tão caros como estão hoje, as pessoas não vão aguentar, culpa do Senhor Primeiro Ministro, mas não se compreende, toda a gente, ou quase lhe deram a maioria e parece que toda a gente está contente, ninguém diz nada.

AA
16.
7/2

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Agradecer a intervenção do Senhor *Manuel Brízido* e dizer que, relativamente às questões que colocou, todas aquelas que dizem respeito à Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais, vão naturalmente ser transmitidas as suas preocupações e por isso, quer a sinalética, quer a iluminação pública, quer os passeios será também transmitido à Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, tendo em conta as suas preocupações, tal como o gradeamento de acesso à Ponte Açude.

Relativamente à mobilidade urbana e aos circuitos definidos pelos autocarros da cidade, dizer que existe um procedimento da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, que vai abranger a mobilidade dentro do concelho de Mirandela e também entre concelhos da área CIM-TTM e vai assumir os transportes urbanos. Foi feito um concurso internacional, existe já um concessionário que vai iniciar as suas funções com autocarros mais adaptados áquilo que são as exigências também climáticas e prevemos que durante o primeiro semestre deste ano estejam já a funcionar. Os circuitos são aqueles que estavam definidos em função da mobilidade urbana que é necessária e por isso julgo que temos boas condições para o conforto de todos os utentes.

Quanto à taxa de água, dizer que não houve alterações à taxa de água, e portanto, o IMI nada tem a ver com a taxa de água. Temos também a decorrer uma campanha para o uso eficiente da água, uma vez que Portugal está em seca, alguns locais em seca extrema, e portanto, também em relação à água, o uso criterioso de todos é fundamental, para termos sucesso a enfrentar esta situação.

Relativamente à Ponte Açude, como sabem, é uma ponte que precisa de intervenção, não podemos corrigir o piso sob o ponto de vista estético e conforto sem ver as infraestruturas. Está já aberto um procedimento por causa das comportas, uma vez que com base no Protocolo em que a Câmara celebrou com a Mini Hídrica, cabe à Câmara fazer a manutenção e também a colocação de sensores de monitorização do próprio açude. Por isso, todas as intervenções vão ser feitas, tendo em conta o estado das infraestruturas e só depois o piso poderá ser regularizado.

Em relação ao parque infantil, bem sei que o Senhor *Manuel Brízido* tem alertado para a questão das casas de banho de apoio, julgo que é uma questão que está a ser avaliada, nós não temos de facto parques infantis com casas de banho de apoio nos bairros residenciais, como é o caso e portanto, tudo também dependerá das necessidades da população que serve.

Relativamente aos infantários, obviamente que todos aqueles que pertencem a alguns escalões de famílias carenciadas não são pagas as mensalidades, ou seja, são gratuitas, todos aqueles que têm rendimentos, em função dos seus rendimentos pagam as respetivas mensalidades. Temos algumas dificuldades em encontrar lugar, mas a Nuclisol também este ano deu resposta a algumas situações de carência e portanto, neste momento posso até dizer, que estão preenchidas as necessidades. Vamos ver em função das novas inscrições, qual é a capacidade de resposta quer da Santa Casa da Misericórdia, quer da Nuclisol, quer de todos aqueles que têm respostas para infantários.

Em relação aos ATL's, também temos respostas públicas, respostas privadas, que complementam todos aqueles que querem inscrever os filhos em tempo de férias.

Quanto aos combustíveis em carros oficiais, estamos a abrir um procedimento de deteção remota da localização das próprias viaturas, está a ser um procedimento aberto pela Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais, que naturalmente visa por um lado gerir melhor a frota automóvel da Câmara Municipal e também por questões ligadas à segurança dos próprios trabalhadores da Câmara. Como sabem, existem alguns carros nomeadamente, os carros da Proteção Civil que têm horários de trabalho a tempo inteiro, ou seja, em situações de emergência necessário e existe um Despacho da Coordenadora do Serviço Municipal de Proteção Civil que contempla algumas destas situações de emergência que é preciso acautelar a resposta rápida, célere e eficaz.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

A Mesa não pode deixar passar em claro, aquilo que é o articulado no artigo 30.º do Regimento desta Assembleia, nomeadamente, em relação à última intervenção do cidadão *Manuel Brízido*, porque no âmbito do nosso Regimento, aprovado por unanimidade, diz expressamente: “Durante o período de “Intervenção Aberto ao Público”, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o município, devendo para o efeito proceder à sua inscrição na Mesa, não sendo admissíveis intervenções puramente políticas.”

Nós ouvimos preferir algumas considerações, que esta Mesa não pode tolerar nomeadamente, em relação a comportamentos de alguns Senhores Deputados Municipais e alegorias, alusões a questões políticas que extravasam o âmbito daquilo que é o nosso Regimento.

Eu gostaria que ficasse devidamente lavrado em Ata, porque nós não podemos tolerar este tipo de intervenções.

Antes da Ordem do Dia

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Conforme conversado esta manhã, antes do início dos trabalhos, com os líderes dos diversos Grupos Municipais, tivemos conhecimento há umas semanas da apresentação de um Estudo sobre a implementação da ferrovia que liga diretamente Porto a Bragança. Essa Associação que conduziu o estudo chama-se Associação Vale d'Ouro e há hoje, se esta Assembleia concordar, a possibilidade no fim deste Período da Ordem do Dia, que essa Associação nos apresente aqui em primeira mão e pela primeira vez numa Assembleia Municipal do Nordeste Transmontano, aquilo que são os traços mais importantes do Estudo, que contemplaria a implementação de uma ferrovia diretamente a Bragança e consequentemente a Espanha, ligada ao TGV e que, a ser realidade, mudaria tudo para melhor.

É um assunto que considero do mais alto interesse do Município e colocava à consideração desta Assembleia a possibilidade de aprovarmos a apresentação, no fim deste período, desse Estudo, dessa ferrovia na nossa região.

----- Efetuada a votação e estando 54 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a apresentação do Estudo da Ferrovia efetuada pela empresa Vale d'Ouro, no final das intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“O que hoje me traz aqui neste Ponto da Ordem de Trabalhos, é uma singela proposta de homenagem a um prestigiado Mirandense que, infelizmente, já não se encontra entre nós!

Trata-se do Prof. Doutor *Manuel Henrique Mesquita*, nascido em Mascarenhas, a 15 de março de 1934 e que faleceu em novembro de 2021.

Em breves contactos, por motivos de trabalho, há alguns anos, tive oportunidade de me aperceber da sua delicadeza e fino trato no relacionamento interpessoal.

Mas, passo a descrever sucintamente algumas notas sobre quem foi este ilustre Mirandense.

O Prof. Doutor *Manuel Henrique Mesquita*, jurista e Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde se doutorou em Ciências Jurídico-Civilísticas, lecionou as Cadeiras:

Direito das Coisas; Direito e Processo Civil; Direito do Trabalho; Direito das Obrigações e Direito Processual Civil.

Distinguiu-se entre os seus pares como cultor do Direito Civil, desenvolvendo trabalhos de investigação científica em colaboração com alguns dos maiores vultos do Direito Civil português, como são os Professores *Pires de Lima*, *Ferrer Correia*, *Antunes Varela* e *Vasco Xavier*.

Da sua obra destacam-se as seguintes publicações:

A aquisição, pelas sociedades, das próprias ações ou partes sociais (1959); Lições de Direitos Reais (1967); Uma nova figura real: o direito de habitação periódica (1982); Obrigações Reais e Ónus Reais (1990); Ónus Reais e Oferta Pública de Venda de Ações e Violação do Dever de Informar.

Deixou, também, inúmeros textos na «Revista de Legislação e de Jurisprudência», na «Revista de Direito e Estudos Sociais» e na «Coletânea de Jurisprudência».

Exerceu os cargos de:

Diretor da *Revista de Legislação e de Jurisprudência*;

Presidente da Direção do *Centro de Estudos Registrares e Notariais* e Membro do Conselho Diretivo da *Academia do Jus Privatistas Europeus*.

Entre inúmeras distinções, era ainda:

Académico da *Academia das Ciências de Lisboa*,

Membro do *Instituto Luso-Brasileiro de Direito Comparado* e

Membro da *Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa*.

Mas, acima de tudo isto foi alguém que amou verdadeiramente a sua Terra e as suas gentes, mantendo, ao longo da vida, um casal agrícola na freguesia de Mascarenhas, lugar onde retemperava as forças e se sentia feliz.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

É, pois, este Mirandense que, em meu entender, pela digna carreira e pelos doutos ensinamentos que transmitiu, enquanto docente e ser humano, merece público reconhecimento da parte dos seus conterrâneos, por nós aqui representados, neste plenário.

Por isso, Senhor Presidente,

proponho que seja submetido à apreciação da Assembleia o Voto de Pesar que passo a ler e, no caso de aprovação, se remeta à família apresentando as devidas condolências, na redação que V. Ex.^a entenda mais adequada.

Voto de Pesar

«A Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em primeira sessão ordinária do ano de 2022, no dia 25 de fevereiro, deliberou aprovar [por unanimidade ou por maioria], em nome dos elementos deste órgão autárquico e em representação do município e dos mirandenses em geral, a manifestação do mais profundo pesar pelo falecimento do insigne Mirandense **Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita** (1934-2021) e distinto Professor Catedrático da Universidade de Coimbra.»»

----- Efetuada a votação, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A minha intervenção vai no sentido do tema da agricultura, que é um tema que tem estado na ordem do dia, devido à seca severa e extrema que estamos a passar e no passado mês de janeiro terminou a consulta pública do Plano de Regadio 20/30, que irá contemplar a seguir o Plano Nacional de Regadio do Governo português.

Tive informação informal que a Câmara Municipal de Mirandela também se pronunciou sobre esse Plano, na pessoa do Senhor Eng.º *Agostinho Beça*, numa primeira mão gostaria que se confirmasse se foram enviados contributos para este Plano e quais os contributos que foram enviados e pegando nesse mote, acharia bem que nessa altura tivesse reunido o Conselho Municipal de Agricultura, para escutar também todos os agentes desse setor e que ainda não se reuniram.

Deixava só aqui esta minha opinião, que já faz tempo que não se reúne este Conselho Municipal e que visto que se preveem tempos nada fáceis para o setor da agricultura, seria uma excelente altura para que reunisse esse setor.

Por último, prestar a minha homenagem também ao nosso conterrâneo *Eduardo Filipe Sousa Veiga*, mais conhecido por *Edu Veiga*, que é Campeão Europeu de Futsal e por isso todos os jovens lhe prestam essa homenagem.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÂNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“São os últimos a ser referidos mas na verdade são os primeiros já que é por vossa causa que nós aqui estamos.

Após o regresso à política ativa, de certo modo inesperado, interroguei-me várias vezes sobre a questão de saber o que é possível fazer-se em prol desta nossa terra.

Afigura-se-me que, desde logo, é fundamental contribuir para a dignificação e prestígio desta assembleia municipal, que aparece em primeiro lugar na hierarquia dos órgãos autárquicos.

Constitui obrigação de cada um de nós, e bem preciso é por isso que, como seguramente muitos saberão, esta assembleia já viveu, em tempos não muito longínquos, momentos pouco edificantes de tal ordem que a imagem que passava para o exterior era de que isto não existia ou então não servia para nada.

E isto porque gente houve que em vez de debater se digladiava, com o recurso a um tom agressivo, insultuoso, intimidatório, e linguagem pouco própria e manifestamente inadequada, quer para as pessoas visadas quer para o lugar que deveria merecer maior respeito.

Ora esta casa não pode ser, e não será por aquilo que já nos foi dado verificar, uma arena onde alguns se digladiam, mas sim um palco para debate e confronto de ideias, análise e reflexão de projetos, regulamentos, propostas, enfim tudo aquilo que constitui a matéria da competência da Assembleia Municipal.

Para isso, que é uma exigência e não é nada difícil, basta a postura que aqui temos de assumir. Por mim, e creio que pelos elementos que integram o pequeno grupo do CDS, e quiçá por todos os que foram escolhidos, pautarei essa postura pela estrita obediência da Constituição da República, da lei e dos regulamentos, manifestando, quando for o caso, a minha opinião com a liberdade que inquestionavelmente tenho, com independência, de forma correta e construtiva, tendo apenas como limites os reais interesses de Mirandela e dos mirandelenses.

E sempre, mas sempre, com completo respeito pela opinião dos outros ainda que divergente da minha.

Senhor Presidente.

Alguém dizia, e escreveu, que” esta nossa terra, desde sempre batizada como Coimbra transmontana mereceu os favores de uma natureza pródiga, que lhe ofereceu, além do mais, o rio Tua, que com as suas águas calmas serenamente beija os pés de Nossa Senhora do Amparo e mansamente a percorre em direção ao Douro, bordando uma paisagem verdadeiramente invulgar.”

E deixou à capacidade e vontade dos homens que fizessem o resto, isto é torná-la local onde fosse aliciante viver e mais do que isso onde os seus filhos tivessem a possibilidade de se fixar, fugindo à fatalidade que sobre muitos se abateu de demandar as longínquas terras de emigração ou o litoral distante.

Sabemos que esta terra, entre 1989 e 1995, sofreu um surto de desenvolvimento e progresso notável que a transformou radicalmente e a tornaram mais conhecida e até invejada em todo o país e inclusive no estrangeiro.

Mirandela passou a ser palco de realização de eventos de projeção nacional e europeia, a figurar em todos os roteiros turísticos como algo que vale a pena conhecer, a ser respeitada e admirada. Os mirandelenses, aqueles que aqui vivem como os que estão longe viram aumentar consideravelmente o seu orgulho de ser de Mirandela e os que aqui não nasceram o orgulho de cá residirem.

Isto que creio ninguém questiona, ficou a dever-se à determinação, à capacidade, ao prestígio, engenho e arte de um homem que amava esta terra como poucos.

Chamava-se *José Gama* e quis o destino dramaticamente que há muito tenha já partido do nosso convívio.

É a esse homem que neste momento presto sentida homenagem, que aqui recordo com saudade.

Hoje apenas podemos contar com o seu legado, os seus escritos, a sua obra e o seu exemplo, um património notável que nos deixou.

A partir daí Mirandela como que parou e começou a atrasar-se irremediavelmente com o desenvolvimento e progresso a passar-lhe ao lado.

Onde havia ideias e projetos passaram a existir *slogans* e declarações de intenção.

Onde havia obras a um ritmo quase alucinante passaram a florescer promessas que não se cumpriam.

Entretanto a situação foi-se invertendo, sendo agora possível fazer mais e melhor e designadamente neste mandato, uma vez que a Senhora Presidente e o seu Executivo, com indiscutível legitimidade, saíram extraordinariamente reforçados no último ato eleitoral, dispondo hoje de inquestionável força política, que permite exigir do Poder Central aquilo que é razoável e justo.

De facto, sempre se dizia que no nordeste transmontano não há votos, apenas se elegem três Deputados, e daí que fique sistematicamente esquecido. Fala-se muito na interioridade, invoca-se o nordeste, Trás-os-Montes, ou Bragança sempre que se pretende dar um exemplo de subdesenvolvimento e atraso, mas não se paga o preço da interioridade, contrariamente ao que acontece com o preço da insularidade.

Temos razão para ter esperança e sobretudo para impedir que, para além de nada nos darem ainda nos retirem o que era nosso, deixado pelos nossos maiores e obtido sabe Deus com que dificuldades e sacrifícios.

Reporto-me, entre outros, à linha do Tua (das mais belas da Europa ou do mundo) à Direção Regional de Agricultura, à CUF, ao Cachão, ao hospital público, praticamente desmantelado.

E às vezes tais perdas resultaram de abdicação do poder político local, cedendo à chantagem do poder central ou a outros interesses.

Recordo, a título de exemplo, a linha do Tua, cuja extinção foi negociada com as Câmaras do distrito de Bragança, trocando-se composições por duas pontes, ou seja, a ponte da Brunheda e a ponte que liga Santulhão a Izeda.

Há um protocolo, em parte feito à mão, subscrito pelos Presidentes das Câmaras, com exceção da de Vinhais e o então Ministério do Equipamento Social, sendo Ministro o Arquiteto *Rosado Correia*.

Parou a manutenção da linha, foram suprimidas algumas composições, os comboios circulavam em marcha lenta, com horário que não servia os interesses das populações ao mesmo tempo que se negociava com uma empresa rodoviária para transportar os passageiros em autocarros.

Isto, obviamente, não poderá repetir-se e estamos convencidos que os reais interesses desta terra serão agora protegidos de maneira diferente.

Senhora Presidente.

Do livro “de Nova Iorque a Mirandela” da autoria do Dr. *José Gama*, cuja leitura aconselho, vou citar uma passagem, o que faço porque entendo que V.ª Ex.ª terá as características que ele ali aponta.

Diz assim: “ digo há muito que o presidente da câmara deve ter acima de tudo, imaginação, depois imaginação e mais imaginação. Quem não tiver capacidade para se apaixonar pelas coisas, de fazer com alegria aquilo em que se mete, porque se acredita, de cortar sempre a direito, seja adversário ou amigo, de andar de alma limpa e sossegada para se pensar com paixão na terra que o elegeu, de olhar de frente e cabeça erguida e direita, seja pobre ou rico, do governo ou da oposição, não nasceu para ser presidente da câmara” citei o Dr. *José Gama*.

Flui de todo o exposto que no exercício da atividade de fiscalização da câmara municipal, V.ª Ex.ª terá sempre em nós uma posição de crítica construtiva, apoiando naturalmente tudo o que em nosso entendimento seja pertinente.

A eventual divergência de opiniões é tão natural que penso que V.ª Ex.ª tal como eu, também entende que ela nem sequer colide, nem pode colidir, com a estima pessoal.

E creio que a vida já nos ensinou, porventura a todos, que os nossos amigos não são necessariamente aqueles que estão sempre de acordo com tudo o que fazemos e dizemos, mesmo aquilo que é notoriamente absurdo.

Amigos são aqueles que não têm relutância de nos alertar, em cada momento, para aquilo que se lhes afigura não estar certo, não ser aquele o caminho apropriado ou a decisão justa.

Será com estes que, naturalmente, se poderá contar.

Na ponderação de que, na política, como em tudo, a credibilidade não se herda. Conquista-se.

Finalmente um ilustre mestre de ciência política, e meu amigo, ensinou-me que na política, como na religião, não são as palavras que rezam, mas as obras.

Vamos então às obras, todos, sem que ninguém fique de fora, para que esta nossa terra possa continuar a ser, cada vez mais, um espaço em constante mudança, onde a humanidade, o respeito e a solidariedade andem de mãos dadas.”

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Um assunto de ontem, hoje e de amanhã – Os tempos que se seguem pós Covid-19.

Chegados que somos ao mês de fevereiro de 2022, depois de dois anos tão atípicos e difíceis nas nossas vidas, importa perspetivar o que nos espera, olhando para a forma como soubemos agir, reagir e conduzir os destinos do nosso concelho, em tempos de pandemia.

Ao longo de 2020-2021 e neste início de 2022, foi possível perceber que quer da parte da autarquia, quer da sociedade civil, foram feitas *démarches* e tomadas diligências para minimizar impactos pessoais, escolares, profissionais, empresariais e sociais aos municípios de Mirandela.

Desde o apoio ao ensino à distância, às iniciativas Mirandela&agricultura, ao Cartão Comércio Mirandela, à assistência às variadas feiras do concelho, ao apoio às IPSS's, à criação de linhas de apoio psicológico, às novas formas de pagamentos de pensões, à

AA
AB
7/2

animação à distância, à solidariedade com as famílias com contributos como cabazes solidários, kits de emergência alimentar e de higiene, à moratória de vencimento das faturas e ajudas para medicação, aos espaços e meios de testagem mais céleres, à reabertura das escolas em segurança, à reorganização dos transportes escolares, às sessões de formação/sensibilização de higiene e limpeza, aos planos de contingência, à difusão de mensagens sonoras pela Proteção Civil, ao apoio especial e urgente às Freguesias onde a pandemia mais grassou, aos contactos constantes com as autoridades de saúde, forças de segurança, Juntas de Freguesia, Bombeiros Voluntários... à distribuição de equipamentos de proteção individual, ao reforço do grupo de voluntários, ao apoio a pessoas em isolamento, ao apoio logístico a alunos deslocados, ao apoio à Unidade Local de Saúde, quer no Centro I quer no II – nos transportes para vacinação e/ou testagem, e à preparação e dinamização do processo eleitoral legislativo – antecipado, e regular.

Em todos estas frentes há que considerar que o Município, a Proteção Civil e demais equipas, deram grandes passos e estiveram muito bem – em harmonia com os demais intervenientes sociais, e face às necessidades sinalizadas por todos.

Concisamente, há trabalho feito no apoio à economia local; há investimento na saúde, pela prevenção e contenção da covid-19; e especialmente há ajuda às famílias.

Por tudo isto, pode-se concluir que o rumo municipal traçado para superar a pandemia resultou e bem, congratular os políticos pelas opções tomadas e as equipas de terreno, em especial a Proteção Civil, pela dedicação e organização de todo este processo – dá-nos segurança perceber que temos um porto seguro nas nossas estruturas municipais.

Dar-vos conta também que no âmbito dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento Concelhio ao impacto da Covid-19, formada em 2021, por elementos desta Assembleia Municipal, dar-vos conta que este coletivo teve oportunidade de reunir no pretérito dia 28 de janeiro, tendo sido um espaço de partilha, reflexão e de questionamento, para acompanhar a implementação das políticas concelhias, os investimentos, as prioridades, face às dificuldades causadas pela crise económico-social, no nosso concelho.

Foi possível obter uma perspetiva da atividade do posto de comando operacional de Mirandela, desde 2020, até janeiro de 2022, por parte da Coordenadora Municipal da Proteção Civil, a quem muito agradecemos toda a entrega e dedicação a esta causa de todos, e também debater entre os membros da Comissão, aquelas que são as maiores preocupações – a situação das IPSS's face a futuros surtos, e as respostas das unidades de saúde aos municípios com outras problemáticas de doença que não a covid-19.

E se 2020 e 2021 foram anos difíceis e cruéis, à escala global, 2022 deixa-nos apreensivos pela conjuntura nacional e internacional... e daí o nosso questionamento...

Como diria *Oscar Wilde*, “O descontentamento é o primeiro passo na evolução de um homem ou de uma nação.” Por isso questionamos:

Senhora Presidente, quais as estratégias concelhias futuras para combater a Covid-19, em 2022, e face a esta crise sanitária que se tornou económico-social?

Que os instrumentos e medidas pretende implementar para alavancar as empresas locais?

E de que forma pode promover um reforço da saúde dos municípios de Mirandela?”

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“É reconhecido por todos, que o nosso concelho é maioritariamente um concelho agrícola, e a meu ver, o nosso concelho e as suas gentes e também se queremos combater a desertificação das nossas aldeias, só poderemos fazê-lo e ter um futuro risonho, se os agricultores e a agricultura tiverem sucesso.

Mas para que esse sucesso se faça sentir, é preciso que as instituições e as entidades que gerem o nosso concelho, estejam sensibilizadas e reconheçam a importância que este setor, tem na vida de todos nós.

É importante esse reconhecimento sem dúvida, mas temos que passar das palavras aos atos e fazermos, ou seja, ajudarmos os agricultores a atingir esse sucesso.

Sabemos que hoje, temos que ser competitivos e que para se fazer uma agricultura competitiva temos que estar constantemente a inovar, evoluir ou seja a modernizar.

Sabemos também, que hoje para fazermos agricultura, se não tivermos água é praticamente impossível, ainda mais em anos como o que estamos a viver, de uma seca extrema.

Proclama-se muito e tem sido muito divulgada ao longo dos tempos a chegada da dita “Bazuca”.

E é aqui, se me permite, Senhora Presidente, que gostaria de lhe fazer algumas perguntas.

1. Será que essa “Bazuca” vai chegar também ao nosso concelho?
2. Se chegar, o que tem previsto o seu Executivo, na construção de barragens, ou charcas ou lagoas dê-lhe o nome que entender?
3. Visto que deixou cair no mandato anterior a Barragem da Serrinha, gostaria de saber, o que tem previsto para o sul do concelho, mais propriamente para as aldeias de Lamas, Cobro, Franco, Vila Boa, Avidagos, Palorca, Carvalhal, Navalho, Barcel e Abreiro.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesias de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

É um prazer falar pela primeira vez e dirigir-me a V.ª Ex.ª aqui neste mandato.

O que me traz aqui foi uma formação que foi dada a uma Equipa Multidisciplinar que vai ser criada na Câmara Municipal de Mirandela que visa capacitar essa equipa para lidar com uma matéria extremamente delicada, que é os cuidadores informais.

O Projeto chama-se “Cuidar quem cuida”, o título é demasiado sucinto para a matéria que abrange, porque vai muito mais para além do que o próprio cuidador, a pessoa que vai assumir a incumbência de tratar de alguém. Estamos aqui a falar de gente envelhecida, gente incapaz, estamos a falar dos problemas das famílias que lidam com essas situações.

A falta de informação, nestes casos, é um dos principais problemas e eu predispus-me, frequentei essa formação e predispus-me perante a Equipa, de vir aqui lançar um repto, nomeadamente aqui aos meus colegas Presidentes de Junta, de darem todo o apoio que for solicitado e mesmo que não seja solicitado, manifestarem essa disponibilidade, porque fazer-se o levantamento daqueles que são os mais frágeis do nosso concelho, seria um distinto exemplo de cidadania que se destacaria a nível nacional, porque por norma os mais frágeis são os mais esquecidos.

Aqui em Mirandela e nós enquanto Presidentes de Junta, falo mais para os Presidentes de Junta, porque são aqueles que mais próximos estão e que melhor conhecimento têm do que se passa em cada uma das nossas Freguesias, nós, Presidentes de Junta podemos dar um contributo decisivo para que essa estratégia e essa capacitação das pessoas seja o mais eficaz possível.

Durante essa formação foram-nos dados alguns dados nacionais, é um Projeto de 2019 que está em curso e efetivamente a inventariação de casos fica muito abaixo daquilo que é a realidade do concelho, ou a realidade daqueles locais. Eu disse nessa formação que eu só pensando na minha Freguesia existem certamente mais de 10, 15 casos que requeriam acompanhamento, dar informação às pessoas, dar informação aos próprios familiares que acompanham e às pessoas que são acompanhadas e aqui também creio que o CLDS de Mirandela tinha um contributo especial a fazer, porque isto aqui é uma realidade, para quem não lida com essa situação, não tem consciência disso, eu infelizmente já lidei, muitos já lidaram, mas é uma realidade dramática, ter-se uma pessoa que necessita de apoio diariamente, é dramático para a pessoa que é acompanhada, é dramático para a pessoa que acompanha.

Bem basta a desgraça de ter que lidar com isso, ao menos que haja alguém que possa estender a mão e informá-la, dizer-lhe quais são os direitos que lhe assistem, os riscos que corre, que tipo de apoios pode ter, que estratégias existem e o que é que se pode dar a essas pessoas.

Este é o meu modesto contributo, eu disponibilizei-me para participar e fazer parte dessa Equipa Multidisciplinar, sinceramente não sei se faço, mas participei nessa formação como se o fosse.

Volto a repetir, era lançar o repto aos meus colegas Presidentes de Junta, quando forem abordados por parte dessa Equipa Multidisciplinar, que estejam disponíveis para dar essa informação, eu bem sei que às vezes é chato para um Presidente de Junta imiscuir-se em situações de foro privado, mas já tivemos aqui um caso no concelho tristemente dramático e aqui o Senhor Deputado *Hernâni Moutinho*, pelos motivos profissionais bem conhece, do que acontece quando não há uma resposta social a uma situação de desvario, uma falta de resposta a situações muito complicadas de foro psiquiátrico e esse é só um dos exemplos da matéria que aqui está em causa.

Não queria deixar, como primeira intervenção minha, de vir aqui reconhecer publicamente e agradecer à Senhora Presidente da Câmara, porque finalmente, Senhora Presidente, muita gente dizia que era mentira, que não ia ser feito, mas a obra está à vista e estou aqui em nome das pessoas da minha Freguesia, a obra está em curso, não estou aqui a dizer que outros não a fizessem, mas foi a Senhora Presidente que o fez e portanto, a ninguém mais a não ser à Senhora Presidente, na qualidade de Presidente deste Município, se deve esse agradecimento que aqui fica manifestado.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu não tenho nenhuma intervenção preparada, mas gostava de questionar a Senhora Presidente sobre duas ou três questões que gostava de ouvir a resposta, mas antes de mais permita-me que lhe faça um agradecimento relativamente ao subsídio que foi atribuído à Comissão Fabriqueira do Cachão, a si e a todos os Vereadores, inclusivamente os da Oposição também pois foi aprovado por unanimidade, essa atribuição desse subsídio para liquidar a dívida da Junta Fabriqueira do Cachão.

Permita-me mais um agradecimento à sua prontidão de a minha intervenção na última Assembleia, relativamente ao parque infantil de Frechas, que passados quatro dias ficou vedado, mas não posso deixar de mostrar o meu descontentamento relativamente à obra ainda não estar acabada, que tinha uma taxa de 90 dias de execução e já lá vão 240 dias e não venha dizer que a culpa é da empresa que adjudicou a obra, porque a Junta de Freguesia fez um pedido de colocação de um contador de água à Câmara Municipal no dia 09 de setembro de 2021 e hoje às 09.00 horas ainda não havia água, tive essa preocupação de ir verificar, acho que cinco meses é muito tempo para colocar um contador de água.

Relativamente às questões que lhe queria colocar, a primeira é referente ao parque de estacionamento no Cachão na AIN em frente ao matadouro, começou a ser feito em setembro de 2020, puseram lá meia dúzia de blocos, que já não se veem com tanta erva, queria saber se aquilo é para avançar, se não é para avançar, qual é o ponto da situação?

A segunda questão era relativamente ao alargamento do cemitério de Frechas, que já se arrasta desde o dia 26 de janeiro de 2018, aquando da visita do *staf* da Câmara Municipal àquela Freguesia, partilhei essa preocupação, posteriormente propus no dia 22 de janeiro de 2021, ao Senhor Vereador *Orlando Pires*, uma solução rápida, económica e fácil, que até o suprasumo dos arquitetos, estou a falar do Arquitecto *Ortega*, também concordou, o facto é que o cemitério só tem um lugar e isto preocupa-me.

Claro que vocês, os políticos conseguem adiar a obra, mas o Presidente de Junta não consegue adiar a morte da população.

Ainda outra situação que me parece também muito preocupante nesta altura de seca extrema, como é que a Senhora Presidente da Câmara desperdiça milhares de litros de água, na estação de tratamento do Cachão que pertence à AIN. Isso é um mau exemplo que está a dar à população. Acho que devia tomar medidas drásticas, porque a barragem está numa cota como nunca esteve e a água está ali a verter-se, diariamente milhares de litros, acho que devia tomar providências nesse sentido com carácter de urgência.

Se me permitem os meus colegas Presidentes de Junta, eu como Presidente de Junta senti-me um pouco lesado, ou até desprezado, como Presidente de Junta já é o quinto ato eleitoral que assisto e desta vez para assinar os cadernos eleitorais, fiquei estupefacto quando me sentaram num banco de madeira no *hall* de entrada da Câmara Municipal, com uma mini secretária que mal lá cabiam os cadernos eleitorais, onde as pessoas estavam a entrar e a sair, os funcionários iam à máquina do café e nós ali a levar com o frio,

AA
AB
7/12

a telefonista a telefonar e a receber telefonemas, pessoas a pedirem informações, quer dizer, não há um gabinete digno para receber os Presidentes de Junta?! No auditório, na Biblioteca, sei lá, eu acho que estamos a ser um pouco desprezados, penso eu, não sei, acho que a Câmara devia arranjar outras condições e não essas.

Ainda relativamente aos Presidentes de Junta, uma situação que eu despoitei aqui na Assembleia do dia 28 de fevereiro de 2020, relativamente a um Presidente de Junta ter um cartão para estacionar, supostamente para ir tratar de assuntos à Câmara, que até a minha estimada amiga e Presidente de Junta *Luísa Deimões* deu aqui uma sugestão, que era a telefonista ter um ou dois cartões, o Presidente da Junta quando fosse tratar de algum assunto à Câmara ia à telefonista solicitar o cartão para poder estacionar e no fim retirava o cartão e entregava-o. Até agora nada foi feito e eu fico estupefacto com funcionários da Câmara, que ainda nem têm meio ano de casa e já utilizam esse cartão, funcionários da Câmara, não são os da varredura, claro, são outros, que ainda não têm meio ano de casa e já estacionam em frente ao Tribunal com o respetivo cartão e o Presidente de Junta para ir por exemplo, buscar os boletins de voto tem de deixar o carro no parque de estacionamento e ir a pé com uma meia dúzia de sacos e ainda somos responsáveis pelos boletins de voto.

Eu até iria mais longe e sugeria, dava aqui uma sugestão, vinda de mim vale o que vale, à semelhança de que há um lugar reservado para a agência funerária, para o Senhor Padre, para os *motards*, para os deficientes, porque não ter um ou dois lugares cativos para os Presidentes de Junta, para poderem ir à Câmara Municipal tratar dos assuntos da sua Freguesia.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Permitam-me direcionar umas primeiras palavras de Boas Vindas a todos aqueles que estão neste espaço, nesta casa da democracia do nosso concelho, pela primeira vez. Bem-vindos!

Endereçar os parabéns a todos aqueles que foram eleitos e reeleitos, extensível a todos os que tiveram a dignidade e a coragem de concorrer, pela primeira vez, e perderam. Pois esses que perderam, não podendo estar connosco, contribuíram, com as suas ideias e com as suas propostas, para o enriquecimento do espírito democrático e, nesta sequência, a democracia sai fortalecida e dignificada. A sua missão não termina com a derrota mas podem, na oposição e com o seu estatuto próprio de oposição, contribuir, em muito, para o desígnio da sua freguesia o que, por sua vez, levará ao engrandecimento do desígnio do concelho, como um todo e holístico, o que levará à vitória de cada um, como registo futuro.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente,

Este mandato que os munícipes lhe conferiram é um mandato vital para os desígnios do nosso concelho. Refiro-me ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a tão famosa "Bazuca". Este nome metafórico de arma militar, "Bazuca", que surgiu ao acaso como recurso expressivo num contexto de reforço de uma ideia, dá-nos um sentido interessante do que poderá ser a realidade desta ferramenta. Bem utilizada, na sua função, pode, em simultâneo, causar benefícios, bem como causar danos para quem está a disparar e a municionar.

Temos dois domínios a considerar como grandes desígnios do nosso concelho:

1.º Domínio das obras materiais;

2.º Domínio das obras imateriais.

No que concerne às obras materiais, 1.º domínio, todos nós temos, ao longo de vários mandatos, apontado e resolvido, conforme as necessidades temporais. Não vou fazer grande referência. Mais projeto, mais eixo comunitário, Mirandela, como concelho, vai-se encontrando bem servida de obras.

Mas o maior desígnio, o que mais carece de atenção e investimento, e que não se consegue, minimamente, resolver, ao longo dos sucessivos mandatos, é o domínio do imaterial, um dos mais importantes para o ubíquo dos dois domínios e para o isomorfismo do concelho.

Sem pessoas não há vida! Um dos problemas que se tem agravado, ao longo dos tempos é, sem dúvida, o índice de despovoamento no interior. Aqui, o nosso concelho não fica atrás.

Ao longo dos tempos, podemos tirar a conclusão que, pelo investimento que foi feito no plano material, nas várias aldeias, vila e cidade do nosso concelho e noutros, todos continuam a despovoar. Foram, ao longo de décadas, feitos investimentos nos paralelos, no alcatrão, no saneamento, etc. e "o povo não regressou"! E, como consequência, esta situação influencia todo um rendimento médio que fica aquém da média de concelhos com vida, com indústria, com comércio, com turismo, etc., e caminhamos, passo a passo, para uma espécie de falência social concelhia.

Consegue-se perceber que as políticas não poderão ser as mesmas. Terá que haver uma disrupção das mesmas e velhas políticas.

Então que políticas disruptivas, que influências podemos exercer para reverter e/ou estagnar todo um processo de falência social de concelhia?

É, sem dúvida, o investimento no plano imaterial que nos poderá servir de alavanca para melhorar as condições de vida dos nossos munícipes e contribuir, positivamente, para um novo desígnio.

Passo, desde já, a apresentar possíveis caminhos, algumas das políticas disruptivas para um outro desígnio.

Há bem pouco tempo, estive no nosso território o Senhor Secretário de Estado da Transição Digital, *André Aragão Azevedo*, assumindo que as verbas para aumentar a cobertura da rede móvel e fixa a todo o território e a toda a população eram quase ilimitadas.

Uma excelente oportunidade para o território e para o concelho. Urge uma magistratura de influência a nível da CIM-TTM, poder central, como é óbvio, para a sua concretização. Nessa hipotética realidade, poderemos começar a falar de digitalização, *Cluster* de competitividade, território inteligente, enfim, um novo desenho digital e uma naturalização digital do concelho. Mirandela poderá albergar, num futuro próximo, um centro de servidores digitais de uma qualquer multinacional para que a mão-de-obra qualificada e o rendimento médio de salário se aproxime ao nível nacional, podendo, mesmo ser superado.

Outro desígnio do nosso concelho, inaproveitado e virgem, é o turismo do cinegético. Nunca houve, ao longo destes anos após 25 de abril, um Vereador sensível a esta matéria. Existem concelhos, vizinhos até, com menos área geografia de terreno diferente da nossa, com maior hegemonia cinegética.

Uma geografia de terreno como a que existe no nosso concelho, equiparado, em alguns sítios, ao primor geográfico do Alentejo, e as bacias hidrográficas que atravessam o concelho, a exploração cinegética e a relação que tem com o turismo está tudo subaproveitado, não se encontrando ao serviço dos municípios do concelho.

Não nos podemos iludir com o turismo de *Cluster* fechado do *Mário Ferreira*. Este não vai trazer riqueza para o concelho e seus municípios porque este se apresenta hermeticamente fechado.

O concelho tem um setor de turismo cinegético, de extrato social mais elevado, a explorar. Não pode funcionar nestes moldes, em pequenos quintais só com o objeto de receita individual. Tem que ser executado à velocidade dos tempos pedidos, em vários modelos colaborativos, reflexivos e, essencialmente, em modo rede, com investimento sustentável.

Senhor Vereador, *Vitor Correia*, como homem ligado à cinegética, poderá ser este o seu legado, a sua marca, para futuro. Encetar o diálogo com as associações e instituições gestoras dos territórios cinegéticos e construir um modelo turístico funcional, duradouro ligado à caça e pesca é urgente e indispensável. Quem não conhecer os meandros da cinegética e dos capitais que estão envolvidos não consegue olhar para a cinegética como estratégia de desenvolvimento para o concelho.

Para reflexão de todos:

Que estratégia, que plano existe para que possamos atingir a proficiência do domínio imaterial?

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ MÁRIO MESQUITA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Agradeceram-se algumas obras interessantes e hoje eu decidi vir falar da minha aldeia.

“A MINHA ALDEIA

Chama-se Valbom dos Figos na Freguesia de Mascarenhas.

Situada a 6,5 km da Cidade de Mirandela, é atravessada pela Estrada Nacional 206-1.

Pertence a uma das maiores Freguesias do Concelho de Mirandela, Mascarenhas, dotada do 8.º maior apoio financeiro mensal transferido pela Câmara Municipal.

Nela vivem, em permanência, 100 habitantes, aumentando significativamente nas férias de Verão, com a chegada dos emigrantes.

Possui um lagar, em laboração, no qual trabalham diariamente vários funcionários oriundos de outras Freguesias.

Possui também uma Associação (ACRD de Valbom dos Figos) promotora das melhores provas de Ciclismo / BTT do distrito, só parada pelos efeitos da pandemia COVID-19.

Possui saneamento básico, exceto nas casas de 9 (nove famílias) cujas moradias se estendem ao longo da referida Estrada Nacional e que possuem fossas sépticas.

Possui um acesso principal com cerca de 200 metros, que apresenta o piso mais degradado de todo o concelho!!

Não se viu ali qualquer tipo de reparação há longos anos.

Nesses 200 metros, ruiu um muro de suporte na parte superior do caminho, há mais de um ano, sem que alguém dê mostras de o querer reparar.

Assim, numa tentativa de dignificar as gentes que ali se propõem manter, apelamos ao Exmo. Executivo Camarário, se digne calendarizar e executar:

- 1) A pavimentação dos 200 metros do acesso ao núcleo da Aldeia;
- 2) A ligação das 9 casas de habitação ao saneamento geral, já existente.

Esta é a história da minha Aldeia, bem perto daqui, mas já agora e como falamos em Mascarenhas e na Freguesia de Mascarenhas, gostaria de questionar a Ex.ª Senhora Presidente, ora, *Júlia Rodrigues* se, tal como afirma o Presidente da Junta eleito, Senhor *Manuel Gomes*, a Senhora apoia a situação de impasse que está criada, sem uma Junta de Freguesia instituída e sem instalação e normal constituição da respetiva Assembleia de Freguesia. Vejam há quantos meses isto já lá vai, pelo menos quatro.

Será que a formação e competência do Senhor Presidente eleito, lhe permitem, ao contrário de todas as outras Juntas, gerir sozinho o destino dos fregueses de Mascarenhas?

Onde estará o espírito democrático e a defesa dos direitos dos nossos fregueses nas mãos, não de um órgão autárquico, mas sim de um autocrata com espírito ditatorial?

A Freguesia anseia por uma palavra da Senhora Presidente.

Outro aspeto que também gostaria de trazer aqui hoje é o seguinte: Nós, o CDS/Partido Popular estranha o não agendamento nesta Assembleia Ordinária, da problemática em torno do horário de funcionamento dos comerciantes, retirado dos assuntos da última Sessão.

Perguntamos:

Estará resolvido? Ou será que o assunto não tem de ser novamente discutido e votado nesta Assembleia Municipal?”

----- A Senhora Deputada Municipal *RITA MESSIAS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

AA
16.
7/2

“À semelhança do resto do mundo, o concelho de Mirandela enfrenta os desafios de um mundo globalizado, da transição digital, dos problemas decorrentes da crise sanitária, e agora da guerra na Europa, cujas consequências ainda não conseguimos determinar. Para além disso, ainda se depara com uma perda significativa da sua população e um forte envelhecimento da mesma.

De acordo com os dados do INE, nos últimos 20 anos, Mirandela perdeu cerca de 17% da sua população residente; os idosos aumentaram 12%; a população ativa diminuiu 7%, (em 2021, havia 1,8 pessoas ativas por cada idoso) e os jovens até aos 14 anos, diminuíram 5% (em 2021, havia 318 idosos por 100 jovens). Esta situação, coloca Mirandela num patamar de riscos ainda mais elevados, face ao contexto atual, caracterizado por aceleradas transformações tecnológicas, sociais, económicas, nos modos de produção e organização do trabalho, a que muito chamam a "Quarta Revolução Industrial". Esta revolução, envolve profundas mudanças nas diversas dimensões da sociedade e, nomeadamente, no mundo do trabalho. Mudanças essas, principalmente relacionadas com as tecnologias e que tem conduzido à expansão das plataformas digitais e à transição digital.

Não obstante, a transição digital cria desafios através de uma nova configuração da forma como se trabalha, sendo necessário preparar as pessoas para esta transição, pode, também, criar novas oportunidades.

De fato, as plataformas digitais, permitem trabalhar a partir de qualquer lugar do mundo!

Através do trabalho remoto, desde que haja uma boa rede de internet. Por isso, Mirandela

Poderá aproveitar esta oportunidade, criando políticas locais e em articulação com o governo central, com vista a tornar Mirandela um concelho atrativo para morar quem utiliza o trabalho remoto. Desta forma, poderia atrair os mais jovens trabalhadores que são, por norma, aqueles que aderem mais a esta forma de trabalho e ao nomadismo digital.

Para que Mirandela seja um concelho atrativo para o trabalho remoto, terão que se priorizar determinados investimentos e criar políticas para tornar este concelho mais atrativo para os jovens irem para cá morar. Tendo em conta que a Europa está na vanguarda do nomadismo digital e Portugal foi considerado um dos países do mundo mais atrativos para os nómadas digitais, destacando-se pela melhor qualidade de vida, Mirandela já partiria de alguma vantagem competitiva.

Apesar do trabalho remoto, já ser uma tendência antes da pandemia, esta veio a contribuir para a sua intensificação e, efetivamente, tudo indica que continuará a ser uma tendência do futuro do trabalho, nomeadamente em determinadas funções. Por isso, é importante que Mirandela se prepare para esta nova realidade, fomentando políticas de atração e fixação de jovens que optam pelo trabalho remoto ou que pretendem ser nómadas digitais, com vista a reverter esta tendência de perda de população e aumento do índice de envelhecimento, no concelho.

Para tal, será necessário oferecer boas condições a quem queira mudar-se para cá, nomeadamente:

- Aumento da velocidade da internet, que pode ser conseguida através do 5G;
- Criação de espaços onde estes jovens possam trabalhar, os designados *cowork*;
- Disponibilidade de habitação a preços acessíveis;
- Incentivos fiscais;
- Redes de apoio social e criação de dinâmicas de contacto com as populações locais;
- Acesso grátis à cultura;
- Créditos com descontos nos mercados locais;
- Incentivos à natalidade. Entre outros.

De facto, a atratividade deste concelho não se pode ficar apenas pelo turismo, mas também pela atração e fixação destes jovens trabalhadores, para que Mirandela possa garantir uma sustentabilidade de longo prazo à sua população.”

Assim, Senhora Presidente, gostaríamos de saber se já há alguma estratégia neste sentido para este Município?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A CDU apresenta:

“Voto em defesa da paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa

Expressando a sua profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos na situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares da Rússia na Ucrânia;

Salientando que o agravamento da situação é indissociável do contínuo alargamento da NATO e do reforço do seu dispositivo militar ofensivo junto às fronteiras da Rússia, assim da inserção e instrumentalização da Ucrânia ao serviço da estratégia belicista deste bloco político-militar.

A Assembleia Municipal de Mirandela, reunida no dia 25 de fevereiro, de 2022.

- Apela à urgente descalada do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negociada;
- Sublinha a premente necessidade de iniciativas que contribuam para um processo de diálogo com vista a uma solução política para o conflito na Ucrânia e à resposta aos problemas de segurança coletiva na Europa, no cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Ata Final da Conferência de Helsínquia.

Insta a que, em defesa dos interesses e das aspirações do povo português e dos povos de toda a Europa, o Governo português atue de forma a favorecer o fim da escalada de confrontação, a solução negociada dos conflitos internacionais, a paz e o desarmamento, em consonância com a Constituição da República Portuguesa.”

----- Efetuada a votação, obteve-se a seguinte deliberação:

AA
AB
77

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto em defesa da paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Cumprimento o Executivo da Oposição, porque o Executivo da Câmara Municipal nenhum dos elementos está presente, a questão é se é normal? Se devemos continuar? Ou há um motivo de força maior?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A informação que temos por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal é de que o Vice-Presidente *Orlando Pires* se encontra de férias, a Senhora Vereadora *Vera Preto* está neste momento numa diligência no Tribunal e o Senhor Vereador *Vitor Correia* encontra-se numa cerimónia de assinatura de um Protocolo, em serviço oficial do Município.

Os Vereadores *Vitor Correia* e *Vera Preto*, assim que estiverem despachados das suas obrigações profissionais e legais marcarão presença na parte da tarde. Nesta manhã apenas contamos com a presença da Senhora Presidente.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na ausência da Senhora Presidente da Câmara, pedia que os Senhores Vereadores da Oposição assumissem a condução da Reunião.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os Senhores Vereadores da Oposição não gozam desse direito à luz da lei.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Propunha um intervalo de cinco minutos, até o retomar normal dos trabalhos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É perfeitamente compreensível e aceitável, mas também não podemos esquecer que estando apenas a Senhora Presidente a representar o Executivo em Permanência, de que também muitas vezes há a necessidade pessoal de ter de se ausentar por alguma razão, mas é perfeitamente justificável que na ausência da Senhora Presidente possamos proceder a um intervalo.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *LUÍS SOARES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Este é um tempo de oportunidades e desafios, de realizar trabalho por Mirandela e com os Mirandelenses, devemos caminhar juntos colocando em cima da mesa sugestões, projetos, ideias construtivas e que possam ser dinamizadores do desenvolvimento social e económico de Mirandela.

Não é tempo de querelas políticas, muito menos será o tempo de se querer sobreviver politicamente à custa das redes sociais partilhando o pânico e destruindo a imagem da vila de Torre Dona Chama e da cidade Mirandela, atrás de caixotes do lixo cheios que foram remexidos por animais a horas impróprias ou de floreiras que se encontram em manutenção, que política é esta destrutiva? Será que isto que queremos para Mirandela?

Que visa unicamente o populismo sem a construção de uma verdade trabalhada, realista e geradora de consensos. Qual é a cidade que não tem problemas na área da limpeza urbana, na área da manutenção dos seus Jardins ou espaços verdes? Que soluções apresentam para a resolução destas situações? Ou procuram desprestigiar os trabalhadores, o seu trabalho a sua organização.

Sejamos sérios e realistas, eu tenho dúvidas que esta forma de fazer política seja subscrita por pessoas de qualidade neste partido, no maior partido da Oposição desta Assembleia, neste caso o PSD, tenho sérias dúvidas, porque lhe reconheço o mérito e reconheço capacidade de trabalho.

Podemos não concordar com todas as decisões que são tomadas pelos órgãos executivos ou deliberativos, mas devemos apresentar alternativas viáveis do ponto vista orçamental recolocando receitas ou despesas associadas e não esquecendo que vivemos numa altura com um grande número de candidaturas e programas de financiamento com objetivos concretos.

Tenho a certeza de que a maioria dos Mirandelenses prefere ter uma ecopista na antiga linha do tua, a uma estrutura que esteja abandonada, não sejamos demagogos, que alternativa é que existia?? Quem suporta o custo de comboio Mirandela-Bragança pelo antigo traçado?? Quem iria certificar essa linha?? Quando temos problemas de certificação da linha já em processo de autorização, nomeadamente entre a Brunheda e Mirandela.

A Câmara só se deixar de pagar aos seus trabalhadores é que podia manter este funcionamento

Permita-se ainda dizer o seguinte, em relação à delegação de competências na área social, ela deve ser consumada com vantagem para o Município e para os Mirandelenses sem aumento de encargos e trabalhada de forma construtiva e realista.

AA
AB
77

Não é por não haver delegação de competências na área social que o Município de Mirandela ou até a Junta de Freguesia de Mirandela não apoia socialmente os seus residentes, só a Junta de Freguesia no ano de 2021 no combate à pobreza extrema apoiou cerca de 103 famílias abrangendo mais de 300 pessoas identificadas com carência económica efetiva.

Esta é a realidade da gestão autárquica, não é preciso esconder nada é preciso trabalhar para um bem-estar comum e não sermos populistas atrás de um qualquer telefone.

Senhora. Presidente da Câmara;

É por isso, que nesta fase única, com implementação do programa de recuperação e resiliência o Município deve ter na sua posse todos os instrumentos necessários para abranger o máximo de candidaturas e de financiamento possível, se necessário recorrer a mecanismo de financiamento bancários de longo prazo para cabimentar todas as obras estruturantes que nesta fase tem uma percentagem de financiamento muito alta. Porventura nos próximos anos não vamos dispor de mecanismo de participação tão elevados como o PRR ou o novo programa de financiamento comunitário o 2030.

Tenho a certeza de que se houver esta necessidade de financiamento extraordinário Assembleia Municipal irá aprovar todos os instrumentos financeiros necessários para a execução de projetos estruturantes para Mirandela.

Para concluir, Senhora Presidente;

Estamos a trabalhar no futuro para que possamos servir melhor Mirandela e os Mirandelenses, e nesta vertente a Junta de Freguesia de Mirandela é parceira do Município e queremos reforçar esta vertente, através do Decreto-Lei n.º 57/2019, em que concretiza a transferência de competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias, numa lógica de partilha de recursos salvaguardando assim, o interesse dos cidadãos e das empresas em Mirandela.

Temos trabalhado no interesse comum de forma a não aumentar a despesa pública gerindo melhor os recursos disponíveis e por isso entendemos que deve ser formalizado um novo contrato interadministrativo de partilha de recursos entre o Município de Mirandela e a Freguesia de Mirandela nas seguintes áreas:

1. Limpeza urbana;
2. A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público;
3. A gestão e manutenção corrente da feira;
4. A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico e a manutenção do seu espaço envolvente;
5. Gestão de cemitérios;
6. E um conjunto de licenciamentos que podem ser fixados pela Junta de Freguesia cumprindo os regulamentos municipais.

Estas são áreas de desenvolvimento e partilha de esforços comuns procurando encontrar soluções inovadoras de reinvenção e partilha entre órgãos autárquicos.

Terminando Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente e restante Executivo, Senhores Deputados, a gestão autárquica é envolvida em desafios diários todos gostaríamos de ver para ontem o que não está implementado, devemos trabalhar todos os dias em conjunto porque não estamos sozinhos e porque todos queremos o melhor para Mirandela.”

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu queria trazer aqui a nossa estranheza pelo facto de ter sido apresentado em reunião de Comissão Permanente dia 11 do corrente mês de fevereiro o relatório sobre a Ponte Eng.º *Machado Vaz* e o mesmo assunto não fazer parte da Ordem do Dia desta Sessão da Assembleia Municipal.

Será porque a Agenda desta Sessão é já por si demasiado extensa? Que motivos levaram à não inclusão deste tão importantíssimo assunto na Ordem do Dia? Gostaríamos que nos explicasse. Isto porque, a urgência da tomada de decisões sobre o trânsito na Ponte Eng.º *Machado Vaz*, bem como da resolução dos problemas inerentes, que se prendem com a segurança da mesma, de acordo com o relatório exige rapidez e determinação, por outro lado exige clareza, informação pública sobre o assunto, pelo que esta Assembleia devia tomar conhecimento, hoje mesmo, do relatório desse estudo sobre a referida Ponte, bem assim, das medidas que o Executivo vai colocar em execução.

A população tem, que forçosamente, ficar a conhecer a realidade para poder colaborar na prevenção e na própria segurança que todos temos de ter no nosso quotidiano.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Permitam-me saudar-vos a todos nesta primeira minha intervenção neste mandato, na primeira Sessão não estive presente por motivos de saúde e permitam-me saudar-vos democraticamente a todos.

Isto de falar em último lugar tem as suas vantagens e tem as suas desvantagens, grande parte do que eu tinha aqui previsto dizer, foi muito bem dito pelo meu camarada e amigo *Luís Soares*, mas eu quero fazer aqui um sublinhado de outras coisas que foram aqui ditas e outras situações que eu acho que são relevantes para Mirandela.

Em primeiro lugar eu acho que nós todos temos uma responsabilidade, temos uma responsabilidade de estar aqui, temos uma responsabilidade das pessoas que votaram em nós e temos uma responsabilidade de evitar, como disse e bem o Senhor Deputado *Hernâni Moutinho*, que com as suas preocupações legítimas nos recordou tempos passados e de situações menos edificantes que se passaram aqui. Eu acho que hoje estamos efetivamente numa realidade diferente, vive-se aqui hoje um ambiente muito mais saudável, muito mais construtivo e há uma dinâmica diferente aqui.

Não posso deixar passar a dinâmica que foi implementada por esta Mesa da Assembleia Municipal, o trabalho que está a ser desenvolvido em sede de Comissão Permanente, com as visitas e com a descentralização de muitas ações, com as visitas que temos feito, já fizemos duas e temos outras calendarizadas e que permite e confere a este Órgão uma dignidade e uma importância completamente diferente e muito mais relevante, consentânea com a dignidade que o mesmo deve ter.

Eu acho que nós temos de uma vez por todas de pensar e já foram aqui apresentadas soluções, apresentadas sugestões, para a retoma. Nós estamos num virar de página, nós temos um caminho, uma retoma da normalidade tão necessária, nós temos de começar e avançar com todos os cuidados ainda necessários, mas na retoma das feiras temáticas das Freguesias com o melhor que temos para apresentar. Temos a retoma económica e cultural.

Este Executivo foi durante muito tempo criticado porque não se fazia nada, Mirandela era uma cidade onde nada acontecia, não tinha uma Agenda Cultural, não tinha obras em curso, não tinha rigorosamente nada. Era um deserto, era um vazio de ideias, era um vazio de obras, era um vazio de acontecimentos, bom, eu penso que são críticas altamente injustas e eu, curiosamente, pegando numa análise não muito exaustiva, fiz um apanhado do que é que aconteceu e com uma ressalva, fiz um apanhado do que aconteceu pós eleições, porque cada coisa que foi apresentada e está aqui o Senhor Deputado *Mário Mesquita* e o Senhor Deputado *Jorge Humberto* meus companheiros de painel num programa de rádio da rádio local, que qualquer coisa que era apresentada ou que foi apresentada desde início de 2021, era propaganda eleitoral, era eleitoralismo, era uma promessa e era campanha eleitoral, eu até perguntei e sugeri que me estipulassem uma data e penso que também o fiz aqui, estipulassem uma baliza temporal a partir do momento que não se podia apresentar nada.

Nesta análise que eu fiz, eu tive o cuidado de a fazer só a partir da data das eleições, ou seja, tudo o que eu vou sublinhar aconteceu do dia 26 de setembro até hoje, ou seja, na cidade que nada acontece, na cidade parada, na cidade morta, aconteceram, isto de uma forma não exaustiva: 24 sessões diferentes de cinema, 14 concertos, 3 exposições diferentes, 2 sessões de debates, 5 *workshop's*, 1 espetáculo de dança, 5 peças de teatro, 1 apresentação de um livro, 1 *atelier*, 1 espetáculo de *stand up comedy*, só na área cultural, podia pegar noutros eventos de outro caráter e isto foi uma análise muito pouco aprofundada.

Pegando na mesma baliza temporal, vamos à parte do investimento público propriamente dito e temos os contratos adjudicados desde o dia 26 de setembro de 2021, só com valores acima de 100 mil euros, foi a minha estipulação para não ser demasiado exaustivo, ETAR do Rego de Vide, Reabilitação do bairro do GAT, remodelação e reabilitação da Escola *Luciano Cordeiro*, criação do troço bairro do Pombal av. Camilo Mendonça, requalificação de troços na zona av. *Sá Carneiro*, Eng.º *Machado Vaz* e Vale da Cerdeira, Ecopista do Tua, Zona Verde a sul da EsAct, torre da Igreja da Senhora da Encarnação, adaptação de wc a pessoas com mobilidade reduzida, construção de um campo de ténis, rede de drenagem de águas residuais na Bronceda e esta com uma importância turística, a meu ver muito importante, a criação de uma estrutura de apoio ao ciclismo, penso eu, no Quadrassal, na zona de Vale de Lobo.

É com estes tempos incertos, que nós vivemos hoje, estamos a sair a passos largos, de uma situação pandémica inultrapassável, ou quase parecia inultrapassável e estamos agora com uma outra situação geopolítica diferente e incerta, mas nós fomos eleitos para tratarmos dos problemas dos mirandelenses e não, como falou e bem o meu camarada *Luís Soares*, para nos preocuparmos com os *likes* do *facebook* de uma claque cada vez mais reduzida e acritica. Os problemas de afirmação partidária não podem passar à frente das necessidades de pessoas que têm problemas reais, isso é que é governar para uma população inteira e isso é que é o desígnio que as pessoas que nos puseram aqui anseiam.

Termino voltando ao início, fazendo uma citação minha, da minha intervenção na Tomada de Posse:

“E que se saiba fazer uma Oposição de forma assertiva e persistente, construtiva e alternativa em defesa do superior interesse dos mirandelenses e que nunca se criem forças de bloqueio, de interesse meramente partidário, mas vazias de conteúdo.

Sabemos o que queremos, sabemos de onde vimos e sabemos para onde vamos, estamos no caminho certo.”

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por autorização da Senhora Presidente, vou passar a palavra ao Senhor Vereador *Duarte Travanca* para defesa da sua honra, pese embora tenha que dizer-lhe que a Mesa não registou, em momento algum, que a sua honra tivesse sido ferida, se não teria tomado uma atitude aquando da intervenção do Senhor Deputado em causa, no entanto como está autorizado, faça o favor.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Peço a palavra para defesa da honra, porque fomos citados de forma direta ou indireta pela intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela e gostaria de fazer alguns esclarecimentos:

Em primeiro lugar falou nas questões da Torre de Dona Chama e no que tem vindo a ser denunciado, obviamente que no século XXI eu tenho vergonha de assistir àquelas imagens, eu tenho vergonha que se passe o que se está a passar na Torre de Dona Chama.

Quanto ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela estar contente com a situação, nós não estamos, se a Torre de Dona Chama está contente com a situação, nós também não estamos.

Em relação à forma de fazer política dos Vereadores da Oposição e do nosso Partido, eu gostaria de dizer...

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Vereador, o Senhor não está a defender a sua honra, está a responder a uma intervenção. O Senhor Vereador tem que defender a sua honra e não responder à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha honra foi ofendida quando é dito que fazemos política sem conteúdo, que fazemos política só para os *likes* do *facebook*, que a nossa atuação é esvaziada de conteúdo e há coisas que eu não admito, porque na realidade, se formos ler as nossas intervenções nas reuniões de Câmara, se formos ver o que está nas Atas, os temas que levantamos constantemente sobre a educação, os temas que levantamos constantemente sobre a cultura, os temas que levantamos e que estão resolvidos passados poucos dias, é uma política muito participativa. Vamos continuar a denunciar esses problemas, porque Mirandela merece mais e melhor.

Em relação ao nosso Partido, o nosso Partido tem quadros interessantes...

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Conclua por favor a defesa da sua honra.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A função de defesa da honra é muito bem-vinda e é aceite no Regimento por alguma razão. Nada do que o Senhor Vereador *Duarte Travanca* está a dizer aqui é defesa da honra de qualquer coisa que tenha sido dita aqui. Está a fazer uma intervenção de caráter político, que este não é o lugar de a fazer, nem tem o direito, nem nenhum tipo de função de a fazer aqui, hoje. Pode pegar na sua intervenção política e fazê-la no local certo, que é numa Reunião de Executivo. Aqui, neste momento, usando a figura de defesa da honra, nada do que está a fazer se configura em relação a isso.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Rui Pacheco*, quem conduz a Sessão é a Mesa. O Senhor Vereador está autorizado a intervir pela Senhora Presidente da Câmara, a única coisa que a Mesa pede é que o Senhor Vereador defenda a sua honra e termine a sua intervenção, para continuarmos.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Serei breve, se há coisas que eu não admito é que a minha atividade política seja diminuída e que tenha sido posto em causa o trabalho que temos desenvolvido muito sério, muito coerente, muito competente, com muita elevação nas Reuniões de Câmara e trazendo para a discussão temas muito relevantes.

Não admito sequer que diminuam a nossa intervenção política a esse tipo de observações. O que eu quero dizer é que, sempre que houver este tipo de questões, eu continuarei a intervir, eu continuarei a fazer-me ouvir, porque na realidade os problemas de Mirandela têm sido colocados com afinco nas Reuniões, as Atas das Reuniões de Câmara refletem isso, não é uma política para o *facebook*.

Temos pedido muitas explicações, temos contribuído com muitos assuntos, aliás, se lermos o Orçamento da Câmara Municipal de Mirandela, muitas das propostas que estão lá são propostas do nosso programa de candidatura.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Respeitosíssima interpelação à Mesa, nos termos do Regimento artigo 34.º, n.º 2.

Eu não vi que, em momento algum, com o devido respeito pela Senhora Presidente pela autorização que concedeu, mas tenho que dizer isto, não vi que, em momento algum, o Senhor Vereador tivesse sido citado, ou a sua honra tivesse sido ofendida.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado muito obrigada nós, a verdade é que isso foi dito logo antes da intervenção do Senhor Vereador pela própria Mesa, também não tínhamos detetado qualquer ofensa da sua honra, no entanto, o Senhor Vereador estava autorizado a intervir e interveio.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Vamos prosseguir agora, de acordo com aquilo que foi o consenso obtido, com todos os líderes das Bancadas Municipais, a apresentação do Projeto da Ferrovia pela Associação Vale d'Ouro.

----- Foi feita uma apresentação pelo Dr. *LUÍS ALMEIDA* da Associação Vale d'Ouro, sobre o Estudo de Corredor Ferroviário Porto – Vila Real – Bragança – Zamora:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes de mais agradecer a oportunidade de mostrarmos aqui um pouco do trabalho que a Associação Vale d'Ouro desenvolveu, no âmbito daquilo que nós consideramos e já foi dito por vários especialistas da imprensa nacional, uma possível alteração de

AA
LB
77

paradigma da forma como olhamos para o território a norte do rio Mondego, com eventuais e necessárias repercussões em todo o país.

A Associação Vale d'Ouro é uma associação sediada no Pinhão, concelho de Alijó e aquilo que fez com este exercício de cidadania no âmbito do Plano Nacional Ferroviário, foi responder a um anseio que foi apresentado, precisamente no âmbito desse Plano Nacional Ferroviário, de darmos resposta ao ponto de interrogação que podem ver neste *slid*, este *slid* é um *slid* que constava dessa apresentação e o que nós quisemos fazer, em conjunto com alguns técnicos, de forma totalmente gratuita e de forma meramente empenhada no interesse da nossa região, o que fizeram sem qualquer tipo de honorários, foi dar resposta a este anseio e surgiu assim uma proposta de um Corredor, que seria um Corredor internacional a norte do país.

Como penso que sabem, Portugal vai ter um Corredor de alta velocidade a norte, a nossa proposta é que se discuta se esse corredor deve ser a norte do rio Douro ou a sul do rio Douro, a discussão que queremos que se provoque na sociedade civil é se um investimento desta natureza deverá ser feito a sul ou a norte do rio Douro, porque se formos ver com atenção, é a norte do rio Douro que está todo o tecido empresarial e todo o grande dinamismo de grande parte da faixa norte do nosso país.

Este é o mapa atual da Rede Ferroviária existente, está ali já representada a nossa linha, aquela que eu vos vou falar, mas esquecendo esse traçado, esta é a Rede atual, a traço mais cheio, do lado de Espanha estão as linhas de alta velocidade, que já estão em funcionamento, todas as outras são linhas ferroviárias chamadas convencionais.

O Plano Nacional 20/30 tem já previsto a execução na região norte de três investimentos, desde logo Lisboa/Porto, Porto/Vigo e também uma ligação entre Aveiro e Mangualde.

Olhando para este mapa, facilmente se percebe que toda a zona da região do Porto, onde está a maior parte do tecido empresarial do Vale do Ave, Minho, toda essa zona neste momento para entrar em Espanha e daí aceder ao resto da Europa, tem de fazer um desvio ou por Santiago de Compostela, ou no nosso território pela Pampilhosa, onde está a ser agora feita uma empreitada que vai permitir facilitar essa movimentação, contudo, nós estamos a falar de mais de 200 quilómetros de viagem se compararmos, por exemplo, em relação à linha do Douro, que hoje em dia liga o Porto ao Pocinho. Acresce ainda, que este eixo da linha da Beira Alta que está ali assinalada a azul, é um eixo que do lado espanhol (mancha cinzenta), foi desclassificado pelo país vizinho da rede transeuropeia de transportes, isto significa na prática, que não é espetável que Espanha vá investir para lá daquilo que já investiu até ao momento naquele troço, um troço de cerca de 200 quilómetros entre Vilar Formoso e Mina del Campo, o troço está eletrificado, essas obras de eletrificação estão a ser concluídas, mas em princípio não terá aumentos de velocidade e a velocidade cifrar-se-á por volta dos 120/140/160 km/h, que é a velocidade atual. Espanha em princípio não irá investir mais, até porque temos assistido do lado de Espanha a um certo desinvestimento das linhas convencionais, uma estratégia que Espanha decidiu seguir, no quadro da sua legitimidade.

Falava-vos da linha do Douro (a verde), a linha do Douro está hoje aberta até ao Pocinho, está em estudo e de forma avançada a reabertura até Barca d'Alva, sendo que o canal até Espanha, até à *Fuente San Esteban*, está também disponível para ser reaberto, com um investimento relativamente baixo, do lado português são 50 milhões de euros, do lado espanhol são cerca de 250 a 300 milhões de euros. Esta linha que tem um investimento relativamente baixo e que poderia começar a funcionar num horizonte de 4 a 5 anos, sem grandes problemas de maior, porque ela existe lá, grosso modo é só colocar os carris, permitia-nos desde logo colocar aqui a zona do Porto no enfiamento direto de Medina del Campo/Madrid e depois toda a ligação para Paris, através de Valencia e toda a rede espanhola.

A nossa estratégia, ou a nossa visão da Associação Vale d'Ouro é assente em dois aspetos fundamentais, primeiro na recuperação e reativação deste troço que permitirá a criação das primeiras cadeias logísticas ferroviárias entre a zona do Porto e Espanha e porque isso é um investimento a curto prazo e que pode estar feito antes de 2030 sem grande valor associado, contudo, é uma situação que não dará resposta a todas as necessidades nomeadamente, ao entupimento do Porto de Leixões que também tem problemas graves para o seu alargamento. Portanto, nós temos de dar solução ao norte do país e às exportações do norte do país, uma vez que o Porto de Leixões vai entupir, a linha do Douro pode funcionar numa primeira fase, porque é imediatamente possível, estamos a falar num horizonte de 4 a 5 anos, põ-la a funcionar com dois ou três comboios de contentores sem grandes problemas de maior, mas no futuro vai ser necessário criar uma linha com mais capacidade e é nesse contexto que surge a nossa proposta do Corredor de Trás-os-Montes, um corredor que durante muitos anos foi dito impossível de ultrapassar por questões técnicas, por causa do túnel do Marão, por causa da orografia, por causa às vezes também de outros assuntos que foram surgindo aqui ou ali.

Este Corredor permitiria densificar, permitiria ganhar mais capacidade e permitiria termos uma solução, que liga as capitais de distrito, que foi esse o desafio que foi lançado, mas não só liga as capitais de distrito, como liga bastantes cidades importantes ao longo do seu traçado, nomeadamente Mirandela, Paços de ferreira, Amarante, que são populosas, no caso particular de Mirandela, com a proximidade da variante de Valpaços também permite que a população de Valpaços chegue e depois as linhas de alta velocidade têm normalmente uma aderência até cerca de 30 a 40 minutos ou até mais, das pessoas que estão à volta desse território.

Esta foi a solução que encontramos e que nos permite considerar toda aquela faixa costeira desde a zona de Aveiro até à Galiza, ficaria de forma centrada a ter um corredor transversal para o exterior. É imprescindível que esta faixa atlântica continue a desenvolver-se, a ligação Porto/Vigo, até porque a nossa proposta inicia-se precisamente no aeroporto Sá Carneiro, onde estará também o início da ligação Porto/Vigo, mas temos aqui uma proposta que é mais central a todo um território que nós todos reconhecemos que tem grande dinamismo, ao invés da solução anterior que seria mais a sul, na zona de Aveiro e que poderia por em causa a competitividade de uma série de empresas e de interesses, interesses no bom sentido, interesses de passageiros, e de empresas.

Outra grande vantagem que esta proposta tem, é que e já falando em termos de passageiros, nós estamos a cerca de 40 km de viagem desde a nossa fronteira, na zona de Bragança até ligarmos à linha de alta velocidade espanhola, a tal linha da Galiza até Puebla de Sanabria que já está em funcionamento, enquanto que, num corredor mais a sul, pela Beira Alta ficaríamos a 200 km de Medina del Campo que é onde está a linha de alta velocidade espanhola e como vos disse há pouco, não há planos do lado de Espanha que perspetivem que possa haver investimento no troço entre Medina del Campo e Vilar Formoso, pelo menos entre Salamanca e Vilar Formoso, até Salamanca tem havido algum investimento.

Em concreto a nossa proposta seria:

AA
AB
7/12

“A Linha de Alta Velocidade de Trás-os-Montes permite ligar o Aeroporto Francisco Sá Carneiro (AFSC), no Porto, à linha de Alta Velocidade Madrid/Galiza, passando por Paços de Ferreira, Amarante, Vila Real, Alijó/Murça, Mirandela, Podence/Macedo de Cavaleiros e Bragança.

O estudo agora apresentado desmistifica a impossibilidade de construção de uma diagonal ferroviária em Trás-os-Montes, evidenciando a viabilidade técnica de construção de uma linha de alta velocidade (AV) de tráfego misto, a qual permitirá devolver à região um caminho-de-ferro moderno, invertendo-se uma dependência exclusiva do transporte rodoviário para a mobilidade de pessoas e bens.

A linha de AV de Trás-os-Montes será uma via de comunicação estruturante que, não só potenciará a coesão territorial e socioeconómica da região, como também permitirá aproximar a Região Norte e o País, da Europa Ocidental, numa estratégia alinhada e enquadrada nas políticas de neutralidade carbónica definidas pela União Europeia, as quais atribuem ao comboio o papel de espinha dorsal de todo o sistema de transportes.

Um eixo ferroviário desta importância revolucionará a mobilidade e a acessibilidade da Região Norte, com um impacto positivo para toda a economia nacional, nomeadamente no papel de facilitador económico de apoio ao setor exportador, encolhendo e diminuindo distâncias, o que permitirá a transferência modal para a ferrovia, quer do modo rodoviário, quer do modo aéreo nos voos de curta distância, nomeadamente no triângulo Lisboa/Porto/Madrid, fruto dos tempos de viagem possíveis para o transporte de passageiros.

Elaborado de acordo com as normas do Administrador de Infraestruturas Ferroviárias espanhol (ADIF), o traçado agora apresentado, é ambicioso e apresenta inclinações máximas de 15‰ e velocidades até 250 km/h, estando preparado para tráfego misto, garantindo ligações às linhas de AV Lisboa-Porto-Vigo e Madrid-Galiza, e às ligações convencionais da linha do Minho e da ligação Orense-Zamora-Medina del Campo, orçando em cerca de 3 770 M€ sem contingências, valor que inclui cerca de 400 M€, relativos ao troço a construir em Espanha.

Como aspetos mais relevantes verifica-se a necessidade de um troço da ordem dos 35 km para ligar a fronteira luso-espanhola à linha de AV Madrid-Galiza, em vez dos 200 km necessários para ligar Vilar Formoso à linha de AV em Medina del Campo, permitindo ainda uma ligação ferroviária de mercadorias com cargas líquidas superiores à dos outros corredores previstos e em operação, nomeadamente o corredor Aveiro-Viseu-Salamanca.

Este projeto considera-se posterior aos investimentos em curso no Ferrovia 2020 e previstos no PNI 2030, nomeadamente a linha do Vale do Sousa que será um ponto de alimentação do novo eixo transmontano, e a linha do Douro, na medida em que serve o Vale do Douro garantindo a mobilidade de pessoas e serve de apoio ao turismo, podendo no futuro ser o grande eixo turístico entre Porto e Salamanca/Madrid, e um eixo que permitirá alavancar os fluxos de mercadorias do norte de Portugal, quer do minério de Moncorvo, quer na ampliação e reforço do hinterland do Porto de Leixões.

A diferença temporal entre Trás-os-Montes e Alto Douro, e o centro de decisão português, não distancia somente a região do País, mas também do projeto europeu, sendo a linha de Trás-os-Montes o principal instrumento para a contração temporal a nível nacional e ibérico, integração europeia e concretização das metas de neutralidade carbónica definidas pela União Europeia, não sendo a única preocupação de Trás-os-Montes e Alto Douro uma visão meramente regionalista, mas europeia, ao contrário da visão centralista que continua a litoralizar Portugal, afastando-o do centro da Europa.”

No caso concreto de Mirandela, nós fizemos a fixação do traçado ao território, usando as fotografias aéreas de 2018, disponíveis pela DGT – Direção Geral de Trânsito, que estão disponíveis ao público em geral de forma gratuita, com ajustamento de terreno que está disponível também na *internet*, tudo isto foi feito com documentação obtida e que está disponível para todos. Esta fixação de traçados com parâmetros geométricos foi feita porque nós precisávamos de saber a extensão exata de túneis, ou mais aproximada de túneis e viadutos, do que aquela que é possível só de olharmos para o território, isto permitiu-nos densificar também a nossa estimativa e perceber como é que isto poderia afetar o território, que condicionamentos tínhamos.

Fazermos uma linha de alta velocidade significa curvas com um raio de 3,5 km, por exemplo, aqui no troço de Mirandela, porque já estamos 250km/h de perspectiva de viagem, por vezes não é tão fácil de ajustar como uma estrada e por isso é que sentimos a necessidade de fixar este traçado. No caso concreto de Mirandela a estação estaria colocada, evidentemente que isto é uma proposta, a estação estaria colocada na zona do Aeródromo, esta localização tem sobretudo a ver com questões técnicas, as estações têm de estar em patamares, Mirandela como sabemos, está numa cota mais baixa do que a zona envolvente, é muito difícil nós estarmos a descer e depois subir, porque a alta velocidade só pode ter inclinações até 1,5 %, 2 % as mercadorias já podem ter dificuldades e a grande mais-valia desta linha é ser uma linha mista também. É uma zona com algumas obras de arte principais que teríamos na orla da cidade, grande parte estaria em túnel, o que significa que alguns dos impactos visuais seriam mitigados, é uma zona que nos parece, com algumas acessibilidades relevantes, desde logo a Estrada Nacional 15, que está ali junto ao nó da A4 e a própria ligação depois a Valpaços que permiti-a com que atraíssemos também os territórios mais a noroeste do distrito.

Em resumo, o que nós consideramos que esta proposta poderá trazer, é uma revolução do território, uma linha de comboio contribui melhor para uma coesão social e territorial, sobretudo territorial, ficávamos definitivamente próximos do litoral e aproximávamo-nos decisivamente da Península Ibérica, Trás-os-Montes ficava com um novo centralismo e a abertura ao tráfego internacional de mercadorias de toda a região norte.

O desafio e o apelo que a Associação Vale d’Ouro tem deixado em todas as apresentações e entrevistas que tem feito, desde que isto foi lançado em setembro, é precisamente que a região se una em torno de pressionar o início dos estudos. Nós sabemos que isto não é um projeto fácil, não é para começar amanhã, mas é algo que temos de pensar do ponto de vista estratégico, para quando começarmos a definir os Quadros Comunitários 20/40, tenhamos já na posse todas as ferramentas que permitam inscrever o investimento e para que ele possa avançar nesse período de 10 anos, o que é perfeitamente possível, assim o país tenha capacidade de se financiar e a conjuntura económica esteja favorável.

Toda esta informação está disponível, com todo o enquadramento estratégico, caso o pretendam fazerem, em: <http://avtrasosmontes.associacaovaladouro.pt>

Eu fico à disposição para alguma questão, se entenderem colocar.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De forma muito resumida vou tentar responder a todas as questões que foram levantadas pelos Senhores Deputados e pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Início, como é habitual, pela primeira intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, que fez uma homenagem ao Prof. Doutor *Manuel Henrique Mesquita*, ilustre mirandense. Congratulamo-nos com esta homenagem. Um Professor de Mascarenhas, nosso conterrâneo. Portanto, expressar também estes pêsames à família.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, houve uma consulta pública do estudo “Regadio 20|30 - Levantamento do Potencial de Desenvolvimento de Regadio de Iniciativa Pública no Horizonte de uma Década”. Portanto, dizer que houve discussão sobre este assunto também na Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes. A Câmara Municipal fez um contributo à consulta pública, tendo como base o Plano Municipal de Regadio, sendo que estamos sensíveis à questão de que o regadio deve ser supramunicipal. O nosso contributo foi feito e teremos todo o gosto em o encaminhar para o Setor de Apoio aos Órgãos Municipais para encaminhar a todos os Senhores Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia.

As propostas em termos gerais e baseadas neste documento são basicamente o prolongamento do “Bloco dos Cortiços” do Aproveitamento Hidroagrícola do Azibo, para a Freguesia de Alvites e União de Freguesias de Avantos e Romeu, no concelho de Mirandela, também a questão do uso eficiente de água, modelos de governança e o esquema de tarifários e as disponibilidades, uma vez que os dois cursos de água percorrem o concelho no sentido norte-sul rios Rabaçal e Tuela que se unem para formar o Tua, constituindo bacias hidrográficas com boas disponibilidades de água, podendo ser objeto de captações adequadas e ambientalmente sustentáveis para armazenamento estratégico a norte do território do concelho de Mirandela.

Propõe-se, ainda, a recuperação de uma listagem de potenciais pequenas albufeiras, nós identificamos algumas. Este foi um estudo que não está baseado num estudo técnico-científico, porque esse estudo vamos fazê-lo a nível de CIM, mas temos aqui o Regato da Asseça - Ervideira - São Pedro Velho, Pombeira - Torre de Dona Chama, Ribeiro do Seixo - Regodeiro - Múrias, Vale Pássara - Múrias, Ribeiro de Asna - Cedães, Ribeiro de Agrebom - Vale de Asnes, Ribeiro Grosseiro - Cabanelas, Vale Arrouso - Mascarenhas, Ribeira de Carvalhais - Vilar de Ledra - Carvalhais, Ribeiro de Suções - Eixes - Suções, Ribeiro da Freixeda - Frechas, Ribeiro do Figueirinho Baixo - Vila Verde - União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde e Ribeira de Aila - União de Freguesias de Franco e Vila Boa.

Foram algumas das pequenas albufeiras que nós identificamos também baseando-nos no Plano de Regadio do concelho de Mirandela e também esquematizamos a construção de nove charcas distribuídas em todo o concelho, em pontos-chave que foram identificados tendo em conta a localização das maiores manchas florestais, a Rede Rodoviária de Proteção e Socorro, a hidrografia e o relevo, evitando, assim, a pressão sobre a utilização de água em reservatórios para regadio.

O projeto do empreendimento “Aproveitamento Hidroagrícola da Serrinha e Rede de Rega de Navalho”, em devido tempo proposto e que se encontra na situação “Plano Nacional de Regadio – 2.º Aviso - Parecer desfavorável, conforme consta na ficha, que integra o “ANEXO – FICHAS NOVOS REGADIOS” do Estudo, terá que ser retomado, suprimindo os elementos não conformes e considerando a dinâmica da base de dados que poderá e deverá ser atualizada em função dos desenvolvimentos e avanços dos projetos em causa. Este aproveitamento hidroagrícola teve, de facto, um parecer desfavorável, porque não se considerou rentável com as culturas que tem e ainda com mais culturas que nós apresentamos, nomeadamente culturas de frutos vermelhos que são sempre muito mais rentáveis, mas o investimento e a recuperação desse investimento ao longo do tempo não se mostrou rentável. Portanto, não conseguimos que fosse aprovado nesta primeira fase. Está identificado no próprio estudo do Plano Nacional de Regadio a nível nacional, o 20|30. Este é um assunto que estamos a acompanhar e sobre o qual temos opinião, considerando também que este é um projeto supramunicipal que deve envolver os Municípios todos, até porque parte do nosso concelho pode e deve ser regado pelo alargamento da rede de rega do Azibo.

Vamos fazer chegar o documento. Como digo, é um documento feito como síntese. Não tivemos tempo de reunir o Conselho Municipal de Agricultura. Esta pronúncia saiu em dezembro e terminou a meados de janeiro, envolveu a altura do Natal e, portanto, foi menos conseguida a questão do Conselho Municipal de Agricultura. Já está agendada uma reunião do Conselho Municipal de Agricultura em que apresentaremos este contributo.

Sei também que a CIM fez um contributo, sugerindo que, e também nós dissemos isso, estamos numa terra quente com graves deficiências hídricas e, portanto, o estudo não nos parecia, e não é, uma solução para o nosso território. É uma questão que vamos ter que acompanhar, até porque são investimentos avultados, a falta de água é um problema e a agricultura competitiva, como muito bem disse e aproveitou para responder ao Senhor Presidente da União de Freguesias, só é competitiva com água e cada vez mais com as alterações climáticas mais isso se reafirma.

Também associarmo-nos à homenagem a *Edu Veiga*, nosso campeão europeu de Futsal.

Relativamente ao Senhor Deputado *Hernâni Moutinho*, bem-vindo a este espaço, já é a segunda reunião deste mandato. Partilho o orgulho mirandense, a realidade que à época vivíamos quando o Dr. *José Gama* esteve na Câmara Municipal com o legado que deixou. De qualquer forma, estamos, neste momento, também com oportunidades que vamos conseguir encontrar numa esfera muito diferente daquilo que é a digitalização, daquilo que também são as medidas que nós temos, nomeadamente contratação pública, contratação de recursos humanos. Portanto, a nível administrativo temos regras muito mais difíceis para executar qualquer obra, qualquer contratação, são regras, e bem mais exigentes, sob o ponto de vista dos serviços municipais, mas com toda a certeza vamos conseguir dar esta resposta aos mirandenses.

Em relação à Linha do Tua, ao Hospital, todas as preocupações são partilhadas. Também já tive ocasião de ler o Livro “De Nova Iorque a Mirandela” e, por isso, é de facto a paixão à nossa terra que nos move.

No que diz respeito à crítica construtiva, há o respeito pela divergência de opiniões, acho que é esse o caminho que devemos seguir e estou confiante que vamos ter um mandato nesse registo de política ativa, mas muito saudável em prol de todos.

Relativamente à Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, estes tempos que nos falou do pós-covid e também de tudo o que a Câmara Municipal realizou nesta época, nestes dois anos de pandemia, dizer que deve-se muito ao esforço de todos e também às Juntas de Freguesia e a todos os autarcas que estiveram envolvidos no apoio às populações. Nunca é demais lembrar que foram aqueles que estiveram na primeira linha de apoio e também toda a equipa que se montou no Posto de Comando que deu resposta a tudo aquilo

AA
AB
7/2

que foram as orientações políticas que tivemos à volta. Obviamente que todas as questões da decisão política, nomeadamente encerramento de estabelecimentos em eventos ou outras são sempre tomadas em parceria com outras entidades, nomeadamente a Saúde e Autoridades de Segurança. A eles também devemos muito de tudo aquilo que foi implementado em todo o concelho.

Em relação à Comissão de Acompanhamento, julgo que fizeram um excelente trabalho, vão continuar certamente a fazer.

Quais as estratégias pós-covid? Tudo aquilo que nós assentamos no nosso envolvimento e vamos seguir aquilo que foi o nosso caderno de encargos que foi apresentado a todos os mirandelenses, obviamente muito centrada na recuperação económica do investimento, também a expansão da Zona Industrial é fundamental e projetar uma nova área de acolhimento empresarial. Como todos sabem, já temos candidaturas a mais do que aquelas que podemos acolher nesta área de expansão, o que é um sinal, por um lado, satisfatório, mas é muito preocupante que uma Zona Industrial para ser construída e qualquer expansão demora anos a ser aprovada com os estudos de impacto ambiental, portanto, temos que já nos prepara para uma nova área de acolhimento para alavancar a instalação de novas empresas e o alargamento daquelas que existem e que precisam de espaço para construir.

Este foi um problema grande de Mirandela, foi exatamente a Zona Industrial ter mais procura do que aquela que temos capacidade de resposta, mas estamos já a preparar uma unidade operativa de planeamento e gestão para esta nova Zona Industrial.

A estratégia é essa, apoiar as empresas que cá estão, por isso uma equipa multidisciplinar muito vocacionada para o acolhimento e para a Via Verde Investidor, muito vocacionada para tudo o que diz respeito também ao apoio à família e ao serviço social de apoio.

Em relação à Saúde, mantemos a Unidade Móvel de Saúde, que está a fazer um excelente trabalho, vamos qualificar e dinamizar tudo o que é os atendimentos e vamos lutar para termos aqui em Mirandela, sermos uma referência em algumas valências na Saúde.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *Arménio Vaz*, concordar com o apoio à Agricultura, por isso é que vamos ter também uma equipa multidisciplinar muito dedicada à Agricultura, ao desenvolvimento agrícola, ao apoio ao Polo de Inovação Agrícola que, como todos sabem, já está em candidatura para a Quinta do Valongo, que é uma referência para todos aqueles que viveram e que trabalharam lá e que precisa de ser qualificada e depois avançar para este Plano de Regadio que eu acho ser fundamental termos tudo preparado para o próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Chamo à atenção que estamos numa época em que temos o PRR, estamos a preparar o próximo Quadro Comunitário de Apoio. Portanto, é muito exigente, sob o ponto de vista dos serviços municipais darem resposta a todas as candidaturas que temos, até porque nunca tivemos uma bolsa de projetos já feitos para candidatar rapidamente aos avisos que entretanto vão saindo.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *Eurico Carrapatoso*, dizer que este projeto dos cuidadores informais “Cuidar de Quem Cuida” é um projeto que vai envolver todos. É financiado pelo Fundo Social Europeu e é um acordo de parceria Portugal 2020. Esta sobrecarga dos cuidadores informais é um problema social, é um problema que vai exigir respostas e que já exige resposta. É um projeto de empreendedorismo social que vamos acarinhar aqui. Todas as famílias que lidam com estas situações sabem bem das dificuldades que têm para prosseguir uma vida saudável.

No que diz respeito à Estrada Alvites - Vale de Lagoa, está praticamente pronta, falta só a última camada que também está dependente das condições climáticas. Tivemos três estradas municipais consideradas prioritárias e depois de terminarmos estas vamos avançar para aquelas que nos comprometemos a fazer. A estrada Rego de Vide - Cobro, passado por Fonte da Urze, Alvites - Vale de Lagoa e Múrias - Regodeiro. Esta estrada de Vale de Lagoa seria aquela que estaria em piores condições, sob o ponto de vista da engenharia. É uma luta de muitos anos das populações e julgo que vão ter que conduzir com mais segurança nesta estrada, porque vai ficar mais perigosa com toda a certeza.

Temos um plano ambicioso para as estradas municipais e temos que começar a trabalhar também nos projetos de algumas estradas municipais. Temos uma boa nota também que a estrada nacional de Cedães já está em candidatura e, portanto, já temos empresas a concorrer. É um projeto e uma obra da Infraestruturas de Portugal que já andávamos há quatro anos à procura para ser requalificada.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, esta situação do apoio monetário à Comissão Fabriqueira do Cachão, existirão outras situações similares que nos preocupam muito, porque são questões que não estão orçamentadas, são dívidas que tiram montantes em investimento. Ou seja, tiram-nos a capacidade de investir para pagar dívida.

Esta era razoavelmente baixa, porque metade foi paga por dinheiros da Comissão Fabriqueira e outra metade vai ser assegurada mensalmente pela Câmara Municipal, mas é preciso que se diga que o FEF não aumenta, é o mesmo e ao canalizarmos para pagamento de dívida não sobra para investimento. Portanto, é preciso fazer o equilíbrio entre as duas situações.

A obra do parque infantil e todas as questões relacionadas com o contador da água vai ser falado com o Senhor Vereador com competência nesta área que lhe dará nota daquilo que foi decidido.

Em relação ao parque de estacionamento da AIN, como sabe, houve um projeto da Associação de Municípios. A AIN entretanto tem um novo Conselho de Administração, porque o Presidente da Câmara de Vila Flor é o Dr. *Pedro Lima* e, portanto, ainda não chegamos a ver como é que vamos transferir a propriedade da AIN para a Câmara Municipal. Isto era um assunto que estava resolvido a nível de Conselho de Administração com a possibilidade de nós ocuparmos uma pequena área que era manifestamente pouco para aquilo que eram as pretensões da população. É uma área muito maior. Temos que fazer a avaliação da parcela e a Câmara Municipal tem que pagar à AIN o valor da parcela relativamente ao alargamento do parque.

Quanto ao alargamento do cemitério de Frechas, sei que está uma equipa da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo a trabalhar nesta questão. Dar-lhe-emos através do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia um ponto de situação.

No que concerne à água do Complexo Agro-Industrial do Cachão, esta água é do Complexo, é da AIN, não é da Câmara de Mirandela, é das duas Câmaras, neste momento. Está a ser monitorizada pelo Diretor da AIN que já fez algumas manutenções, mas temos como certo que aquela infraestrutura tem que ser toda substituída, porque já tem muitos anos e as manutenções que requer é mais do que aquilo que, neste momento, se consegue. Temos consciência desta situação, estamos a tentar resolver, mas é uma preocupação de todos. Obrigada por ter alertado para esta situação.

AA
LB
FF

Em relação à assinatura dos cadernos eleitorais, em nome da Comissão Eleitoral que foi constituída na Câmara, peço desculpa pela forma como foram recebidos na Câmara Municipal. Não foi desconsideração, tenho a certeza absoluta, foi uma questão de facilidade e às vezes como atendemos quase como família, acabamos por ter essa informalidade na receção. Lamento e peço desculpa em nome da Câmara Municipal. Vou chamar a atenção para esta situação. Obviamente que a responsabilidade é minha. Lamento que isto tenha acontecido. Não foi, com toda a certeza, uma falta de respeito, foi uma questão de facilidade na operacionalidade. Vou tentar perceber quais foram os motivos de receberem os Presidentes de Junta no hall de entrada e peço desculpa por isso.

Relativamente ao estacionamento na Câmara Municipal, aquilo que também já disse aos Senhores Vereadores e até aos próprios membros da Assembleia Municipal é que temos todo o gosto em que estacionem no parque do Município. A rececionista tem sempre um comando disponível para abrir a cancela. A situação que propôs de ter um cartão também me parece viável e, por isso, vamos ter as duas situações, caso pretendam.

Em relação ao Senhor Deputado *Luís Mosqueiro*, quanto ao Plano de Recuperação e Resiliência, são os dois projetos, materiais e imateriais. Com aquilo que disse, concordo inteiramente, a questão da transição digital. Vai haver muitas verbas para a transição digital e com o turismo cinegético, tudo aquilo que falou e a sensibilidade que temos que ter. Já vem do anterior mandato, temos na Câmara Municipal uma estratégia de gestão cinegética e piscícola do concelho de Mirandela e temos o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal ativo e a funcionar na sua plenitude, reuniu muito recentemente.

Relativamente ao Senhor Deputado *José Mário Mesquita*, em relação à estrada nacional 206, este é um dos acessos que temos previsto melhorar, além de outros, mas está identificado para fazer uma melhoria, até porque não é um trajeto muito distante. Quanto ao saneamento das vivendas na parte superior da estrada, julgo que se está a referir a isso, é uma questão que tenho de colocar aos serviços da Divisão, para perceber, para fazer a ligação, onde é que está o ponto de saneamento para fazer a ligação. Temos muitas situações destas, já está em execução a obra de Bronceda e também do Bairro da Ruiva que é todo um bairro que também não tem saneamento, mesmo aqui na cidade e muitas aldeias, Marmelos também não tinha. Portanto, há sempre muito trabalho a fazer nestas ligações de infraestruturas.

No que diz respeito à queda do muro neste acesso, temos que perceber se este muro é privado, se é um muro público de sustentação da estrada, porque muitas vezes há muros que são privados e que a Câmara não pode intervir, tem que notificar os proprietários para fazer o muro e colocar aquilo na situação em que estava.

Temos algumas situações destas por todo o concelho, alguns Presidentes de Junta sabem bem que existem estas situações. O Senhor Presidente de Junta de Carvalhais também tem lá uma situação com um muro muito difícil, que é um muro privado.

Relativamente à situação da Junta de Freguesia de Mascarenhas, dizer que as Juntas de Freguesia, como todos sabem, têm autonomia administrativa e financeira. A Câmara Municipal também tem essa autonomia administrativa e financeira. Portanto, o Senhor Presidente de Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia terão que encontrar soluções como foram encontradas noutras situações que ocorreram quando não existe, pós-resultado eleitoral, maioria. Julgo que, como em tudo, há sempre solução e, por isso, não se pode responsabilizar nem o Presidente de Junta nem a Presidente da Câmara pela situação. A situação que se vive hoje é legal, tal qual como está e acontece em muitos territórios de Juntas de Freguesia durante algum tempo, dependendo da vontade dos membros eleitos e das listas candidatas.

A Câmara Municipal não pode, não deve, formalmente, mas sob o ponto de vista informal poderá, envolver-se em soluções das Juntas de Freguesia. É uma situação que não impede o trabalho, tudo o que é feito há uma limitação nas competências, mas tudo aquilo que é feito tem que ser levado à Assembleia de Freguesia dentro daquilo que a Lei prevê.

Quanto ao horário de funcionamento dos comerciantes, o regulamento está a ser analisado, vai ser discutido, julgo eu, na próxima Comissão Permanente. Vamos chamar todas as organizações. Julgo que tem de ir novamente a discussão pública. Portanto, o espaço temporal entre a Assembleia de dezembro e esta de fevereiro, não foi possível fazer um mês de discussão pública e trazer à Assembleia a aprovação do novo regulamento. Achamos mais cauteloso fazê-lo em abril já com tudo preparado.

Relativamente à Senhora Deputada *Rita Messias*, quanto à 4.ª revolução industrial, já aqui falamos muito da transição digital, das novas oportunidades. Concordo com tudo isto, que se chama nomadismo digital. Estamos a trabalhar com o IPB para criar um novo *cluster* ligado à área das tecnologias. Estamos, neste momento, a aguardar a resposta de uma empresa para ver se conseguimos sedear aqui um laboratório digital muito relacionado com as novas tecnologias e os cursos que o IPB, nomeadamente Jogos Digitais e outras áreas, têm aqui sede na EsACT.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, o apelo ao cessar-fogo contra a Ucrânia, já votamos, acho que estamos todos de acordo. É uma situação muito preocupante.

Em relação ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Luís Carlos Soares*, falou um pouco naquilo que é a política e a forma como se comunica as nossas ações, atividades e tudo o que envolve, sob o ponto de vista das nossas atitudes. De qualquer forma, aquilo que queria relevar é a delegação de competências que vamos retomar nas Juntas de Freguesia com um contrato interadministrativo, serão todos convocados para esta situação e a forma como nós vamos construindo respostas sociais, nomeadamente na área social da Câmara às populações.

Quanto à Junta de Freguesia de Mirandela, dizer que já recebemos do Senhor Presidente de Junta uma proposta de delegação de competências bastante ambiciosa que está a ser analisada. Como todos sabem, a Junta de Freguesia de Mirandela no anterior mandato não assumiu algumas competências dentro da área da limpeza urbana, cemitérios, que ainda estão na jurisdição da Câmara Municipal. Estamos a caminhar no sentido de recebermos competências do Governo, nomeadamente a Ação Social e também podermos transferir essas competências para as Juntas de Freguesia que também me parece que são excelentes parceiros nas autarquias locais. São os únicos que temos em todo o território.

Relativamente ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, é preciso dizer-se que há uma explicação para o facto de não vir a esta Assembleia Municipal. Porquê? Porque ainda estamos na fase de aguardar o parecer da Infraestruturas de Portugal que para nós é vital para decidirmos aquilo que vamos fazer, a organização dos trabalhos na ponte. Outra situação é a sinalética. A sinalética vai envolver a Infraestruturas de Portugal que tem de comunicar à concessionária das autoestradas para colocar a sinalética. A Câmara não tem competência nesta área.

AA
16.
77

Tudo aquilo que foi comunicado e o facto de ser comunicado, a apresentação do Chefe de Divisão de Obras Municipais e Urbanismo na Comissão Permanente, foi também para tentar explicar, sob o ponto de vista técnico, porque são matérias muito técnicas o que é que está em causa e o importante é o diagnóstico que já foi feito. Houve erros no passado, mas temos que intervir com alguma urgência, no prazo de dois anos e estamos a fazer tudo para que aconteça, sendo feito por nós ou pela Infraestruturas de Portugal. Obviamente que vamos assumir os custos da realização da obra, caso a Infraestruturas de Portugal não o faça. Estamos a falar de uma obra que ascende acima de um milhão de euros, nas três pontes andarà à volta dos três/quatro milhões de euros. Ainda não temos orçamentos para as três pontes, mas é um assunto que estamos a acompanhar com preocupação, dedicação e muita atenção.

Houve um despacho do Senhor Vice-Presidente para que a Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, em articulação com a Infraestruturas de Portugal e com as Forças de Segurança, promova com carácter de urgência as diligências necessárias para a implementação de uma alternativa ao trânsito nacional, no espaço urbano da cidade, considerando uma variante a sul da cidade, dando continuidade e ligação entre os troços da estrada nacional 213 e o IP2. O envio do *dossier* ao Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal com conhecimento ao Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação e ao Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, no sentido de ser revisitado o Protocolo de 1995, encontrando uma solução urgente de acordo entre a Câmara e a IP - Governo que comtemple a necessária beneficiação da Ponte Eng.º Machado Vaz e o troço da antiga estrada nacional 15 entre o nó da A4 e a referida ponte.

Todo este *dossier* surgiu depois da avaliação estrutural e das condições de segurança que fizemos no outro mandato e o projeto que pedimos a uma empresa da especialidade para nos aconselhar que tipo de obras é que podemos fazer. Já houve um investimento grande da Câmara neste estudo. Logo que tenhamos tudo aquilo concluído vai ser informada a Comissão Permanente e todos os líderes das Bancadas devem informar as suas Bancadas de tudo o que é desenvolvido. Julgo que em abril poderemos já trazer, senão tivermos que fazer alguma reunião extraordinária por causa desta situação para tomar decisões que tenham que vir à Assembleia Municipal, em abril certamente que virá um *dossier* completo sobre esta situação. Ainda não temos, neste momento, nada para aprovar sem ser o estudo que fizemos e que estamos a monitorizar.

É bom que se refira que a ponte, segundo dizem os especialistas, não está em risco, têm obviamente que ser prevenidas passagens de viaturas com mais de 30 toneladas e alguns eventos tipo paradas militares ou outras que não está previsto haver naquela ponte.

Relativamente ao Senhor Deputado *Rui Pacheco*, num ambiente construtivo de que falou, a agenda cultural, as obras candidatas, vamos continuar a trabalhar.

Por último, tudo aquilo que a Associação Vale d'Ouro falou sobre o Estudo de Corredor Ferroviário, julgo que ainda gostávamos de viver esta realidade para podermos ter um transporte fácil, económico e sustentável, sob o ponto de vista ambiental.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ MÁRIO MESQUITA* (CDS/PP) fez uma Interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de esclarecer melhor a questão da Junta de Freguesia de Mascarenhas e apelava à memória da Senhora Presidente que é muito mais jovem que eu, tem mais memória do que eu tenho.

Quero lembrá-la que estive no dia da primeira reunião para tomada de posse da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia, a Senhora Presidente esteve na Junta de Freguesia de Mascarenhas, ao contrário faltou naturalmente a tantas outras. Portanto, a sua presença, ali estive, noutras possivelmente não estive.

Não se conseguiu fazer a reunião e foi marcada uma reunião para oito dias depois, creio eu, e posso-lhe garantir quem é que lá esteve presente do Partido Socialista para corroborar uma possibilidade de solução desta Junta de Freguesia. Não se conseguiu e a partir daí nunca mais houve uma reunião para tentar resolver a situação.

Não temos, neste momento, Junta de Freguesia. Temos um Presidente eleito e bem eleito naturalmente, teve mais 20 votos ou 30 do que a candidatura seguinte, mas não temos sequer uma Junta de Freguesia. Este nosso Senhor Presidente de Junta é Presidente, é Secretário, é Tesoureiro e não tem ninguém que fiscalize a Junta de Freguesia.

Será que isto é legítimo? A Lei permite isto? Fico espantado, porque estamos no século XXI e estamos nisto.

Será que isto é normal? Estive com o Senhor Presidente e ele garante que tem suporte, que tem apoio para isso.

Uma solução poderá passar efetivamente por não recorrermos aos meios normais aqui na Assembleia e termos que recorrer a uma queixa-crime e tentarmos procurar alguma solução.

Posso-lhes garantir. Não vamos ter um Presidente de Junta. O CDS, como sabem, foi o Partido que teve menos votos e não é isso que está em causa.

Há outra questão também. Dois elementos eleitos neste mandato pediram ao Senhor Presidente, por carta com aviso de receção, uma cópia das atas e foi-lhes negado esse direito, porque entende o Senhor Presidente que não têm direito a ler as atas. Era importante para se ver como é que esta Junta está a funcionar de há quatro anos para cá. Isto é legítimo? É normal que isso se faça? Apelo a que alguém tome posição, porque se não tomar as autoridades judiciais terão que tomar. A Lei foi feita para ser transgredida, para ser utilizada por quem quer.

Se não se resolver o problema por vias legais e normais, temos que avançar para outros meios.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho boa memória e a boa memória que tenho também sei que o Senhor Deputado foi Presidente da Junta de Freguesia de Mascarenhas.

Tenho que dizer, Senhor Deputado e a toda a Assembleia, duas coisas. A Junta de Freguesia de Mascarenhas cumpre aquilo que está na Lei. Em segundo lugar, aquilo que lhe posso dizer é que a entidade de fiscalização, se lhe podemos chamar assim, é a Assembleia de Freguesia, não é a Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal fiscaliza os atos do Executivo e da Câmara

AA
AB
7/12

Municipal. A Assembleia de Freguesia, sim, é o órgão máximo da Junta de Freguesia de Mascarenhas. Portanto, quer o Senhor Presidente, quer os membros eleitos terão em sede de Assembleia de Freguesia tomar as decisões sobre isso.

Sobre a minha ida à reunião, vou e continuarei a ir e aquilo que está em causa é muito mais do que a minha presença na reunião da Assembleia de Freguesia para encontrarem soluções. Vou sempre e quando achar oportuno. É esse o meu dever, até enquanto cidadã atenta a alguns problemas do concelho. Por isso, julgo que a questão da Junta de Freguesia de Mascarenhas tem que ser resolvida na Junta de Freguesia de Mascarenhas, ou seja, na Assembleia de Freguesia. Esse é que é o órgão competente para tomar decisões.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ MÁRIO MESQUITA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa, não sei se falei na Assembleia Municipal e ter-me-ei enganado. Eu disse aqui que não está constituída a Junta de Freguesia nem a Assembleia de Freguesia, porque não há nenhum Presidente de Assembleia, não há Assembleia de Freguesia.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *José Mário Mesquita*, naquilo que estiver ao alcance da Mesa se pronunciar sobre essa matéria, acompanho que nenhum Deputado Municipal da Assembleia Municipal se deve pronunciar sobre o assunto, porquanto a Assembleia Municipal nem a Mesa tem qualquer tutela ou acompanhamento da realidade vivida na Junta de Freguesia de Mascarenhas.

Como disse, e bem, a Senhora Presidente de Câmara, também não tem qualquer tutela sobre a questão.

A Constituição da República é muito clara. Cada órgão é autónomo, é eleito de forma universal e direta. Portanto, não existe um exercício de tutela nem um exercício hierárquico político da Câmara para a Junta de Freguesia. O problema de resolução reside na Assembleia de Freguesia de Mascarenhas, não em qualquer outro órgão dos três órgãos que constituem o Município.

Dizer-lhe que, do ponto de vista da legalidade, a Lei é aquela que é. Prevê, de facto, esta situação, não prevê situações de desbloqueio ou de impasse. A única coisa que a Lei remete é para no caso de não eleição do Executivo de uma Junta de Freguesia, transitam os anteriores para o Executivo e dão continuidade ao mandato das funções que detinham no mandato anterior. É essa a válvula de escape que a Lei consagra, mas, acima de tudo, o problema reside em sede de Assembleia de Freguesia. Não pode ser aqui evocado que esse órgão não existe, porque ele está eleito de forma direta e universal pelos cidadãos da Freguesia que é a Assembleia de Freguesia, mesmo que aqueles que foram eleitos diretamente não tomem posse, os seguintes da lista tomarão posse nos lugares efetivos e suplentes até um terço e a solução tem de ser encontrada aí. No limite dos limites, endereçar a questão à CCDRN para que se pronuncie sobre a matéria.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ MÁRIO MESQUITA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a atitude do Senhor Secretário, da forma como elucida, que não é estranha para mim também. O problema é que nem a Junta de Freguesia está instituída e quando não está a Junta a Assembleia de Freguesia também não pode estar.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não. Pelo contrário. Um órgão sucede ao outro. Não há Junta de Freguesia sem eleição da Assembleia de Freguesia. Não há eleições para a Junta de Freguesia, só há eleições para a Assembleia de Freguesia. O Executivo emana do corpo eleito à Assembleia de Freguesia.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação.

----- A Senhora Deputada Municipal *GRACIETE RAMOS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Começo esta minha intervenção, por verificar que neste documento estão compiladas todas as atividades mais relevantes e desenvolvidas pelas várias unidades orgânicas e serviços do Município de Mirandela, que têm sido bastantes e, desta feita, não poderei deixar de elogiar o Município e todos os trabalhadores envolvidos em tais atividades.

Vou só restringir-me a dois ou três pontos desse documento.

Começando pelo ponto 1.2.1 Ambiente, somos informados que: "Foram aumentadas as papeleiras no perímetro urbano, o que perfaz 200 novas estruturas", quero enaltecer esta iniciativa, é bastante positiva e funcional, e que realmente proporciona melhores condições de salubridade no perímetro urbano, como aí, e bem se refere.

No entanto, existem outras ruas e bairros residenciais, que também se situam no perímetro urbano, que julgo que a colocação dessas papeleiras, faria todo o sentido.

AA
AB
77

Deixo aqui a minha sugestão, para a contratação para o fornecimento de mais papeleiras e a sua devida aplicação nessas ruas e bairros do Município, a fim de lhes proporcionar melhores condições de higiene e salubridade.

Quanto aos pontos 1.2.2 águas e Saneamento e 1.2.3 Manutenção Edifícios, quero dar uma sugestão, que no meu entender, contribuiria em muito, para o melhoramento dos arruamentos do Município, evitando, quiçá, comentários menos agradáveis.

Aquando da realização das diversas reparações nas condutas de água para assegurar o fornecimento da mesma à população, não deixaria de, ser menos importante, que fossem imediatamente acionados os serviços competentes, a fim de, serem efetuadas num curto espaço de tempo, as devidas manutenções nos diversos arruamentos resultantes dessas avarias e abatimentos.

Sei, e tenho a noção que, não soluciona em definitivo, tal problema.

Mas, penso que, havendo tal coordenação entre estes dois serviços, poderia contribuir para o solucionar em parte.

Agora, restrinjo-me ao ponto 1.3 Cultura, Turismo e Saúde. Só tenho a elogiar o excelente trabalho do Município.

Como referiu há pouco o Deputado *Rui Pacheco*, por outras palavras, neste lapso de tempo, muito se tem feito em Mirandela.

Nesta informação da Senhora Presidente, estão bem plasmadas, as imensas iniciativas tornadas realidade pelos diversos Serviços do Município.

Apenas, vou citar algumas iniciativas, a nível Cultural e Turístico: Desde a oferta de livros, venda de livros, exposições, teatros, concertos, visitas guiadas, *ateliers*, experiências, cinema, o apoio aos eventos e logístico na realização de reuniões e eventos, à realização dos espetáculos, acolhimento de visitantes, que em tudo promove o Município e os Mirandelenses.

Por último, sei que não faz parte da imensa listagem deste ponto, no entanto não poderia deixar de dar uma palavra de apreço relativamente ao "Festival do Rancho", que apesar de ainda não se poder realizar de forma presencial, foi um enorme sucesso e superou todas as expectativas.

Parabéns a toda a organização.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto neste Ponto da Ordem do Dia não há muito a dizer, porque é uma descrição da atividade da Senhora Presidente, mas confesso que ao analisar este documento fico sem saber a qualidade, sei a quantidade, não sei é a qualidade das reuniões em que a Senhora Presidente participa, que eu acredito de boa-fé, serão reuniões muito importantes para o Município.

Aqui no item da Educação, reunião com a *Cleanwatts energy (on-line)* dia 21 de janeiro, fiquei a perceber o mesmo. Admito que seja uma reunião muito importante, sei que a Senhora Presidente também e deixe-me elogiá-la, até porque os elogios hoje são muitos, tem vindo a melhorar os documentos, noto isso e as explicações dadas nomeadamente, na Modificação Orçamental Modificativa a explicação dada, aquilo que tantas vezes reclamamos que não era devidamente explicada, está muito bem explicado.

Senhora Presidente, no mesmo item da Educação, mais à frente aparece assim: “Submissão mensal de ementas na plataforma;”, “monitorização de pagamento de refeições em atraso;”, de um calibre esta explicação à Assembleia Municipal que sinceramente! Senhora Presidente, agradeço a Informação, a quantidade das atividades que realizam, que até fazem monitorização dos pagamentos das refeições em atraso, mas eu gostava mesmo, por exemplo, só para atribuir o significado que estou a atribuir à minha intervenção, “Reunião com a *Cleanwatts energy*”, deduzo que deve ser uma reunião muito importante, porque a energia está na ordem do dia pelas razões estratégicas mundiais e que não me venha, depois da Covid-19 que lhe deu uma eleição, que se venha a justificar no futuro, por conta da guerra da Ucrânia e da Rússia.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, nesta sua Informação, eu tenho aqui algumas perguntas para lhe fazer, não são muitas, são algumas que me requerem algumas dúvidas naquilo que é a Informação prestada pela Senhora Presidente à Assembleia Municipal.

Senhora Presidente, eu começava pelo princípio, a CDU teve conhecimento há relativamente pouco tempo, de uma reunião que a Senhora Presidente teve com os representantes dos trabalhadores do Sindicato STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, tem a ver exatamente sobre a atribuição do suplemento de penosidade, insalubridade e perigo, apesar de hoje termos conhecimento daquilo que foi o projeto de lei apresentado pelo PCP na Assembleia da República, que foi aprovado em 2020, o Partido Socialista, juntamente com o PSD e o CDS/PP, ainda faziam parte da Assembleia da República, porque agora já não vão fazer no futuro, refiro-me ao CDS/PP, reprovaram e fizeram questão de retirar a questão da atribuição deste suplemento a questão do perigo.

Senhora Presidente, aquilo que eu gostava de saber, porque a CDU fez um requerimento à Câmara Municipal e eu vou passar a ler, porque vou ter tempo e peço desculpa pela minha persistência, diz o seguinte:

“O Mapa de Pessoal para 2022 da Câmara Municipal de Mirandela, apresentado na Assembleia Municipal de Mirandela no passado dia 20 de dezembro, quantifica o número de trabalhadores por categoria/área de competência abrangidos pelo Suplemento de Penosidade e Insalubridade.

Contudo, não foi incluída nesta tabela a informação sobre as funções e o nível de penosidade e insalubridade aplicada aos trabalhadores abrangidos.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea a) e d) do nº2, do artigo 25º, da lei 75/2013 solicitamos à Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal:

- 1- Envio de informação complementar sobre os trabalhadores abrangidos pelo Suplemento de Penosidade e Insalubridade, nomeadamente, a função ou área funcional do trabalhador (es) e grau/nível de penosidade e insalubridade (baixo/médio/alto) aplicado.”

AA
AB
7/2

Aquilo que eu lhe pergunto Senhora Presidente, muito simplesmente, é o que é que resultou desta reunião com o Sindicato? E qual vai ser a medida adotada pela Câmara Municipal, se vai ser o baixo, o médio ou o alto, aplicado? E mais, se estes trabalhadores que vão ser abrangidos por este suplemento, vão ter direito ao retroativo, porque como nós sabemos, esta Lei foi aplicada em 2020.

A segunda pergunta Senhora Presidente, tem a ver exatamente com o Ponto 1.3.9 – Serviço de Parque de Campismo, a Senhora Presidente vai agora cumprir a recomendação de reconhecimento do mérito da Festa Transmontana, porque a CDU em 2021 fez um requerimento de recomendação à Senhora Presidente de reconhecimento da comemoração dos 40 anos da Festa Transmontana, feita em 1980, sobre a questão da Festa Transmontana e a comemoração era exatamente que a placa que a Senhora Presidente e eu vou citar o que disse nessa Assembleia, diz a Senhora Presidente: ” Quanto ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, em relação ao Parque de Campismo Três Rios da Maravilha, assinalando a placa comemorativa, é uma questão que vamos ver internamente, avaliar e decidir juntamente com os serviços de Turismo que neste momento gerem o Parque de Campismo.” Senhora Presidente isto foi dito há dois anos. Visto que na sua Informação o Parque de Campismo vai arrancar o seu funcionamento com as novas condições, pergunto se é agora que vamos ter direito à placa com todo o direito e com todo o mérito?

Terceira pergunta Senhora Presidente, é com satisfação que eu aceito e que eu li na sua Informação, a exclusão da palavra colaborador, tal como tenho vindo a dizer em todas as Sessões da Assembleia Municipal que deve ser trabalhadores e não colaboradores e fiquei congratulado, porque realmente quando se insiste num problema de razão e de coerência, mas ficou aqui uma parte que ao analisar as Atas da Reunião de Câmara, vem lá mencionado colaboradores e aquilo que eu lhe pergunto é: Será que o trabalhador que tem a função na Câmara Municipal de redigir a sua Informação e toda a informação que chega à Assembleia Municipal não será o mesmo que faz a redação das Atas das Reuniões da Câmara Municipal. É que se não é o mesmo, a informação que passou para o trabalhador que faz a redação das Atas da Assembleia Municipal, provavelmente a mesma informação deve ser dada ao trabalhador que faz a redação das Atas das Reuniões da Câmara Municipal, para que se exclua de uma vez por todas o nome de colaborador, porque não existem colaboradores, existem trabalhadores da Câmara Municipal.

E por último Senhora Presidente, para concluir e para não ser muito mais exaustivo nesta primeira parte das minhas intervenções, chegou-nos ao nosso conhecimento e aproveitando aquilo que são os investimentos que a Câmara Municipal vai ter para este mandato, que tem a ver exatamente com as estradas municipais e não só, Senhora Presidente, há uma situação que é preocupante, independentemente daquilo que possa ser a função da Câmara Municipal na requalificação dos trajetos das estradas municipais, mas também tem a ver com a questão dos circuitos internos da nossa cidade e o que é facto Senhora Presidente, passando e circulando pelo nosso concelho nós sinalizamos com alguma gravidade a falta de sinalização horizontal nos pavimentos das nossas estradas municipais e concretamente dentro da própria cidade, a estrada da Cocheira quem vem da ponte nova até à rotunda dos Rotários, que é um traço contínuo, não existe traço contínuo nenhum, ou seja, há muita gente que não sabe, que não é de Mirandela que vem cá e vira à esquerda logo a seguir à entrada do parque, porque não existe traço contínuo nenhum, a delimitação das vias das estradas municipais não existe, está completamente degradada.

Era importante que a Câmara Municipal, visto que é da sua responsabilidade e antes de nós falarmos naquilo que são investimentos, na requalificação dos troços, era importante fazer a sinalização horizontal desses mesmos trajetos e troços, para nós todos conseguirmos cumprir o código da estrada e estarmos em segurança.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer as intervenções realizadas, em relação à intervenção da Senhora Deputada *Graciete Ramos*, referir que estamos a fazer um esforço para aumentar o número de papeleiras, vamos adquirir mais para poder alargar a sua colocação a alguns bairros, sendo certo que depois a sua localização também é estudada pelos Serviços de Ambiente e depois temos que também gerir a questão da sua manutenção e acautelar que são removidos os resíduos ali colocados. É uma situação que já está a ser acautelada, está em fase de abertura de procedimento a aquisição de mais papeleiras.

Relativamente aos arruamentos, a verdade é que tem toda a razão, nós temos efetivamente em todo o concelho questões relacionadas com a reparação de redes de água e saneamentos e depois existe a comunicação aos serviços, mas existem situações diferentes, patela, cubo ou alcatrão e conforme a sua reparação depende também da disponibilidade de todos aqueles que estão a fazer esse tipo de serviços e o agendamento. Estamos neste momento a verificar, para encurtar o tempo entre aquilo que é a reparação e aquilo que é o acabar do trabalho que foi efetuado, muitas vezes fica mais algum tempo porque os trabalhadores consideram que pode haver outra rutura e então aguardam que o trabalho esteja bem feito para assegurar que não têm que reabrir novamente e portanto, temos conhecimento desta situação, estamos a tentar encurtar todos os prazos de reparação.

Quanto à Cultura, Turismo e Saúde, dizer que agradeço aquilo que disse em relação aos Serviços e também em relação ao festival do Rancho, foi um sucesso, esperemos que no próximo ano já possamos fazer o Festival do Rancho na sua plenitude, presencial, com aquilo que estamos bem acostumados.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, da análise que fez à Informação enviada para esta Assembleia Municipal, dizer que relativamente à reunião por videoconferência, é de facto um projeto de uma empresa, que é para as aldeias e a vila, a empresa solicitou esta reunião à Câmara Municipal para avaliar a possibilidade de cedência dos telhados das escolas para a colocação de painéis fotovoltaicos, entretanto houve uma reunião com o Engenheiro Eletrotécnico da Câmara Municipal, para avaliar a possibilidade de cedência, por causa da fatura da electricidade e é uma situação que está ainda nos serviços.

Relativamente à Educação, é uma informação pormenorizada que tem a ver com a submissão mensal das ementas, muitas vezes a informação é pormenorizada de mais, mas também não vamos retirar informação, porque acho que é importante para também irem conhecendo algumas das atividades, a fotografia ou o filme do tempo entre aquilo que se passou entre uma Assembleia e a outra.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, de facto houve uma reunião com os representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, tendo como ponto único da ordem da agenda o suplemento de risco, penosidade e insalubridade, que vai ter efeitos retroativos de janeiro de 2022, isto porque para o Orçamento para 2022, nós fizemos uma metodologia para identificarmos e tratarmos os riscos definindo o grau de penosidade da consequência, exposição e perigosidade. Esta identificação dos riscos foi enviada uma proposta para o STAL, para se pronunciar sobre a proposta, enviamos também a matriz de risco que foi definida, temos três níveis de risco, o alto, o médio e o baixo, isto quer dizer, que os trabalhadores em dias

AA
AB
77

de trabalho efetivo, que trabalham por exemplo em saneamento, vão ter um suplemento de um determinado valor superior ao de risco médio, risco médio são os trabalhadores dos canis que foram incluídos para 2022 e também dos cemitérios e todos os outros estão em risco baixo. Enviamos uma proposta para o Sindicato, juntamente com a matriz de risco, logo que venha a sua aprovação ou não, com os contributos que eles fizerem, enviaremos à Comissão Permanente que fará chegar a todos. É uma forma de tratar diferente o que é diferente e conforme as atividades dos trabalhadores e conforme a matriz de risco que foi feita pelos Serviços de Higiene e Segurança no Trabalho da Câmara Municipal.

Quanto à placa do Parque de Campismo, estaremos em condições, agora na reabertura do Parque de Campismo de fazer a placa dos 40 anos da Festa Transmontana e relativamente à sinalética horizontal e vertical, obviamente que há muito por melhorar, quer na parte da sinalização de estradas municipais, quer também na cidade, estamos a trabalhar no sentido de também a nível de sinalética direcional fazer uma contratação para que se retifique tudo aquilo que mudou nos últimos tempos e as pessoas possam saber onde são os locais para onde querem dirigir-se. De qualquer forma é uma das matérias que estamos a acompanhar nos serviços. Já fizemos dois concursos para a sinalização horizontal, os dois ficaram preenchidos com duas empresas, uma delas não assumiu a realização dos trabalhos e é esse que vamos ter que reabrir novamente.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, fico... não vou dizer satisfeito, fico ansioso para aguardar o resultado da reunião com o STAL acerca da atribuição do suplemento aos trabalhadores.

Senhora Presidente e os trabalhadores da Resíduos do Nordeste? Onde é que estão englobados na atribuição do suplemento de risco, penosidade e insalubridade? Os trabalhadores da Resíduos do Nordeste que eu saiba...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Resíduos do Nordeste é uma empresa intermunicipal, não está na competência da Câmara Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mas a Câmara Municipal tem responsabilidade, não está diretamente mas está indiretamente sobre a Câmara Municipal e eu quero saber se eles também são abrangidos ou não.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aquilo que nos foi dito na última reunião de Assembleia Geral, eu questionei este aumento do suplemento, foi que esta legislação não abrangia trabalhadores das empresas e portanto, é uma situação que poderemos levantar junto da Resíduos do Nordeste. Por acaso foi questionado este tema dos suplementos porque a maior parte das Câmaras estão a fazer matrizes de risco para aplicar e o grande problema da atribuição deste suplemento, é realmente, porque a legislação define as atividades, não define o valor para cada atividade, depois depende da matriz de risco que cada uma das Câmaras fizer, porque há Câmaras que têm os serviços muitos distintos, há outras em que temos vários trabalhadores a fazer várias funções e várias atividades, nomeadamente, limpeza urbana e outros e por isso, em relação à Resíduos do Nordeste aquilo que nos foi dito, mas podemos eventualmente enviar uma mensagem à Resíduos do Nordeste a perguntar, para obtermos uma resposta escrita, para depois encaminharmos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que fará chegar a informação que nos deram a todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto tem a ver com pessoas que trabalham e que têm todos os direitos e têm de ser ressarcidos desses direitos. Peço desculpa pela minha insistência, mas tem de ser assim, é o meu papel como representante dos que votaram no meu partido.

Senhora Presidente, quando a Senhora Presidente diz que este suplemento não é atribuído a empresas privadas é um facto, mas a Câmara Municipal tem assento na Administração da Resíduos do Nordeste, portanto faz todo o sentido a colocação da minha pergunta, é que estes trabalhadores também têm de ser abrangidos porque fazem parte, não diretamente daquilo do que é responsabilidade da Câmara Municipal, mas a Câmara Municipal tem uma participação na Resíduos do Nordeste, era isto que eu queria deixar claro.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A resíduos do Nordeste tem subcontratada uma empresa privada de todos os processos de recolha, é uma empresa privada, portanto os contratos entre a Resíduos do Nordeste... e a Resíduos do Nordeste tem um Conselho de Administração, a Câmara Municipal participa e por isso aquilo que posso dizer é que vamos fazer chegar a questão. Estou em crer que a nível da empresa Resíduos do Nordeste e trabalhadores da Resíduos do Nordeste, não tenho conhecimento que tenham funcionários que exerçam atividades previstas nesta legislação que regulamenta o grau de perigosidade, mas a recolha do lixo é feita por uma empresa privada que concorreu a um concurso público para fazer a recolha e por isso é uma questão que vamos levantar ao Conselho de Administração e logo que tenhamos resposta enviamos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

4.2 - Proposta de Regulamento de Transmissões Online.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

AA
AB
77

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto à Proposta de Regulamento de Transmissões *Online* das Sessões de Assembleia Municipal, devo dizer, antes de mais, que a Comissão Permanente teve um cuidado muito esmerado, muito preocupado sobre a elaboração deste regulamento, porque, de facto, ele hoje apresenta-se aqui perante todos vós com uma substância completamente diferente do regulamento anterior. Essa preocupação teve a ver com o quadro legal e aquilo que era permitido plasmar num regulamento da possibilidade da transmissão *online* das nossas sessões que todos nós, seguramente, desejamos.

Cada coisa deve ser colocada no seu espaço temporal e pode assaltar ao espírito dos Senhores Deputados a diferença entre este regulamento que hoje aqui é apresentado e aquele que estava em vigor anteriormente, não obstante a impossibilidade de ter sido materializado.

Esse tempo anterior em que esse regulamento foi aprovado, que exigia, como seguramente alguns dos que hoje se encontram aqui e que já transitaram do mandato anterior, era necessário a autorização, por assinatura, do próprio da captação, utilização e divulgação das imagens.

Quando este regulamento foi feito a cautela era muito grande relativamente àquilo que era o Regulamento Geral de Proteção de Dados e, de facto, este regulamento foi construído com essas preocupações, ainda estávamos todos a navegar numa novidade de até onde iam os limites desse Regulamento de Proteção de Dados. Todos nós recordamos aquilo que foi até os nossos próprios *e-mails*, a concessão de autorização, continuamos a receber comunicações de diversas entidades onde estávamos inscritos e envolvidos que detinham essa nossa informação, também o medo de correr o risco de mais tarde virem a surgir problemas, como surgiram na Câmara Municipal de Lisboa, se bem que de uma natureza um pouco diferente, foram revelados dados pessoais de intervenientes em manifestação. De qualquer forma, este regulamento, que depois não veio a ser materializado, não pela ausência de um quadro regimental aprovado em Assembleia Municipal, mas infelizmente por causa da pandemia que não foi possível operacionalizar aquilo que estava aprovado.

Volvido este tempo e estes dois anos de pandemia, surgiu então a oportunidade de retomarmos este tema e termos as Assembleias Municipais a serem transmitidas em direto por sistema *online*. O regulamento que hoje vos é apresentado é muito diferente do anterior, mas houve todas as cautelas relativamente a este novo regulamento que é completamente aberto relativamente ao anterior, não exigindo autorização de ninguém para que se possa proceder a transmissões em direto das Assembleias Municipais. De facto, ele é fundado e vocês de resto receberam o parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em nada este novo Regulamento de Transmissões em direto das sessões da Assembleia Municipal fere o Regulamento Geral de Proteção de Dados, nomeadamente o seu artigo 9.º que é suportado por aquilo que é o parecer número 071 da Comissão de Acesso a Documentos Administrativos. Porquanto que os eleitos locais exercem funções públicas de natureza política cuja atividade visa a prossecução do interesse público geral da comunidade local, tendo para o efeito integrado de forma livre e pública as listas de candidatura aos órgãos das autarquias locais no âmbito das eleições gerais autárquicas. De resto, todos nós vimos os nossos elementos publicados à porta do Tribunal quando acedemos a concorrer em listas partidárias.

O parecer das entidades relativamente a esta matéria é inequívoco. Ou seja, as sessões das Assembleias Municipais são obrigatoriamente públicas, considerando que este órgão autárquico desenvolve uma atividade pública na prossecução do interesse coletivo, pelo que os municípios devem ter ao seu dispor mecanismos que lhes permitam acompanhar essa atividade, nomeadamente através do recurso à difusão multimédia encarada numa perspetiva de modernização administrativa. O parecer conclui que a natureza pública das sessões da Assembleia Municipal dispensa o consentimento das pessoas retratadas por se tratar de factos que decorrem publicamente. Qualquer gravação e transmissão das sessões da Assembleia Municipal deve ser precedida de decisão do órgão autárquico mediante estipulação no regimento ou através de deliberação específica para o efeito.

É isso que aqui propomos, é o regulamento que irá permitir essa transmissão para aprovação nesta sessão.

Fazer referência que relativamente ao artigo 4.º do Regulamento, a transmissão será sempre em direto das intervenções dos membros em funções da Assembleia Municipal, bem como a Câmara que aqui se encontra presente e terá enquadramento nos termos legais aplicáveis aqui mencionados e não vai carecer de autorização ou do consentimento, porquanto se considera neste âmbito que a referida transmissão decorre do exercício do cargo para que foram eleitos e que desempenham.

Relativamente às transmissões, o regulamento teve o cuidado de também colocar o enquadramento legal dos cidadãos que intervêm nesta Assembleia Municipal, quer no início das Sessões ou no final, no período de intervenção do público, em que expressa claramente.

Dizer que este regulamento irá ser colocado na página do Município e será feito o respetivo edital, conforme diz o artigo 10.º.

“Os cidadãos interessados em intervir são informados, pela Mesa da Assembleia Municipal, no momento da inscrição, da transmissão em direto da reunião em que vão participar, devendo manifestar a sua prévia e expressa autorização ou não autorização para a transmissão em direto da sua participação na reunião em que se inscrevem. Caso haja cidadãos que não autorizem a transmissão em direto da sua intervenção, a Mesa da Assembleia poderá alterar a ordem das intervenções, devido a essa transmissão.

Outro aspeto importante que o regulamento salvaguarda é a presença de público, não só daquele que se inscreve e intervém, mas que apenas assiste às Sessões da Assembleia Municipal em que o artigo 6.º deixa expresso que: “A transmissão em direto de imagens dos Cidadãos que assistem à reunião, nos termos legais aplicáveis, não carece de autorização ou consentimento porquanto se considera, neste âmbito, que a referida transmissão é captada em lugares públicos, relacionada com factos de interesse público ou que hajam decorrido publicamente. Os cidadãos interessados em assistir são informados da realização da transmissão em direto da reunião em que vão participar.”

Por último, dizer que os artigos 8.º e 9.º deixam salvaguardada qualquer situação futura em que podemos melhorar. Como costume dizer relativamente ao Regulamento da Assembleia Municipal, este tipo de documento nunca deve ser estático, deve ser sempre aberto a melhoramentos e o artigo 8.º consagra isso mesmo: “O presente regulamento poderá estar sujeito a alterações e atualizações, mediante apresentação de proposta por qualquer membro da Assembleia Municipal e aprovado em plenário”.

AA
AB
7/2

Quanto às dúvidas e omissões, que eventualmente possam surgir com a interpretação e a aplicação do presente Regulamento, serão resolvidas pelo Presidente da Assembleia Municipal, com base neste Regulamento, do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela e da legislação aplicável em vigor.

É esta a proposta que vos é apresentada, muito mais aberta que o regulamento anterior, mas hoje volvido este tempo todo relativamente às precauções e às preocupações do Regulamento Geral de Proteção de Dados e suportado nos pareceres que a Mesa da Assembleia reuniu e discutiu de forma pormenorizada e preocupada com os membros da Comissão Permanente, chegamos a este modelo que podem consultar na Internet. Já é utilizado em outras Assembleias Municipais que nos permite esta elasticidade e com a sua aprovação, finalmente, poderemos proceder à transmissão em direto das nossas Sessões que seguramente será um dever da nossa parte consagrar esse direito de todos os munícipes poderem acompanhar os trabalhos da Assembleia Municipal, não só aqueles que não têm oportunidade de estar presente no nosso concelho, mas outros que residem fora do nosso concelho e até mesmo mirandelenses que se encontram na diáspora poderem acompanhar aquilo que são os nossos trabalhos e aquilo que é aqui votado e aprovado, que tem impacto e interesse para os munícipes, para o concelho e para todos os mirandelenses.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fui testemunha do trabalho realizado pela Comissão Permanente, acho que temos um bom regulamento, mas as transmissões *online* destas Assembleias Municipais creio que nos responsabilizarão a todos, porque vamos ter mais gente a assistir-nos e onde o desenvolvimento do concelho de Mirandela tem que necessariamente ser mais discutido e com muito mais afinco. Pelo que na minha pergunta anterior na Informação da Senhora Presidente, percebi que aquilo que eu perguntei tinha sido uma reunião muito importante e que trocam essas reuniões a favor da energia e dos painéis das escolas em meio rural, porque vão produzir energia, trocam essas questões importantes pelas papeleiras. Ainda que as papeleiras sejam muito importantes, não temos que perder tanto tempo a discutir assuntos desses quando o seu tempo, Senhora Presidente da Câmara, é tão precioso e o nosso tempo também.

O que é que faltou durante estes dois últimos anos para que a Assembleia Municipal não tivesse assembleias filmadas *online*? Foi por culpa da Oposição, do Executivo ou da Mesa da Assembleia Municipal? Desta não foi seguramente.

Terceiro. Acho que o trabalho está incompleto. Fica a pergunta: Porque é que as Reuniões de Executivo não passam também a ter transmissões *online*? Esta é a questão que deixo, se é que há trabalhos nesse sentido para que no futuro as Reuniões do Executivo sejam também filmadas.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção é muito curta e é só para fazer um reparo, eventualmente nem é necessário, porque já está acautelada essa situação.

Uma coisa é a transmissão da sessão, que não há nenhum mal e como disse o Senhor Secretário *José António*, somos Deputados e é um direito dos munícipes assistir às reuniões, mas outra coisa é a captação e a gravação do que se passa aqui dentro. Portanto, na página da Câmara Municipal onde vai constar o *link* para poder visualizar-se o que aqui se passa, deve haver lá uma menção a dizer que está expressamente vedada a gravação e a captação de imagens das sessões que aqui se passa, porque é fácil perceber que se eu tropeçar e me caírem as calças aí vou eu aparecer num grupo de Mirandela. Quem diz isso diz tantas outras situações que podem dar aso à exploração dessa triste infelicidade e, portanto, vão ver-se aqui os Deputados nessa contingência e alguns que, por acaso, até se inibam de participar por causa disso. São bens jurídicos distintos, pelo que essa situação deve ser acautelada e eu, desde já, digo que não autorizo que me gravem, nem que me tirem fotografias.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de passar a palavra à Senhora Presidente, gostaria apenas de dizer ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, já que mencionou a Mesa, que muito mais importante do que definir, neste momento, culpados é que estamos agora e votar um regulamento que vai certamente trazer mais informação à política concelhia. Em todo o caso, também dizer-lhe que participou ativamente nele, e muito bem, e toda a Comissão Permanente também agradece isso e a Mesa, neste caso.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *Eurico Carrapatoso*, a situação que coloca está salvaguardada no artigo 3.º, no ponto 3 em que expressa claramente que “*sem prejuízo do disposto no número anterior*”, ou seja, os meios de captação e transmissão de áudio e vídeo das reuniões deverão ser da responsabilidade do Município e que são disponibilizados pela autarquia ou pela empresa devidamente credenciada para o efeito, “*é proibida qualquer outra transmissão de áudio e vídeo das reuniões sem prévio pedido de autorização à Mesa da Assembleia que, para o efeito, pode auscultar o Plenário e os intervenientes na reunião em causa.*” Portanto, salvaguardando todos os Deputados individualmente, bem como o plenário em geral.

Isto porquê? Porque o n.º 2 deste mesmo artigo diz que “*Aos membros de órgãos de comunicação social é permitida a cobertura das reuniões públicas nos termos estatutários e legais aplicáveis, em coordenação com os serviços municipais responsáveis pela Comunicação da Autarquia.*”

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, também neste ponto estamos a discutir o Regulamento da Transmissão *Online* das Assembleias Municipais. Relativamente ao Executivo Camarário será outro palco, não tem enquadramento aqui.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Felicitar a Comissão Permanente e a Mesa da Assembleia pelo Regulamento de Transmissões *Online* das Sessões da Assembleia Municipal de Mirandela.

Das duas intervenções, julgo que não há questões a serem colocadas. O Executivo em permanência estará disponível para fazer a transmissão em direto das Reuniões de Câmara. Obviamente que sim. Aliás, foi uma proposta que já foi falada em Reunião de Câmara e aí, na Reunião de Executivo, decidiremos quando e como faremos essa transmissão. Se pudesse ser em simultâneo com a Assembleia Municipal seria bom. Vamos ver na próxima Reunião de Câmara este assunto também debatido. Podemos agendá-lo, obviamente, acho que seria bom para todos.

----- Efetuada a votação e estando 52 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento de Transmissões *Online*.

4.3 - Proposta de Medidas excecionais de Apoio Sanitário, Económico e Social – Ratificação.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 30/12/2021, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as “Medidas Excecionais de Apoio Sanitário, Económico e Social”, descritas na supra referida Proposta, para o ano de 2022, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente da Câmara, esta Proposta de Medidas Excecionais por forma a mitigar o prejuízo da pandemia foi por iniciativa do PDS. Uma vez que a agricultura nacional e local está a atravessar um período difícil de seca, desafiava-a a apresentar igualmente um plano de medidas excecionais a favor dos agricultores por forma a mitigar os prejuízos da seca vigente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Proposta de Medidas Excecionais é a primeira Reunião de Assembleia Municipal que nós temos depois da aprovação em Reunião de Câmara em 30 de dezembro de 2021 e por isso veio aqui para ratificar.

Esta Proposta tem em vista, com a formulação genérica de três eixos que são: As Medidas de Prevenção e Contenção à propagação da Pandemia, Medidas Suplementares de Apoio à economia local e também Medidas de Apoio às Famílias.

Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*, de medidas excecionais de apoio à agricultura, obviamente que terão de ser consideradas depois de também o Governo aplicar medidas, através do Ministério da Agricultura, de forma a serem complementares, uma vez que a nível de Orçamento Municipal não existe enquadramento orçamental, tal como está, teria de ser feita uma Modificação Orçamental Modificativa, e portanto, nunca ser de forma concorrencial, mas complementar a apoios estatais, obviamente que, existindo essa preocupação a nível nacional, vão certamente haver medidas mitigadoras do prejuízo causado aos agricultores, a Câmara Municipal analisará com as suas equipas tudo aquilo que for a solução de apoio nacional e depois podemos complementar com medidas de apoios excecionais, sendo que, pela primeira vez no mandato anterior, estão a ser feitos apoios à questão agrícola, nomeadamente, à parte pecuária e já houve várias candidaturas que a Câmara Municipal está a suportar, a questão da sanidade animal pelo menos a percentagem correspondente ao produtor pecuário.

----- Efetuada a votação e estando 52 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a Proposta de Medidas Excecionais de Apoio Sanitário, Económico e Social para 2022.

4.4 - Declaração: Alínea a), do n.º 1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA).

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 27/01/2022, que se transcreve:

“A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.5 - Declaração: Alínea b), do n.º 1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), conjugado com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 27/01/2022, que se transcreve:

AA
16.
77

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.
Submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, há aqui algumas questões que nos fazem alguma perplexidade, para não utilizar um termos mais ostensivo, nesta Declaração o que vem aqui plasmado neste documento é que, a listagem de recebimentos em atraso em 31/12/2021, com o seguinte teor: “Documentos de receita coletiva, fornecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos - 601.150,81€; Agrupamento de Escolas de Mirandela, Fornecimento de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos - 198.166,43€”.

Senhora Presidente, neste documento de receitas coletivas não está especificado a que é que se referem estes 601.150,81€, nós não sabemos que documentos de receitas coletivas são, mas já percebemos que o Agrupamento de Escolas de Mirandela deve à Câmara Municipal 198.166,43€.

A A.J. Varandas de Sousa - Soc. Unip., Lda., para quem não sabe o que estou a falar, estamos a falar da Sousa Camp que já abriu insolvência há não sei quanto tempo, deve à Câmara Municipal no Fornecimento de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos - 44.182,66 €.

E depois temos aqui três situações que merecem alguma atenção, porque há um Ponto que nós vamos falar a seguir, que tem a ver com a Turistua - Empreendimento Turístico, Lda., Senhora Presidente, a Senhora fala aqui que a concessão e exploração do restaurante implementado no Parque Dr. José Gama, Flor de Sal, vem aqui uma dívida de 57.765,30€, aqui deve haver um erro gráfico, não são 57 mil euros, são 90 mil euros, a não ser que já tenham pago alguma coisa desde aquilo que foi falado na Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2021, há aqui um erro, porque não são 57 mil euros, são 90 mil euros, é essa a dívida e a pergunta que lhe deixo, é se já pagou?

Estamos a falar numa dívida, Senhora Presidente, que já tem pelo menos meia dúzia de anos.

António Nascimento Coelho, tem uma dívida à Câmara Municipal, da Concessão e exploração de equipamento municipal sito na Ribeira de Carvalhais - Ribeiras Café de 65.784,76€, o Adérito Manuel Gomes – Tradimontana, Instalação de Pavilhão provisório para venda de produtos de fumeiro, de 41.250,00€.

Senhora Presidente, o que eu lhe pergunto é que, como é que esta Câmara Municipal, este Executivo que tem os problemas e os constrangimentos financeiros que a Senhora Presidente há pouco mencionou, aqui não está mencionado e eu penso que também deve ser por lapso gráfico, a dívida da concessão que a Câmara Municipal de Mirandela fez à exploração da hidroelétrica que existe na Ponte Açude, que na altura e não foi há muito tempo, existia uma dívida que ainda não estava quantificada porque a EDP recusava-se a dar o número daquilo que aquela empresa introduzia na EDP e que a EDP lhe pagava, não sei se será um erro gráfico, se há aqui uma omissão propositada ou se já pagou a dívida, eu gostava também de ter esse conhecimento.

O que eu me pergunto Senhora Presidente e acho que toda a Assembleia Municipal também é, como é que estas dívidas ainda subsistem? Ou seja, a Turistua, a concessão do restaurante já foi trespassada para outro proprietário e eu não sou de intrigas, mas já se fala que aquele proprietário também já vai entregar aquilo e que não está a cumprir com os seus pagamentos, não sei se é verdade, se é mentira, mas deixo também aqui essa dívida no ar.

Vai-se fazer a concessão de um bar, que é a concessão do Bar do Ribeiras, em que o anterior proprietário tem uma dívida de 65.784,76€ e o Adérito Manuel Gomes da Transmontana tem uma dívida de 41.250,00€, estamos a falar de dívidas que já existem há mais de quatro anos, há mais de oito anos, portanto, quando a Senhora Presidente tomou posse no Executivo em 2017, estas dívidas já existiam e nós queremos saber, porque acho que é um direito que nos assiste a todos, como é que está a cobrança destas dívidas, porque não faz sentido ainda este documento estar aqui e não vir mencionada toda a informação, se já pagaram alguma coisa, como é que está a situação. Eram estas as perguntas que eu deixava.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço as questões que foram colocadas e esclareço, a nível da listagem de recebimentos em atraso, houve fundamentalmente um grande acréscimo de dívida relacionado com o fornecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, estamos já num valor de 601 mil euros, isto quer dizer que nós cobramos bastante receita relativamente à dívida nos anos de 2018 e 2019, houve um significativo esforço de planos de pagamentos de devedores, no ano de 2020 e 2021, a situação piorou consideravelmente, não só por causa das moratórias que foram permitidas a nível nacional, como também um esforço de não poder ser cortada água a consumidores, sejam eles coletivos ou particulares e por isso aumentou bastante, são vários números de contribuinte, estamos neste momento com uma equipa na Câmara Municipal para promover contacto com todos aqueles que estão em dívida de água e com a fatura da água vão os valores de saneamento e resíduos sólidos urbanos e aqui é o grande bolo ultrapassa os 600 mil euros e portanto, esta equipa está neste momento a fazer um esforço, alguns já foram várias vezes notificados, mas de qualquer forma tem que ir para execução fiscal ou um processo para Tribunal se for esse o resultado deste esforço que estamos a executar.

Relativamente ao Agrupamento de Escolas de Mirandela e por fazer referência a esta questão, esta foi uma dívida que existiu porque havia uma rotura na Escola Luciano Cordeiro, é uma dívida já com bastantes anos, foi tentado um acordo relativamente à realização das obras na Residência de Estudantes, porque é a DGEstE que faz essa gestão e essa manutenção, neste momento aquilo que lhe posso dizer é que, não temos efetivamente problemas de gasto excessivo de água e por isso esta é uma dívida que vai entrar em acordo com o Ministério da Educação.

Quanto a algumas empresas, estão realmente insolventes e portanto, tem de se fazer a negociação com a massa insolvente e relativamente às outras entidades de que falou, referir que a Mini Hídrica de facto pagou a dívida dos valores resultantes, desde sempre que nunca foi pago à Câmara Municipal o valor de 50 mil euros, segundo os cálculos que foram feitos e portanto, não consta desta dívida e relativamente às outras empresas, obviamente que entrarão em execução ou em processo judicial para podermos receber.

AA
LB
77

Este dinheiro, 1.165.000,00€ obviamente que faz falta aos cofres do Município, porque para além disso, o Município, nomeadamente na água, saneamento e resíduos urbanos está a pagar a fatura às entidades que trabalham o saneamento e resíduos em alta e é mais ainda um esforço financeiro para o Município, como digo, a situação agravou-se relativamente aos particulares e às empresas relativamente às moratórias, temos consciência disso, neste momento estamos em condições de fazer um esforço, todos, para que estas dívidas possam ser saldadas, para que a meio do ano pelo menos recuperar aquelas que forem recuperáveis.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, isto parece-me muito pouco, peço-lhe desculpa, não passamos de boas intenções, estamos a falar em dívidas que já têm mais de oito anos e o que eu pergunto à Senhora Presidente é se este Executivo já tomou alguma posição em termos de execução destas dívidas? Porque isto é gozar com quem trabalha, eu peço-lhe imensa desculpa mas tenho de lhe falar assim, isto é gozar com quem trabalha, estamos a falar de dívidas que já têm mais de oito anos, estamos a falar aqui em dívidas de empresários de Mirandela, que já passaram o negócio, que já abriram insolvência e a Câmara Municipal está passiva sobre este assunto, ainda não pôs nenhuma execução fiscal, não pôs um processo em Tribunal.

Bem, Senhora Presidente, é sinal de que o nosso Município vive bem, não precisa disto e há dinheiro para estas coisas todas! É só isto que eu tenho a dizer, mais nada.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, acho que não tem razão naquilo que diz, porque foi feito um esforço para estes recebimentos em atraso, já recebemos em 2018 e 2019, muitos dos valores que estavam em atraso, a situação em 2020 e 2021, complicou-se de uma forma muito difícil para nós recuperarmos a dívida e por isso, estamos neste momento a avançar com tudo aquilo que podemos fazer, não só em execuções juntamente com a Autoridade Tributária e também processos judiciais para sermos ressarcidos de dívidas.

A partir de 2017 a Turistua pagou sempre o que estava em atraso, exceto nos períodos em que a Câmara Municipal isentou as concessões e as rendas por causa da pandemia e houve também alguns processos de planos de pagamento da água, mas foi tudo liquidado, anterior a 2017, existe de facto esta dívida e estamos neste momento a processar todas estas dívidas com a Autoridade Tributária ou a consolidar processos, que sabemos que se arrastam por muito tempo nos Tribunais.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, aquilo que eu entendi nesta sua última declaração, é que a empresa Turistua – Empreendimentos Turísticos Lda. em dezembro de 2021, tinha uma dívida para com a Câmara Municipal de 90 mil euros, aqui aparecem 57 mil euros, já amortizou a diferença?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Enviarei essa informação à Mesa da Assembleia Municipal, logo que termine a Assembleia Municipal vou questionar os Serviços de Contabilidade.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.6 - Coletividades Desportivas - Tabela de Apoios Financeiros – 2022 - Correção de Valores - Contratos- Programa de Desenvolvimento Desportivo.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 27/01/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a alteração dos valores a serem apoiados nos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que constam na informação transcrita;**
- 2 – Submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação a este Ponto aprez-me dizer o seguinte: na lista que nós temos na nossa frente, há empresas contempladas que não são coletividades desportivas, ou pelo menos não me parece que também executem atividades desportivas, ou será que o são sem o nós sabermos? Gostávamos que a Senhora Presidente nos explicasse porque é que estão incluídas aqui e não deveriam estar noutra Ponto. Exemplo disso, Agro-Industrial do Nordeste S.A, EIM, com 150 mil euros, ou a Mircom, com 96 mil euros e já agora, podia explicar-nos também o que se passa em relação à Mircom e aos seus funcionários neste momento?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, olhando para esta atribuição de apoios financeiros de 2022 e comparando com aquilo que foi atribuído em 2021, digamos que o valor é exatamente o mesmo, houve aqui algumas entidades e coletividades que receberam um pouco menos e há outras que vão receber um pouco mais, mas não é nada de relevante.

AA
AB
7/2

Aquilo que eu gostava de saber Senhora Presidente e era importante também percebermos o porquê da atribuição destes valores, que tem a ver exatamente com aquilo que são os Contratos Programa e a Senhora Presidente diz o seguinte neste Ponto: “Tabela de Apoios Financeiros enviada foi exatamente igual à do ano de 2021. Por este motivo e após análise dos Programas de Desenvolvimento Desportivo posterior às datas inicialmente previstas verifica-se a necessidade de serem feitos alguns ajustes em relação aos valores a atribuir a algumas Coletividades Desportivas. Referir no entanto que o valor global para a execução dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo é exatamente igual ao ano civil de 2021 (321.300.00€).”

Senhora Presidente, eu tinha mencionado isto, aquilo que lhe queria perguntar era: As coletividades, todas elas entregaram os Contratos-Programa de desenvolvimento a tempo e horas? Pelos vistos não, como é que se chega a estes valores se estamos a falar num “copy/paste” em relação a 2021? E aquilo que era o mais importante, era eu perceber se as coletividades, todas elas que estão aqui mencionadas, não vou falar na questão da Mircom, porque nós sabemos que houve um Contrato Programa que teve de ser cumprido e nós fomos obrigados a votá-lo Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, neste caso a CDU votou contra, não sei como é que votou o CDS/PP, não me lembro, mas a CDU votou contra.

Em relação à Confraria Nossa Senhora do Amparo, é uma atribuição que é por *honoris causa*, ou seja, faz parte do procedimento normal do funcionamento desta terra, não sei a que propósito, mas também não vou questionar isso.

Em relação às outras entidades, estamos a falar de entidades que são entidades e coletividades desportivas e culturais, a Nossa Senhora do Amparo, nem é cultural, nem é desportiva, é religiosa e aqui faz-me levantar um ponto, nós somos um estado laico, quando aparecer aqui a Igreja Universal de Deus, ou alguém de uma mesquita muçulmana também vão ter direito a um subsídio, mas isto fica para outras calendas.

O que eu lhe perguntava Senhora Presidente, é se todas as coletividades estão de acordo com estes valores destes subsídios?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, estes são os Contratos-Programa de todas as coletividades, de facto existe uma legislação específica para as coletividades desportivas, mas nós abrangemos as culturais, as recreativas, ao abrigo do contrato-programa, todas as coletividades enquadramo-las nestes contratos-programa.

O que aconteceu para trazermos aqui fora do Orçamento Municipal é que houve a correção de alguns valores, o valor global mantém-se, mas teve a ver com a atividade desportiva de algumas coletividades, ou seja, alguns escalões que deixaram de ter atividades desportivas, outros que tiveram acréscimo e houve um reajuste com todas as coletividades. Todas elas concordaram com os valores que estão presentes aqui para aprovação e como disse o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, não é um “copy/paste”, é sim uma correção de alguns valores que não estavam no quadro que fazia referência a 2021 e não tiveram a atualização para 2022, foi um lapso e foi exatamente isso que aconteceu, foi um lapso no quadro que veio à aprovação da Assembleia Municipal e portanto, veio aqui esta correção.

Relativamente ao Contrato-Programa da AIN, todos sabem que a AIN, temos feito ao longo dos últimos anos cobertura de prejuízos, se uma empresa de âmbito municipal, intermunicipal tiver prejuízos durante três anos seguidos é levada a ser encerrada, neste momento aquilo que consideramos que era importante fazer um contrato-programa com a AIN, isto dentro de um contrato tripartido entre a Câmara Municipal de Mirandela, a Câmara Municipal de Vila Flor, para podermos fazer face às questões financeiras.

Quanto à Mircom, segue em execução o Contrato-Programa que foi votado aqui na Assembleia Municipal e os salários estão a ser pagos, efetivamente houve um atraso por causa da assinatura do Contrato-Programa, mas neste momento estará tudo regularizado com as transferências.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu gostava que me dissesse se já foi decidido alguma coisa por parte do Executivo em relação aos funcionários da Mircom?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação aos funcionários da Mircom, nós assinamos o Contrato-Programa aprovado aqui e eles mantêm-se a trabalhar na Mircom.

----- Efetuada a votação e estando 52 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração dos valores a serem apoiados nos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo.

4.7 - Proposta de Minuta de 1.º Aditamento ao Contrato de Subconcessão n.º 130/17/CA/IPP, relativo ao uso privativo da plataforma da via na Linha do Tua, entre o Km 058,223 e o Km 071,879.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10/02/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três votos contra dos membros do PSD, aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração da primeira adenda ao contrato de subconcessão n.º 130/17/CA/IPP,

relativo ao uso privativo da plataforma da via na Linha do Tua, entre o Km 058,223 e o Km 071,879, conforme minuta em anexo, e ao abrigo da competência prevista na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo preceito legal, conferindo poderes à Sr.ª Presidente da Câmara Municipal para outorgá-lo em nome do Município, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“A minha opinião pessoal sobre a construção das barragens do Sabor e do Tua é conhecida, já a exprimi publicamente em várias situações...!

Sem entrar em pormenores, considero que foi um dos maiores crimes ambientais do século, uma atrocidade e um inqualificável atentado às populações ribeirinhas, do ponto de vista social e económico... [as gerações vindouras nunca nos perdoarão...!]

Quanto à Linha do Tua, por essa razão, como bem sabemos, está, hoje, submersa no troço mais próximo da foz do Tua.

No ano de 1992 foi “furtada” às populações, no troço Mirandela-Bragança, num sinistro ato de má memória e de prepotência perpetrado pelo Governo de então, sendo seguida de abandono e pilhagem de muitos materiais...

Embora seja pouco importante se os governos eram de um Partido político ou de outro, à data destes episódios, não deixa de ser estranho que a ligação ferroviária Mirandela-Bragança fosse encerrada por um Governo do mesmo Partido que o do Executivo que celebrou, em 2017, o contrato em análise e, agora, também o mesmo Partido se manifeste publicamente contrário à utilização deste espaço com uma solução que é a mais exequível no contexto atual e interessante do ponto de vista turístico!

Em 20 de fevereiro de 2021, o Eng.º *Jorge Nunes* (ex-Presidente da Câmara Municipal de Bragança), defende a ligação ferroviária a Bragança partindo de Vila Franca das Naves até Puebla de Sanábria, passando por Vila Nova de Foz Côa, Pocinho, Vilaríça, Macedo de Cavaleiros e Bragança, referindo que, já em 1878, a Associação dos Engenheiros Civis propunha essa ligação pelo vale do Sabor até Bragança.

A mesma ideia defendeu, em comunicação pessoal, um professor e amigo dizendo que a Linha do Tua tem um trajeto improvável e que nunca devia ter sido construída, até porque os problemas de segurança sempre foram muitos, sobretudo no troço junto à foz do Tua...

Também um Geógrafo, Pof. Catedrático jubilado, natural do concelho de Vinhais, em conversa informal, transmitiu o seu desagrado pelo facto de o trajeto da linha do Tua não ter seguido, a partir de Mirandela, o vale do rio Tuela como seria natural, em vez do percurso pelo Romeu e planaltos a norte de Macedo até Bragança... [ficará sempre por avaliar que desenvolvimento teriam as terras de Vinhais com esta decisão...!]

Veja-se, portanto, que a ligação ferroviária ao norte do distrito tem uma história com diversas alternativas que já estiveram “na mesa”... mas as que nos interessam são as que trazem investimento e retorno para a Nossa Terra.

Em 27 de abril e 29 de junho de 2018, também tive oportunidade de expor, aqui, a minha visão do assunto, corroborando a proposta da RIONOR (Rede Ibérica para uma Nova Ordenação Raiana), uma organização da sociedade civil, no sentido duma moratória reflexiva sobre estas matérias...

Porém, perante novas ideias, novas propostas e projetos, reconheço a necessidade de reajustar a visão estratégica sobre o caminho-de-ferro para o futuro na nossa região...!

E, olhando para a proposta de traçado duma ferrovia de alta velocidade, anunciada recentemente por outra organização da sociedade civil – a Associação Vale d’Ouro – e que hoje foi aqui brilhantemente apresentada, esta parece ser a solução, embora ainda distante no tempo, é certo... e não vislumbro, de momento, melhor alternativa para utilização do espaço privado que é a plataforma da Linha do Tua agora concessionada para esta forma de uso público...

Fico curioso é de saber se as três freguesias em cujo território o projeto incide apoiam ou não...!

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Termino apelando à aprovação deste ponto, ao apoio para o desenvolvimento do estudo da linha de alta velocidade e pedindo ao Executivo celeridade na conclusão do projeto em curso...”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para dizer que a Bancada do PSD, na Assembleia Municipal vai votar a favor desta Proposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós só queríamos saber com clareza, embora pelo nosso cálculo pensamos que sabemos onde é, mas com clareza qual é este troço, entre o km 58 e o km 71, para sabermos mais concretamente qual é especificamente a parte da linha do Tua a que se refere esta subconcessão.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto é mais um contrato daqueles que fazem parte para o desenvolvimento de Mirandela, pena é que na altura quando fecharam a linha do Tua não pensassem no desenvolvimento da região, mas pensassem noutros desenvolvimentos, para os quais nós não estávamos preparados, nem informados do que viria a acontecer a seguir.

Obviamente que a CDU vai votar contra este contrato de subconcessão, primeiro por uma questão de coerência, votamos contra a questão do fecho da linha do Tua e agora não fazia sentido votarmos a favor porque vai ser criada uma ecopista, com todas as *nuances* que possam investir daí. Aquilo que fica claro é o princípio, o princípio de cada medida que é tomada e subjacente àquilo

AA
AB
77

que nós estamos aqui a votar, ou seja, a Câmara Municipal de Mirandela vai ter uma contrapartida entre a concessão de Mirandela e eu já respondendo aqui ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares* do CDS/PP, aquilo que eu percebo do km 58, será entre Mirandela e o Romeu, porque é aí que acaba o concelho de Mirandela e começa o de Macedo de Cavaleiros e vamos pagar um valor de 3.414,00 € sob uma concessão de 25 anos, obviamente que o valor é irrisório, isto dá uma média de 284,00 € por mês que a Câmara Municipal vai pagar à IP Património.

O que fica subjacente a esta concessão é que e passo a ler para que toda a gente perceba ou alguém que esteve distraído e não leu, porque é importante percebermos isto e já não falo do contrato em si, porque acho que é uma aberração e vale o que vale aquilo que eu digo e que diz o meu Partido, mas o que fica inerente a esta concessão é esta a possibilidade que é: “A contrapartida devida à IP Património poderá ser acrescida de um valor anual variável, caso se verifique o desenvolvimento de alguma atividade geradora de receita para o subconcessionário, ao abrigo do disposto no presente contrato. Tal valor corresponderá a um percentual fixo de 25 % das receitas cobradas pelo subconcessionário...”, isto é hilariante! A isto chama-se aquilo que é, vamos fazer dinheiro com aquilo que é público. Vamos imaginar e espero bem que não, porque estará cá a CDU para isso, que vamos ter que pagar uma portagem para seguir naquela linha que vai até ao Romeu e vamos ter que pagar 0,25 cêntimos para irmos de bicicleta daqui até lá, a subconcessionária vai buscar sobre esse valor, porque vai gerar receita.

São estes negócios que o povo português está habituado a que se faça, foi com as barragens, foi com a EDP, foi com a ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., ou seja, está sempre inerente àquilo que é a capacidade de gerar receita e a Câmara Municipal de Mirandela vai pagar um valor de 3.414,00 €, vai fazer um investimento que ainda não está quantificado, mas que provavelmente será de alguns milhares de euros, para a requalificação daquele espaço, obviamente que podem dizer que vamos fazer um investimento, mas é com Fundos Comunitários, como se os Fundos Comunitários Portugal não os pagasse e para que fique aqui claro a todos, Portugal paga 25 mil milhões de euros só de juros da dívida que tem e sobre os montantes que recebe da União Europeia, pagamos 15 mil milhões de euros, ou seja, a nossa contribuição para o bolo europeu, para aquilo que nos é depois distribuído, nós pagamos 15 mil milhões de euros, Senhores Deputados está tudo dito.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer as intervenções e dizer que relativamente ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, todos conhecemos as posições relativamente à construção da barragem, quanto às questões da nova ferrovia de alta velocidade, tudo vamos fazer para que o projeto tenha o devido acolhimento, todos sabemos que não é uma solução imediata, mas julgamos que seria bom todos podermos vivenciar este futuro, de qualquer forma, o que está aqui em discussão, neste momento, é o primeiro aditamento ao contrato de subconcessão, que foi assinado dia 22 de agosto de 2017, pelo anterior Executivo e dizer-se que este primeiro aditamento consta e também um outro Ponto da Ordem do Dia, que é relativamente à estação do Romeu. Que fique claro que este aditamento tem a ver com a totalidade de toda a linha e diz respeito à linha que integra o concelho de Mirandela e faltava aqui a plataforma da via nestes quilómetros, por isso é que se fez este aditamento. Faltava também integrar a estação do Romeu, que é um Ponto mais à frente, que tem a ver também com esta ecopista, foi um Projeto Valorizar, um projeto turístico, foi apresentado entre as três Câmaras, Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança, que liga as três localidades pela ecopista, portanto, quer este aditamento, quer o edifício da estação ferroviária do Romeu, que à data estava com um acordo com o Centro Social e Paroquial do Romeu e não pode integrar esta concessão.

Resolvidos todos os problemas jurídicos, estamos em condições de assinar o protocolo de novo e fazer este aditamento. Este troço é perto de Carvalhais. Relativamente a Carvalhais, Romeu Mirandela e à posição dos Senhores Presidentes de Junta, não sei se à data, antes da assinatura da subconcessão foram consultados, julgo que sim, mas este é um projeto que já tem alguns anos, que já está formalizado e tem de arrancar a sua execução e daí, julgamos que tal como está não traz qualquer desenvolvimento, bem pelo contrário, está completamente abandonado, troços da linha destruídos, carris degradados, travessas sem qualquer utilidade e portanto, aquilo que sabemos é que esta ligação turisticamente vai ter o seu impacto e liga Carvalhais até ao final do concelho, ao Romeu, que liga depois aos Cortiços já no concelho de Macedo de Cavaleiros e vai até Bragança.

----- Efetuada a votação e estando 52 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor, quatro abstenções e um voto contra, aprovar a celebração da primeira adenda ao contrato de subconcessão n.º 130/17/CA/IPP, relativo ao uso privativo da plataforma da via na Linha do Tua, entre o Km 058,223 e o Km 071,879.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Considerando tratar-se de um Contrato de Subconcessão de uma parcela da plataforma da via na Linha do Tua celebrado em agosto de 2017, para a implementação de uma Ecopista que vai agora a execução, projeto este da autoria do Executivo do PSD, projetado intermunicipal, projeto CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes e com financiamento dos Fundos Comunitários;

Considerando que, após o encerramento da Linha do Tua em dezembro de 1991, nada ter sido feito ao nível da sua manutenção, conservação e conseqüente valorização do seu traçado e áreas contíguas;

Considerando que, nesta Sala foi tantas vezes referido que era imperativo investir no meio rural, quanto mais não seja para a defesa e mitigação dos prejuízos causados pelos fogos de verão;

Considerando que, este projeto vai de encontro a uma das opções estratégicas, que é o turismo natureza e a valorização do património natural;

Considerando igualmente que os montantes a investir, cerca de 200 mil euros, uma verba significativa, mas não considerável, não condicionará sobremaneira qualquer investimento elevado como por exemplo, o retomar do funcionamento da linha férrea do Tua;

Considerando os argumentos apresentados, a Bancada do PSD nesta Assembleia, votou a favor da Proposta apresentada.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não percebi, o PSD votou a favor desta Proposta, os Vereadores do PSD em Reunião de Câmara votaram contra e acho que fazia todo o sentido a explicação à Câmara, porque é que o PSD tem duas posições, é que é incompreensível. Nós temos Vereadores na Câmara do PSD que votaram contra e temos os Membros da Assembleia a votar a favor.

Isto é dupla “nacionalidade”, é nem ficar a bem com o bem, nem ficar a mal com o mal!

4.8 - Proposta de Redelimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10/02/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a redelimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano de Mirandela, nos termos constantes dos documentos em anexo que fazem parte integrante da presente proposta, conforme proposto.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta Redelimitação tem a ver obviamente para incluir uma área de reabilitação urbana que é o bairro Vale da Cerdeira, para que possamos candidatar a Fundos Comunitários nomeadamente, no PARU- Planos de Ação para a Regeneração Urbana, é um projeto que já está candidatado, já está adjudicado e vamos tentar dentro do exercício de soma nula inclui-lo para financiamento no PARU, um financiamento que será de 85 %, era importante obtê-lo uma vez que todas as operações ligadas ao PAMUS- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, são operações com financiamentos bastante mais baixos do que aquilo que há no PARU. Era só esta referência e eu julgo que na Proposta está tudo explicado.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa também regista com agrado esta Proposta.

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor e uma abstenção, aprovar a redelimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano de Mirandela.

4.9 - 1.ª Alteração Orçamental Modificativa 2022.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/02/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal:

- 1 – O mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa do ano de 2021, nos termos estabelecidos na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 – A integração nos fundos disponíveis dos saldos transitados do ano anterior nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), e para os efeitos vertidos na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
- 3 – A primeira alteração orçamental modificativa, em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor e uma abstenção, aprovar:

- 1 - O mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa do ano de 2021, nos termos estabelecidos na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - A integração nos fundos disponíveis dos saldos transitados do ano anterior nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), e para os efeitos vertidos na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;

3 - A primeira alteração orçamental modificativa, em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

4.10 - Proposta de Autorização para a abertura do procedimento para a concessão do direito de exploração do Quiosque do Parque do Império, do Quiosque do Tanque e do Bar Ribeiras.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/02/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter à Assembleia Municipal, para que esta autorize, a abertura do respetivo Concurso Público, celebração posterior dos correspondentes contratos de concessão do direito de exploração do Quiosque do Parque do Império, do Quiosque do Tanque e do Bar Ribeiras, aprove a proposta apresentada de composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou ser muito breve, só querendo dar conta que é com muito agrado que vemos esta Proposta ser trazida aqui hoje, porque de facto são três infraestruturas que são necessárias, cada uma à sua maneira, para os mirandenses. O quiosque da zona do Tanque até para um apoio às pessoas que ali aguardam pelos seus transportes para as aldeias, da zona do Parque do Império, porque é sempre uma mais-valia que existiu sempre e é quase uma memória de todos e um serviço que também se cria de novo e sobretudo, a exploração do bar sito no Parque da Ribeira, que pode trazer ali uma dinâmica nova àquele Parque que muitas vezes está abandonado, não abandonado, mas não com a dinâmica que deveria ter e que já teve até noutros tempos, também porque há ali uma situação de umas casas de banho que estão encerradas há muito tempo, desde que fechou o anterior concessionário e que ao lado de um parque infantil faz todo o sentido que assim seja.

Por isso, de louvar esta iniciativa e é com muito agrado que vemos esta Proposta aqui trazida hoje.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Somos a favor que se proceda ao desenvolvimento do processo de concessão do direito de exploração do quiosque do Parque Império, do quiosque do Tanque e do Bar Ribeiras, é melhor que estejam em funcionamento e servirem as pessoas, do que estarem a degradar-se em prejuízo para o erário público, contudo, alertamos o Executivo que deve tomar muito cuidado para que não venham a acontecer situações, como as que já aconteceram e que já foram aqui referidas hoje, como por exemplo aconteceu ao Restaurante Flor de Sal, em que esta Assembleia não sabe se a dívida já foi liquidada pelo anterior concessionário, ao que verificamos ainda não foi e muito menos como foi parar ao atual concessionário, ou pessoa que explora o Restaurante Flor de Sal atualmente.

É urgente que se acautelem os interesses do Município e dos seus municípios, por isso, agora, ao fazer essa concessão, nomeadamente, os juristas tomem realmente isso em atenção e que sejam acautelados os interesses do Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As dúvidas que nos apraz falar neste Ponto, nesta concessão, são duas perguntas muito diretas ao Executivo desta Câmara que é, qual foi a referência que a Câmara Municipal e que este Executivo tomou como referência o valor atribuído às rendas, ou seja, estamos a falar em 100,00 € na concessão do quiosque do Parque do Império, 100,00 e na concessão de exploração do quiosque do Tanque e era para saber qual era o valor da renda da antiga concessão e depois como é que se chega ao valor da renda do Bar Ribeiras de 350,00 €, saber também qual era o valor antigo que se pagava de renda.

Isto só tem uma questão inerente e acho que se deve ter essa preocupação que é, como é que se chega a esse valor? Estamos a falar do valor de mercado, é um valor aceite, era para perceber, porque às vezes há inviabilização de uma coisa que a Câmara pretende que é uma renda e depois nós vamos perceber que a renda é inoportuna, porque antecipou a concessão e depois acontece que não paga rendas e chegamos às dívidas que temos com a concessão dos outros bares.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Proposta de autorização para abertura de procedimento de concessão, falamos obviamente de valores base, este valor, como podem ver na Proposta, temos o valor a pagar pelo direito da exploração, que é um valor que está fixado e o valor base da prestação da renda mensal, este valor foi fixado tendo em conta o valor base de mercado, sabendo todos nós, como referiu o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* que uma das nossas preocupações é realmente ter as rendas atualizadas e as rendas pagas.

O valor que o Senhor Deputado *Jorge Humberto* falou é do valor que não foi pago, ou seja, o valor das rendas que não eram pagas. Esta foi uma Informação da Divisão de Administração Geral, sabendo que o critério de adjudicação é sempre o valor mais elevado pela renda mensal, o valor base é de 350,00 € pela concessão do Bar Ribeiras, o valor que existia antes desta concessão eram 700,00 €, sabemos que a rentabilidade daquele espaço no inverno é muito inferior e portanto, consideramos um valor médio que pode ser suportado pelos concessionários, para tornar mais atrativa esta concessão e para que seja suportável para os empresários e pelos investidores, obviamente que a adjudicação dependerá do valor mais elevado pago.

Posso referir que, antes ainda o Espelho de Água também foi concessionado, tinha um valor base mais baixo e acabou por ter um valor de atribuição e de adjudicação mais alto, porque houve propostas mais altas para a adjudicação.

AA
LB
77

Este valor é um valor competitivo, julgamos nós, atrativo para todos aqueles que queiram candidatar-se e de forma a poder ser suportável em tempos difíceis como os que vivemos.

----- Efetuada a votação e estando 44 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar, a abertura do respetivo Concurso Público, celebração posterior dos correspondentes contratos de concessão do direito de exploração do Quiosque do Parque do Império, do Quiosque do Tanque e do Bar Ribeiras e aprovar a proposta apresentada de composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo.

4.11 - Proposta de Regulamento do Cartão Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/02/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o Regulamento do Cartão Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência, conforme proposto.”

----- A Senhora Deputada Municipal *DANIELA RODRIGUES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Serve esta minha intervenção para parabenizar o Executivo pela excelente iniciativa na criação do Cartão Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência.

Esta vai de encontro a todos os processos que se encontram já em vigor no que à temática diz respeito.

Relembro que a 15/10/2020 o Município de Mirandela foi distinguido com o Prémio Viver em Igualdade 2020/2021, no âmbito da iniciativa bienal, promovida pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. Este prémio distinguiu-nos e reconheceu-nos como um Município que respeita a igualdade entre mulheres e homens, que apoia a prevenção e o combate à violência doméstica, discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género. Mirandela foi reconhecida como "um dos melhores municípios para viver em igualdade" e isso, enquanto Mirandelense deixa-me cheia de orgulho da minha cidade.

Hoje, este mesmo executivo apresenta o Cartão que irá ajudar todos os habitantes do concelho de Mirandela promovendo apoios para uma maior integração social. Este Cartão será dinamizado pelo Balcão da Inclusão onde também podem encontrar um atendimento especializado na temática da deficiência/incapacidade nomeadamente em: respostas sociais, empregos e seus apoios, prestações sociais, produtos de apoio/ajudas técnicas, centro de recursos, formação profissional, intervenção precoce, benefícios fiscais, acessibilidades, transportes e educação. Passo a informação que este Balcão funciona todas as segundas de manhã e quartas de tarde.

É também de louvar a melhoria da acessibilidade à Praia Fluvial Arq. Albino Mendo com a construção da Rampa de Acesso que irá permitir incrementar a acessibilidade a esta área de lazer, em particular por parte de pessoas com mobilidade reduzida. Esta empreitada insere-se no esforço do município no sentido de melhorar as condições de acessibilidade para todos, de que são exemplo, entre outros projetos, a criação de um elevador no Centro Cultural de Mirandela e da adaptação de sanitários públicos (Parque do Império, Tanques e Mercado Municipal).

Aproveito para informar que o Município de Mirandela se encontra de momento a preparar a sua candidatura ao PRR Acessibilidades 360º programa este que visa financiar investimentos dedicados à acessibilidade de pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

Em breve a nossa cidade irá ser ainda mais inclusiva!”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A CDU valoriza esta medida, mas acho que é uma oportunidade perdida e que fica muito aquém daquilo que seria o necessário e eu vou explicar aquilo que é a nossa visão sobre a questão da deficiência, aliás, muito bem plasmada neste documento, que é exatamente no que é definido aquilo que é deficiência e é importante nós percebermos que a deficiência é repartida por vários graus e eu acho que quando a Câmara Municipal, neste caso, o Executivo tem esta medida que como eu digo, louvamos, temos de perceber primeiro duas coisas, quantas pessoas é que vão ser abrangidas por este Cartão, porque aqui fala-se numa deficiência que seja igual ou superior a 60 %.

Eu gostava de perguntar à Senhora Presidente, se me sabe dizer quantos habitantes em Mirandela têm o grau de deficiência igual ou superior a 60 %? É importante nós percebermos isto, porque se não estamos a fazer o cartão para três pessoas, ou para cinco pessoas, temos de quantificar isto para percebermos, ou seja, deficiente tanto é uma pessoa que tem 60 %, ou uma pessoa que só tem 30 % e nós ao estarmos a atribuir um cartão com um grau de deficiência de 60 % ou mais, quer dizer que aquelas que têm só 30 % não são menos deficientes do que aquelas que tem 60 %. Eu acho que devia haver aqui uma tabela de atribuição e fosse quantificado, para não se ir abranger uma, duas ou três pessoas.

Eu continuo a dizer, é uma medida positiva, mas provavelmente irá ter um alcance muito curto, isto é que é muito mau, ou seja, ao fazermos uma coisa que tenha uma abrangência e que permita aos deficientes habitantes de Mirandela que têm 30 %, como aqueles que têm 60 %, acho que havia de haver aqui uma tabela, como por exemplo a tabela do IRS, para nós termos a perceção de quantas pessoas é que são abrangidas, porque é uma medida muito positiva, mas depois vamos chegar ao fim e vamos ver que afinal só há dois habitantes em Mirandela que têm um grau de deficiência de 60 % ou mais, passa a ser uma medida positiva apenas para aquelas duas pessoas.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Permitam-me ressaltar aquilo que está no artigo 4.º que: “Poderão ter acesso ao Cartão Municipal de Pessoa Portadora de Deficiência, indivíduos residentes no concelho de Mirandela, cujo grau de deficiência seja igual ou superior a 60%, descritos em Atestado Médico de Incapacidade Multiusos (AMIM)”, ou seja, ressalta para esta Proposta de Regulamento aquilo que está consagrado na lei geral, que é a percentagem de atribuição da condição de 60 % para diversos fins, nomeadamente, para o certificado multiusos e até para isenção a nível de juros de crédito à habitação e outras condições fiscais.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer as intervenções sobre este Ponto, este é um regulamento que foi preparado pelos Serviços Sociais e cujo Cartão Municipal de Pessoas Portadoras de Deficiência, devem deslocar-se ao Balcão da Inclusão para o solicitar.

Esta é uma medida importante para a inclusão de todos, agradecer à senhora Deputada *Daniela Rodrigues* a explicação que fez sobre o esforço que a Câmara Municipal tem feito para ser um Município inclusivo, e portanto, este Cartão Municipal insere-se nesta estratégia.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer-se que, hoje podem ser aqueles que forem, nós não temos sequer um número, nem temos de ter, vão ser contemplados todos aqueles que respeitem estas condições gerais da atribuição e certamente que abrangeremos todos aqueles que forem ao Balcão da Inclusão. Estas medidas são medidas de políticas públicas importantes, que tem que dar um primeiro passo com o Regulamento deste Cartão, julgo que é mais que justo para uma sociedade inclusiva e que trate diferente aquilo que é diferente, todos aqueles que são diferentes, mas que são aqueles que nos merecem toda a atenção e por isso este Cartão Municipal, do qual nos orgulhamos poder chegar a todos aqueles que possam ser incluídos.

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Cartão Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência.

4.12 - Proposta de Minuta de Contrato de subconcessão de uso privativo de parcelas de terreno e conjunto de edificado na Estação Ferroviária do Romeu a celebrar com a IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/02/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três votos contra dos membros do PSD, aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração do contrato de subconcessão de uso privativo de parcelas de terreno e conjunto de edificado na Estação Ferroviária do Romeu, entre o Km 66,800 e o Km 67,200 da Linha do Tua, conforme minuta em anexo, e ao abrigo da competência prevista na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo preceito legal, conferindo poderes à Sr.ª Presidente da Câmara Municipal para proceder a eventuais ajustamentos ao teor do clausulado da minuta de referido Contrato, e outorgá-lo em nome do Município, dando posterior conhecimento de eventuais alterações à minuta que sejam aprovadas pelas partes, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Brevemente e muito sucintamente, é só para manifestar o sentido de voto do Partido Socialista, como voto favorável a esta Proposta, no seguimento da Proposta anteriormente aprovada.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, a votação da CDU vai estar dependente da resposta que a Senhora Presidente der e deixo isto em aberto, porque gostaria de perguntar se a União de Freguesias de Avantos e Romeu foi ouvida sobre isto?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigada pelas questões, dizer-se que esta Proposta de Minuta de Contrato foi referida no Ponto anterior e está incluída na subconcessão feita em 2017 e portanto a minha resposta é a mesma que disse no Ponto anterior, ou seja, este edificado, como sabemos, estava com um contrato de concessão com o Centro Social e Paroquial do Romeu, que houve uma fase em que eles pensavam utilizar para instalações próprias, nunca foram feitas obras, neste momento vai ser requalificada e integrar este projeto da ecopista, como ponto de paragem e abrigo, acho que é uma qualificação importante para o projeto.

Dizer-se que, este era um assunto administrativo, ou seja, era um assunto que decorria entre a Câmara Municipal e a Infraestruturas de Portugal, que atrasou todo o nosso processo de subconcessão, por isso, neste momento não lhe posso dizer o que é que a União de Freguesias de Avantos e Romeu diz, sei que não havia Parecer da União de Freguesias de Avantos e Romeu, havia sim um contrato assinado a 22 de agosto de 2017, entre a Câmara Municipal e as Infraestruturas de Portugal para este projeto, tanto o

anterior espaço da via, como também o edificado não estavam contemplados e agora concluímos com estas duas minutas de contrato de subconcessão da via e agora do edificado.

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos a favor, uma abstenção e um voto contra, aprovar a celebração do contrato de subconcessão de uso privativo de parcelas de terreno e conjunto de edificado na Estação Ferroviária do Romeu, entre o Km 66,800 e o Km 67,200 da Linha do Tua, conforme minuta em anexo, e ao abrigo da competência prevista na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo preceito legal, conferindo poderes à Sr.ª Presidente da Câmara Municipal para proceder a eventuais ajustamentos ao teor do clausulado da minuta de referido Contrato, e outorgá-lo em nome do Município, dando posterior conhecimento de eventuais alterações à minuta que sejam aprovadas pelas partes.

4.13 - Proposta de Transferência de Competências no domínio da Ação Social – Prorrogação de prazo.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/02/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter à aprovação e deliberação da Assembleia Municipal de Mirandela, por ser matéria da sua competência, a prorrogação do prazo para a transferência das novas competências no domínio da ação social até 1 de janeiro de 2023 e posterior comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para dizer que a Bancada do PSD votará favoravelmente esta Proposta.

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a prorrogação do prazo para a transferência das novas competências no domínio da ação social até 1 de janeiro de 2023 e posterior comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Considerando que, a Bancada do PSD, votou sempre ao lado da Câmara Municipal no que diz respeito às decisões políticas tomadas em relação à Transferência de Competências ao abrigo do processo de descentralização em vigor, pelo que reafirmamos a mesma posição política;

Considerando que, e voltamos a reiterar aquilo que dissemos no passado, a Câmara Municipal não deverá aceitar Transferências de Competências que não fossem acompanhadas do respetivo pacote financeiro e meios, sob pena de as mesmas ficarem comprometidas, quer em termos financeiros, quer em termos de compromissos com a sua população, pelo que assumimos que o mais importante é garantir o apoio aos que necessitam de ajuda e amparo social;

Considerando que, as competências em causa se encontram asseguradas por parte de outras entidades, concluímos não existir um vazio.

A Bancada do PSD votou a favor da Proposta do Executivo da Câmara Municipal, ressalvando que, o Executivo camarário PS poderá futuramente aceitar as ditas Transferências, esperando que estas sejam em condições mais favoráveis, visto existir grande cumplicidade política com o Governo de maioria absoluta PS.

4.14 - Proposta de Nomeação do Conselho Municipal de Educação.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/02/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Proposta de Nomeação do Conselho Municipal de Educação;
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informar a Assembleia Municipal que esta Proposta para aprovação da Nomeação do Conselho Municipal de Educação, obedece em última instância, em último lugar aquilo que de todo foi o procedimento de nomeações sucessivas para a integração deste Conselho Municipal, nós próprios o fizemos aqui em devido tempo, concluído todo o processo, com exceção de um dos organismos que não está aqui representado, que é as associações públicas da área da juventude e do desporto que não têm

indicação, todos os organismos que têm de fazer a sua indicação do representante estão consumadas. A validação final cabe à Assembleia Municipal de nomear o Conselho Municipal de Educação.

Cabe agora à Assembleia Municipal validar o conjunto de nomeações feito por cada uma das instituições para o Conselho Municipal de Educação e é isso que se submete à aprovação desta Assembleia hoje.

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Nomeação do Conselho Municipal de Educação.

4.15 - Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais - Eleição dos Representante das Freguesias, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informar a Assembleia Municipal no seu todo uma vez que os representantes de cada Grupo Municipal já foram informados sobre o motivo de hoje realizarmos este ato eleitoral.

Explicar à Assembleia Municipal que até este momento existia a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 124 para a qual o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bouça *Duarte Ruivo* tinha sido eleito na passada Assembleia Municipal de 19 de novembro de 2021.

O que aconteceu foi que entretanto foi emitido um novo Decreto-Lei n.º 82/2021, que cria um novo sistema de proteção da floresta e este sistema é um sistema hierarquicamente produzido em estrutura desde o nível nacional, regional e municipal, que vem criar as Comissões Municipais de Gestão Integrada de Fogos Rurais. Estas estruturas vêm substituir aquilo que eram as estruturas anteriores consagradas no Decreto-Lei n.º 124, que eram as Comissões Municipais da Defesa da Floresta.

Não obstante de vocês terem recebido a informação por parte da Coordenadora Municipal de Proteção Civil *Maria Gouveia*, que colocava à consideração da Assembleia Municipal a passagem do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bouça *Duarte Ruivo* da anterior Comissão de Defesa da Floresta para esta nova Comissão de Gestão Integrada de Fogos Florestais, depois de uma análise cuidada da nova lei e depois de uma conversa com a própria Coordenadora da Proteção Civil, chegamos à conclusão do seguinte:

Esta Lei em momento algum faz uma transferência automática do nomeado pela Assembleia Municipal na Comissão de Defesa da Floresta para esta nova Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais e de facto a democracia não permitindo transições de expediente de secretaria de uma eleição de um organismo para o outro, de facto esta Lei não altera o nome de uma Comissão existente designando-a de outra forma, ela extingue uma Comissão Municipal previamente existente, criando uma nova. Se vocês atenderem ao Decreto-Lei n.º 82/2021, na Norma Revogatória expressa que o Decreto-Lei n.º 124, aquele que criou as Comissões Municipais de Defesa da Floresta é revogado, apenas coloca duas exceções, o n.º 3 e o n.º 4 das Normas Transitórias que aqui estão implícitas e uma delas é a Carta de Perigosidade, estabelecendo que todos os Municípios que tenham a Carta de Perigosidade que se extinga até 31 de dezembro de 2021, tem o prazo até ao final de março de 2022, para fazer uma nova Carta de Perigosidade. Dá aqui um compasso de tempo de transitariamente se avançar para o novo modelo de proteção de fogos.

O que acontece é que de facto terminou a Carta de Perigosidade em dezembro de 2021, porquanto em janeiro a coordenação da Proteção Civil já elaborou uma nova Carta de Perigosidade, portanto, está extinto também este período transitório que estava consagrado à passagem de um modelo e de uma Comissão Municipal para outra.

E então, chegados aqui, estamos perante uma nova Comissão Municipal, dada a extinção da anterior Comissão Municipal de Defesa da Floresta, estamos perante uma nova lei, perante uma nova Comissão chamada agora Comissão de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Uma vez que a nova lei não expressa a possibilidade de tramitação do anterior eleito para um novo organismo criado, entende-se dever-se proceder a nova votação e colocamos isto à vossa consideração porque, ao contrário do que o Decreto-Lei n.º 124 estabelecia, ou seja, apenas um representante das Juntas de Freguesia a essa Comissão Municipal de Defesa da Floresta, este novo Decreto-Lei n.º 82/2021 permite a oportunidade da Assembleia Municipal indicar até dois representantes das Juntas de Freguesia, consagrando uma maior representatividade e participação neste novo sistema de gestão integrada de fogos rurais, por parte da Assembleia Municipal.

Dando esta explicação, a primeira questão que coloco à Assembleia Municipal e devo dizer que todos estas questões e esta salvaguarda de relegitimar o nosso representante da Assembleia Municipal nesta nova estrutura através de nova votação, foi previamente conversada com todos os representantes e líderes municipais desta Assembleia Municipal, que acompanharam esta visão e como disse no início da minha intervenção, também a Senhora Coordenadora da Proteção Civil acompanhou de facto a relegitimação por parte do representante através do voto direto.

Como este Decreto-Lei n.º 82/2021, ao contrário do Decreto-Lei n.º 124 dizia, permite a possibilidade de não apenas um, como a anterior, mas de dois representantes, aquilo que vai ser colocado à vossa consideração é, primeiro aprovar o número de representantes, se esta Assembleia Municipal opta por apenas um representante conforme o Decreto-Lei n.º 124 o estabelecia, mas como esta lei alarga essa possibilidade, vai ser colocada à vossa consideração e votação, se optamos por um, ou por dois representantes.

Volvido este ato da vossa opção, o que vamos fazer é a eleição em conformidade com aquilo que as Bancadas Municipais apresentarem à Mesa, de um candidato de cada Bancada Municipal ou lista de cada Bancada Municipal e o *Método de Hont* fará a atribuição dos dois mandatos em causa.

Aquilo que vai ser primeiro submetido à vossa aprovação é, se optamos por um ou por dois representantes das Juntas de Freguesia, nesta nova Comissão de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

----- Efetuada a votação, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprova a representação até dois elementos, conforme previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, ou seja, de dois representantes na Comissão de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa solicita aos Grupos Municipais que apresentem as vossas candidaturas para se proceder ao sufrágio secreto por boletim de voto.

----- Foram presentes para votação duas Listas:

Lista A (Grupo Municipal do PS): Presidente da Junta de Freguesia de Bouça, *Duarte José Ruivo*.

Lista B (Grupo Municipal do PSD): Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais, *Nelson Manuel Sousa Teixeira*.

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com 29 votos na Lista A, 22 votos na Lista B e dois votos nulos, eleger o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bouça, *Duarte José Ruivo* e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia Carvalhais *Nelson Manuel Sousa Teixeira*, como representantes na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“A propósito da vida social na nossa Vila da Torre de D. Chama, onde tenho alguns interesses e boas amizades pessoais, não resisto a partilhar convosco um texto, que considero oportuno, de um Torriense genuíno, publicado no passado dia 22-02-2022 [curiosamente uma data que é uma capicua e um ambigrama, isto é tanto se lê de trás para a frente como de pernas para o ar...!]

«DA HIPOCRISIA E OUTRAS VELEIDADES

Nunca vi tanta exaltação, tanto panegírico e tanto descaramento como nestes últimos tempos, em relação à minha Terra.

Ele é canções de embalar, ele é élogos campesinas, ele é poemas ao S. Brás e outros Advogados, ele é versos ao casco histórico, ele é glosas simétricas à geometria da nova urbanização, ele é juras de amor à sua Terra que os viu nascer mas de que abalaram por uma vida inteira!

Hoje nas redes sociais, as lembranças da minha Terra cheiram a hipocrisia, a desfaçatez, a bafio bolorento, para não dizer uma palavra mais esdrúxula!

Os que cá ficámos, por burrice, falta de visão ou verdadeiro amor a este torrão, somos enxovalhados dia a dia com publicações dos doutos e doutas, que só agora se lembram que a Torre existe.

Praticai uma boa ação, vinde para cá gastar as vossas reformas douradas num qualquer mercado ou comércio da minha Terra.

Arrumai a trouxa, aviai as malas, adaptai-vos a esta vida de sossego e brandos costumes, familiarizai-vos com algumas raízes que ainda vos sejam próximas, interagi com o povo humilde e com as chamadas forças vivas do burgo, e assim tapar-me-eis a boca e ficarei calado para sempre.

Palavras, palavras e mais palavras!

De boas intenções está o inferno cheio.»”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É dado o momento para falarmos sobre aquilo que discutimos aqui há muito pouco tempo, a questão da água e eu chamo a atenção aos meus colegas.

“No desperdiçar está o ganho

Margarida Botelho

A SIC divulgou na semana passada uma reportagem sobre o consumo de água em Paços de Ferreira em que denunciava uma prática de incentivo ao desperdício a todos os títulos inaceitável. O tarifário em vigor prevê um consumo mínimo de mil litros de água por mês. Quem não alcançar essa quantidade de água paga 40 euros. Quem consumir mais, tem desconto.

AA
16.
7/2

A reportagem mostrou diversos casos de consumidores que, por não gastarem os tais mil litros, se viam na situação de terem que deixar a água a correr, para alcançar um nível de consumo que lhes permitisse pagar menos: pequenos comerciantes, consumidores domésticos, casas de emigrantes, foram vários os relatos de quem desperdiçou água para poupar na fatura ao fim do mês.

O caso tem muito que se lhe diga. A própria reportagem referia o absurdo da situação, num contexto em que o inverno especialmente seco que atravessamos reforça a necessidade de uma gestão criteriosa da água disponível.

Mas há mais ângulos de onde olhar para esta situação. Um, incontornável, é que a água em Paços de Ferreira está privatizada desde 2004, data em que foi concessionada a uma empresa do grupo AGS. À época, a Câmara Municipal, gerida pelo PSD, anunciou um aumento de mais de 30% na tarifa da água. 18 anos passados, com o PS há dois mandatos à frente da autarquia, Paços de Ferreira mantém a água concessionada, com uma das tarifas mais caras do país e com este «consumo mínimo» em vigor.

O outro ângulo, que também entra pelos olhos dentro, é o da irracionalidade de um sistema que, por se basear na busca permanente de lucro e mais lucro, promove o desperdício de um bem público, precioso e escasso como a água. Um sistema que tem um nome, capitalismo, e não traz nada de novo, nem pinga de verde.

Numa altura em que os «liberais» se tentam apresentar como se fossem do mais moderno e eficiente que há, é útil conhecer casos como este. Para os corrigir depressa e não os repetir. Para garantir que a água é sempre pública, e que ninguém se esquece que o capitalismo não é mesmo nada verde.”

Isto Senhores Deputados, Senhora Presidente, tem a ver com o seguinte:

A maioria dos contratos de concessão para o abastecimento de água e saneamento foram assinados no princípio deste século e têm uma duração de mais de 30 anos e ouvindo aquilo que diz o nosso Ministro do Ambiente disse há poucos dias na TSF que diz o seguinte:

“O Ministro do Ambiente afirma que pouco mais se pode fazer, dado que se trata de contratos assinados entre os Municípios e entidades privadas. Medida esta prevista no Orçamento de Estado para este ano. No essencial, permite aos Municípios que tenham condições para resgatar a concessão (quer seja por acordo, por decisão judicial ou de um tribunal arbitral) que ultrapassem os limites ao endividamento. A mesma possibilidade é dada às autarquias que têm apenas parte da concessão através de empresas municipais.

O Ministro do Ambiente, *João Pedro Matos Fernandes*, explica que se “trata de matéria que é da exclusiva responsabilidade das autarquias e à qual o executivo é alheio”. Ainda assim, “a possibilidade de endividamento para indemnizarem os privados”, em caso de resgate da concessão, “já estava no Orçamento do Estado de 2021”.

Vários Municípios têm tentado resgatar as concessões, mas até hoje poucos o conseguiram. Sobretudo porque os montantes que teriam de pagar são considerados incontroláveis.”

Quando nós temos medidas destas e quando o próprio Governo, através do seu “braço armado” que é a União Europeia, que vale para tudo, obriga as autarquias a não se poderem financiar através de Fundos Comunitários, para fazer a melhoria daquilo que são as redes públicas de abastecimento de água e transfere esses apoios e esses subsídios a entidades privadas, nós sabemos qual é o caminho que levamos, ou seja, quando uma autarquia não pode concorrer a Fundos Comunitários para melhorar o sistema de abastecimento de água e só entidades privadas, como aquela que nós estamos aqui por pouco tempo se calhar a votar nesta Assembleia Municipal que vai ser a concessão transferida para a Resíduos do Nordeste, só essas empresas poderem candidatar-se aos Fundos Comunitários para poderem fazer melhorias de água. Aqui está um bom exemplo e como este, há vários no país.

----- A Senhora Deputada Municipal *MATILDE MACHADO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Não poderia deixar passar em branco as Eleições Legislativas de 30 de janeiro, até porque é o dia do meu aniversário, que ditaram como resultado uma maioria absoluta para o Partido Socialista.

A incerteza esteve presente no contexto eleitoral, tendo por base as ditas dignas e fidedignas sondagens. Os resultados surpreenderam apenas os mais desatentos, porque existem palavras que somadas demonstravam a vontade e a razão da maioria dos eleitores, que seriam a confiança e o reconhecimento no trabalho desenvolvido pelos candidatos e pelo Governo do Partido Socialista e, sendo eu uma otimista por natureza conhecendo a resiliência e a capacidade de trabalho dos candidatos, não poderia deixar de destacar os sinais positivos e refletidos ao longo da campanha que transformou o nosso distrito nesta “manta rosa”, de progresso e desenvolvimento regional.

Vai haver, de certo, pedras no caminho, mas com uma maioria absoluta na Assembleia da República, acredito que existem condições para conseguirmos superar e avançar, trazendo a estabilidade ao nosso país, aos nossos mercados, ao nosso crescimento, num todo a nível global.

Reforço aquilo que defendo desde sempre, todos fazemos falta e podemos ajudar Portugal e hoje com este sobressalto a nível mundial, é muito importante que continuemos juntos, unidos, ao lado de quem precisa de nós agora, da forma que pudermos, com o que conseguirmos ser, proteger, oferecer. Agradecer a paz que temos, fazer tudo o que pudermos pela paz dos outros.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, dizer que, a vila de Torre de Dona Chama, deve ter obviamente, como todas as Freguesias deste concelho e do país, o nosso respeito, a nossa consideração e tudo aquilo que faz parte de um povo que é sábio e por isso saberá reconhecer de que lado estará a razão para toda esta agitação social, que se prende tão só com questões de cariz, julgo eu, político partidário, que não traz soluções, traz problemas e por isso acho que nos devemos focar naquilo que é o trabalho da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal na prossecução dos objetivos, que são muitos e também verificar que ao longo dos anos a vila da Torre de Dona Chama soube encher de orgulho os torrienses, a sua vila e a sua capacidade de resistir a tudo aquilo que constitui desafios, desafios de dificuldades nomeadamente, nas questões das acessibilidades, que é uma questão

AA
AB
77

que temos de forçosamente conciliar e também por questões relacionadas com projetos que a própria Torre enquanto vila e com instituições de grande dignidade e de grande força para que sejam atrativas, nos consegue às vezes surpreender pela capacidade de inovação.

As obras que estão a ser feitas no Celeiro enchem-nos também de motivação para continuar a fazer o arranjo urbanístico do largo da Feira e para que possamos construir e reconstruir espaços de lazer e de investimento na vila da Torre de Dona Chama

Obrigada à Torre de Dona Chama pela capacidade de resiliência e pela forma respeitosa com que tratam a vida social, política e até a força económica que têm.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, aflorou uma questão muito importante, que é a questão da água, como todos sabem, aqueles que já estão nesta Assembleia há alguns anos, tudo aquilo que fosse decidido em matéria de água estaria focado na questão de que qualquer decisão passaria por aprovação nesta Assembleia Municipal.

Essa posição, que eu tenho defendido junto com os outros Municípios, o que neste momento nós temos, como todos sabem, quer a água, quer o saneamento em alta é competência das Águas do Norte, a água e o saneamento em baixa é competência da Câmara Municipal. Neste momento há um grupo de trabalho formado no Ministério do Ambiente, para poder estudar a possibilidade de a água em baixa poder ser gerida por uma empresa intermunicipal, à semelhança do que acontece com a Resíduos do Nordeste, existem alguns Município que pretendem que o sistema de água seja verticalizado, ou seja, que o sistema em alta e o sistema em baixa sejam geridos por uma empresa intermunicipal.

Estamos a aguardar, neste momento, os resultados do grupo de trabalho, não será uma decisão fácil, aquilo que podemos dizer é que, o abastecimento de água, pelo menos em territórios de baixa densidade populacional, nunca é um sistema sustentável, ou seja, a relação utilizador/pagador não existe, nós temos mais redes e menos pagadores, o custo de manutenção das redes e de investimentos de água e saneamento fica muito mais caro no interior do país, em que a densidade populacional é menos, do que nos grandes centros, em que numa rua do Porto viverão tantos pagadores como aqui em várias aldeias e por isso sabemos que o nosso sistema não é sustentável sob o ponto de vista económico e daí a que, no saneamento, na água e resíduos urbanos há um investimento público municipal para que as taxas se mantenham, quando, como aconteceu há alguns anos, dívida da Câmara Municipal de Mirandela, quer às Águas do Norte, quer à Resíduos do Nordeste, incluindo também uma taxa que na altura não foi aprovada, uma taxa FETA - Fundo de Equilíbrio Tarifário, que era uma taxa de solidariedade entre os Municípios, ou seja, havia aqui uma redução das taxas pagas pelos Municípios do interior do país.

A garantia que fica deste Executivo é que, a proposta será sempre de qualquer forma trazida à discussão da Assembleia Municipal, porque são temas sensíveis, a água é um bem público e as pessoas precisam de água para viver e aproveitar para informar todos de que a taxa de resíduos urbanos vai aumentar. Ainda não se decidiu a questão do aumento da tarifa ao consumidor, mas para a Câmara Municipal vai ter um aumento, como foi decidido no Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste.

Aquilo que posso dizer é que a Câmara Municipal tem investimento nestes três sistemas, um investimento significativo, obviamente que vem das receitas maioritariamente do FEF e portanto é este o nosso compromisso.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada *Matilde Machado*, dizer que, a confiança no trabalho mantém-se, estaremos juntos para trabalhar pela estabilidade do país, lamentando, obviamente, a instabilidade e a guerra que vivemos a nível mundial e que vai ter impacto também nos nossos territórios.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- O Senhor Município *ANTÓNIO FIGUEIREDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

O que me traz aqui, simplesmente é uma situação que me tem criado um desconforto total em relação a esta Câmara e em relação àquilo que me aconteceu e que, esta mesma Câmara não procedeu em conformidade e com boa-fé em relação à minha pessoa e isso é muito lamentável, isso é uma tartufice e uma demagogia e uma negligência total, total.

Eu fui dia 12 de setembro, ainda era Deputado Municipal desta autarquia e fui vexado, mal tratado, insultado por um empreiteiro que eu aqui fiz referência durante quatro anos e a Senhora Presidente sabe muito bem quem é e torno a dizer... sabe, até lhe assinou o alvará de construção da obra, sabe sim senhora, sabe, não venha cá com essa demagogia, com esse fingimento, com essa tartufice a dizer que não sabe de nada, eu enviei para a Senhora Presidente da Câmara um *e-mail* e enviei para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes o Dr. *Luís Guimarães* e o Senhor Presidente atual *Francisco Esteves* e nunca me responderam, acho isso uma indignação, um mau trato em relação a um mirandense, que sempre deu tudo pela sua terra e que vocês tentam bater-lhe cada vez mais.

Eu não vou admitir isso da sua parte, nem deste Executivo e vai ter a minha chancela, eu vou-lhe dizer e ouça bem estas palavras e vai ter da minha chancela tudo o que estiver ao meu alcance, para dar aos mirandenses o conhecimento do que esta Câmara faz em termos de procedimentos, licenciamentos e tudo o que se faz nesta Câmara, que é uma autentica exaltação dos deles e portanto, é isto que lhe tenho a dizer, pelo menos podia-me enviar... e eu fiquei arreliadíssimo consigo, pelo menos devia-me ter enviado uma carta de consolo.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às questões colocadas pelo munícipe *António Figueiredo*, eu vou responder apesar do Senhor Arquiteto já não estar presente, dizer que de facto recebemos uma comunicação do Senhor Arquiteto *António Figueiredo*, alegando ter sido abordado por uma pessoa e portanto, lida e analisada esta queixa, nós enviamos para o Tribunal para poder dar Parecer sobre esta situação, obviamente as ofensas que o Senhor Arquiteto diz ter sofrido, não faz parte da competência da Câmara Municipal e deste Executivo e portanto, remetemos para a respetiva área que tutela esta forma, segundo o Senhor Arquiteto António Figueiredo, munícipe de Mirandela, ter sido ofendido pela outra pessoa, não fazendo parte das nossas competências, enviamos para a esfera deste Tribunal, aguardando agora o resultado, nada mais poderemos fazer.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Vou concluir os trabalhos, agradecendo a todos os Senhores Deputados e público os contributos prestados e o debate, foi um dia de trabalho importante para o nosso Município.

Desejo-vos sinceramente um bom fim-de-semana a todos.


----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 18 horas e 30 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal;


Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;


José António Costa Ferreira